

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

RÚBIA CARLA MARTINS RODRIGUES

AS VOZES QUE NÃO SE CALARAM: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO
MOVIMENTO FEMINISTA EM GOIÂNIA

GOIÂNIA-GO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA

RÚBIA CARLA MARTINS RODRIGUES

AS VOZES QUE NÃO SE CALARAM: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO
MOVIMENTO FEMINISTA EM GOIÂNIA

Dissertação apresentada ao Programa de mestrado em História, da Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da professora Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante.

Orientadora: Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante.

GOIÂNIA-GO

2010

RÚBIA CARLA MARTINS RODRIGUES

AS VOZES QUE NÃO SE CALARAM: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO
MOVIMENTO FEMINISTA EM GOIÂNIA

Dissertação de mestrado defendida e aprovada em _____ de _____ de
2010, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante – PUC-Goiás

(Orientadora)

Prof. Dra. Carolina Teles Lemos - PUC-Goiás

Prof. Dra. Maria Meire de Carvalho - UFG

AGRADECIMENTOS

À minha mãe que esteve, está e estará ao meu lado em todas as etapas da minha vida, pelo seu amor incondicional. E a orientadora Dra. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, por mais esta etapa.

A Essas e Tantas Outras...

Essas que se embrenharam mata adentro e se negaram aos colonizadores

e as que colaboraram e casaram com eles,

Essas que embarcaram ainda crianças

e as que ultrapassaram os limites da chegada,

Essas que levaram chibatadas e marcas de ferro quente

e as que se revoltaram e fundaram quilombos,

Essas que vieram embaladas por sonhos

e as que atravessaram nos porões da escuridão,

Essas que geraram filhas e filhos

e as que nunca pariram,

Essas que acenderam todas as espécies de velas

e as que arderam nas fogueiras,

Essas que lutaram com armas

e as que combateram sem elas,

Essas que cantaram, dançaram, pintaram e bordaram

e as que só criaram empecilhos,

Essas que escreveram e traduziram seus sentimentos

e as que nem mesmo assinavam o nome,

Essas que clamaram por conhecimento e escolas
e as que derrubaram os muros com os dedos,
Essas que trabalharam nos escritórios e fábricas
e as que empunharam as enxadas no campo,
Essas que ocuparam ruas e praças
e as que ficaram em casa,
Essas que quiseram se tornar cidadãs
e as que imaginaram todas votando,
Essas que assumiram os lugares até então proibidos
e as que elegeram as outras,
Essas que cuidaram e trataram dos diferentes males
e as que adoeceram por eles,
Essas que alimentaram e aplacaram os vários tipos de fome
e aquelas que arrumaram a mesa,
Essas que atenderam, datilografaram e secretariaram
e aquelas que lavaram e passaram sem conseguir atenção,
Essas que se doutoraram e ensinaram
e as que aprenderam com a vida,
Essas que nadaram, correram e pularam
e as que sustentaram a partida,
Essas que não se comportaram bem e amaram de todas as maneiras
e as que fizeram sem pedir licença,
Essas que desafinaram o coro do destino

e as que com isso abriram as alas e as asas,

Essas que ficaram de fora e aquelas que ainda virão,

Essas e tantas outras que existiram dentro da gente.

Schuma Schumaheer

RESUMO

O movimento feminista chegou ao nosso país tardiamente, em virtude da ditadura militar, obrigando as mulheres antecipar seu tempo e desenhando em suas vidas um percurso diferente. A partir daí, em todo o Brasil foram sendo criados movimentos feministas, em Goiás, não foi diferente. O movimento feminista em Goiânia revelou-se como um movimento de mulheres diversificado, capaz de abordar inúmeras temáticas no tempo e espaço a que pertencia. Este trabalho, portanto, mostra as vozes das feministas goianas como um importante instrumento analítico para os estudos feministas, rastreando, assim, os estudos que incorporam as mulheres nas relações de gênero e o seu papel nas relações de poder do sistema ditatorial. Em seguida, por meio da fala das entrevistadas, será focalizada uma reflexão a respeito da organização e estruturação do movimento feminista em Goiânia: quais as conquistas que obtiveram e o que toda a luta feminista fez mudar na imagem e no comportamento feminino dentro das várias relações de gênero e de poder, em diferentes espaços e tempos históricos.

Palavras-chave: Movimento feminista; ditadura militar; gênero; relações de poder.

ABSTRACT

The feminist movement reached our country later than other countries, due to the military dictatorship, and forced women to anticipate their time, leading them to a different path. From then on, feminist movements were created across Brazil, including Goiás. Thus, the feminist movement in Goiania proved to be a diversified women's movement as it was able to approach numerous issues where and when it took place. This paper aims to reveal the voice of the feminist from Goiás as an important analytical tool to feminists' studies, and to enroll studies that incorporate women in gender relations and their role in power relations in dictatorial system. Then, using the words of interviewees, it will focus the organization and structure of the feminist movement in Goiania: what goals it has reached and what the feminist fight has changed in the female image and behavior within the several gender and power relations in different spaces and historical times.

Keywords: feminist movement; military dictatorship; gender; power relationships.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	9
INTRODUÇÃO	10
1 ASPECTOS HISTÓRICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	15
1.1 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NOS ANOS 60, 70 E 80	24
2 GÊNERO: APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO TEÓRICA	48
3 OS SENHORES DO CERTO E DO ERRADO: A DITADURA MILITAR E A RESISTÊNCIA FEMINISTA EM GOIÁS	61
3.1 AS VOZES QUE NÃO SE CALARAM.....	99
3.2 A CRIAÇÃO DOS GRUPOS FEMINISTAS EM GOIÂNIA	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	142
ANEXO 1	143
ANEXO 2	146

INTRODUÇÃO

Os melhores narradores são aqueles que deixam fluir as palavras na tessitura de um enredo que inclui lembranças, registros, observações, silêncios, análises, emoções, reflexões, testemunhos. São eles sujeitos de visão única, singular, porém integrada às referências sociais da memória e da complexa trama da vida.

Lucilia de Almeida Neves Delgado

O presente trabalho intitulado “As vozes que não se calaram: história e memória do movimento feminista em Goiânia” teve como objetivo de estudo refletir sobre a criação dos grupos feministas em Goiânia e sobre a história das feministas que militaram dentro dos diversos movimentos criados nesta capital. A intenção central foi legar às feministas o seu lugar na luta contra a ditadura militar e pela democratização da sociedade e, a partir disso, verificar o motivo pelo qual essas mulheres optaram por fazer parte de tais grupos, tornando visíveis seus nomes, faces, lágrimas e sorrisos, entre derrotas e vitórias.

Para desenvolver essa pesquisa, parti do pressuposto de que a história das mulheres, apesar dos silêncios milenarmente impostos, está superando os limites que a sociedade lhe reservou. As mulheres brasileiras não podem mais ser menosprezadas; devem, ao contrário, ganhar destaque e visibilidade, tanto na vida pública quanto na vida privada. Assim, a recuperação da luta das feministas na democratização dos direitos civis, políticos, sociais e de gênero passa também pelo descortinar de suas memórias e dos registros de suas ações/reações.

A escolha do período da ditadura para análise ganhou importância, pois visou, acima de tudo, identificar que, no Brasil, o movimento feminista se organizou ainda sob o regime militar, e desde a sua origem, esteve envolvido no processo de democratização do país. Nesse contexto, pode-se dizer que a perspectiva de luta desse grupo esteve vinculada à transformação social desde sua origem.

A documentação básica utilizada na pesquisa desse trabalho elegeu como fonte basilar uma bibliografia consistente sobre o movimento feminista; muitas vezes, no entanto, foi a memória a fonte para a inspiração, por considerá-la segundo Portelli:

(...) a fonte que nos oferece possibilidades ímpares de desvendar alguns meandros, pois através de entrevistas podemos observar os sentimentos, as pretensões e os objetivos mesmo que esses não tenham se concretizado. Mais ainda, o resultado dessas fontes será o produto de dois atores sociais: o entrevistador que apesar de estar em busca de informações pessoais na hora de reproduzir a fonte não será imparcial; e o entrevistado que embora se coloque como responsável em relatar sua história com veracidade está sendo submetido à sua memória, sempre maleável, dialética em transformação ao longo do tempo (1997, p. 26).

O critério utilizado na escolha das entrevistadas foi o vínculo destas com o movimento feminista. Quatro vozes foram escolhidas para narrar sobre suas experiências e, assim, construir uma visão particular das trajetórias e das questões que desafiaram esse movimento.

Tais vozes pertencem: à historiadora Carmelita Brito de Freitas Felício¹ que, em 1982, criou o Núcleo Feminino da METAGO (NUFEM); à socióloga Nilva Maria Gomes Côelho², que foi presidente do Diretório Acadêmico da Universidade Federal de Goiás e foi presa e torturada pelos militares em Goiânia no período da ditadura; à feminista Kemle Semerene Costa³ que, em 1987, foi uma das criadoras do Grupo Transas do Corpo; e, por fim, à historiadora Lúcia Helena Ricón Afonso⁴, que faz parte do Centro Popular da Mulher (CPM), criado em 1985, e do Partido Comunista do Brasil – PC do B.

Foi possível trazer para o texto a memória individual e coletiva dessas feministas. A partir dessa memória, diversos quadros históricos foram tecidos sobre o período da segunda metade do século XX – uma época em que vivemos, principalmente no Brasil, o paradoxo de tudo sonhar ousadamente, em meio ao interminável pesadelo da ditadura militar.

¹ Historiadora e professora da Universidade Federal de Goiás.

² Socióloga e professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

³ Feminista do Grupo Transas do Corpo.

⁴ Historiadora e professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Para situar esses discursos, estudei os contextos históricos em que emergiram, detendo-me, com mais detalhes, nas articulações entre as falas feministas e aquelas dos movimentos contestatórios que as antecederam. Para tal, recorri amplamente, não só aos textos e livros da historiografia feminista como, também, ao rico material elaborado através das entrevistas realizadas com as integrantes do movimento.

A fala das entrevistadas, transcritas, estabelece campos narrativos que possibilitam estudar de forma detalhada as identidades e diferenças do mundo das memórias. Segundo Janotti (1993, p. 13), “é o historiador que comanda o processo de conhecimento, ao selecionar depoentes, recortar temas, reescrever falas e construir interpretações”. Dessa forma, como assinalou Halbwachs (1990, p. 25), se “fazemos apelos aos testemunhos (é) para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras”.

Os resultados das entrevistas me surpreenderam, pois esperava que os depoimentos fossem carregados de melancolia, em relação à época, demonstrando talvez arrependimentos ou, então, que as testemunhas se considerassem vítimas. Nenhum relato atingiu essa perspectiva. Elas falaram muito de suas militâncias dentro dos grupos feministas, que as fizeram romper com a conduta esperada e imposta pela sociedade e sobre épocas em que ainda se esboçavam certas mudanças nas relações sociais.

Chamou, particularmente, a minha atenção a posição que as feministas tiveram em configurar escolhas e decisões, a partir de suas experiências vividas. Elas ofereceram elementos dentro de políticas públicas para uma reflexão sobre os limites dessas propostas e, ao mesmo tempo, sobre seu poder transformador.

Este trabalho está delimitado em dois momentos históricos: anos 70 e anos 80 do século XX, e organiza-se em três capítulos. O primeiro, intitulado de “Aspectos históricos dos movimentos sociais na segunda metade do século XX”, aborda o contexto histórico através dos processos que desencadearam os princípios da formação dos movimentos sociais, especificamente, o movimento feminista. Apresenta também um histórico do movimento feminista no decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980, desde o seu início até

sua organização como espaço de autonomia das mulheres e mudando, a partir daí, valores e costumes estabelecidos pelos três poderes: a família, a política e o homem.

Dessa maneira, diferentes foram os motivos que levaram o movimento feminista a ser um projeto que teve êxito em tornar visíveis várias problemáticas que antes não estavam presentes nas manifestações sociais, nem nas políticas. Ao mesmo tempo, ele criou novos paradigmas, dadas a diversidade e a multiplicidade do próprio movimento.

O segundo capítulo, “Gênero: apontamentos para uma discussão teórica”, tem a finalidade de buscar uma história em que o compromisso historiográfico se daria através da posição dos movimentos sociais na sociedade. Isso porque o gênero, enquanto categoria de análise, teria a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente.

O terceiro capítulo, “Os senhores do certo e do errado: a ditadura militar e a resistência feminista em Goiás”, descreve as atrocidades do período ditatorial: as formas de tortura, as mulheres torturadas, o período da anistia e todas as opressões a que as mulheres foram submetidas. Por fim, relata, utilizando as vozes que não se calaram das quatro feministas entrevistadas, como surgiu o movimento feminista em Goiânia, e como as mulheres, ao transcenderem seu cotidiano doméstico, se fizeram ouvidas como um novo sujeito social: os movimentos contra a carestia, pela anistia política e por melhores condições de vida e saúde.

Para as feministas, esse período foi uma ocasião histórica na qual elas deviam se mobilizar, pautar debates, estabelecer alianças e enfrentar conflitos, de forma a se colocar como sujeito no processo da política brasileira. Ao mesmo tempo, elas tiveram que pensar em como superar os desafios políticos que o feminismo teve que enfrentar, a fim de avançar em termos de participação política das mulheres.

Os modos de registro das mulheres estão ligados a sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo acontece com seu modo de rememoração, da encenação propriamente dita do teatro da memória. Por força das coisas, ao menos para as mulheres de outrora e para o que resta do passado nas mulheres de hoje (e que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e para o íntimo, aos quais elas estão de

certa forma relegadas por convenção e posição. Cabe as mulheres conservar os traços das infâncias em que elas são governantas. Cabe a elas a transmissão das histórias de família, feita geralmente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias aos quais, juntas, elas acrescentam um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em vias de apagamento (PERROT, 2005, p. 39).

1 ASPECTOS HISTÓRICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

A história não acumula verdades, apenas trabalha com as questões postas a cada momento, de tal forma que é falacioso acreditar no ensinamento dos fatos, pois as gerações que fazem seu balanço não são aquelas que instituíram a experiência deles.

Merleau Ponty

Quando falamos em movimentos sociais, fazemos referência a um fenômeno que é coletivo e que contém significados, formas de ação, modos de organização diferenciados e que, freqüentemente, mantém as diferenças unidas. Em muitas vezes, esses movimentos apresentam uma estrutura definida e homogênea; no entanto, na maioria dos casos, tratam de estruturas heterogêneas e fragmentadas e cumprem um papel civilizatório na sociedade, impulsionando e provocando rupturas junto aos setores que concentram – e se negam a distribuir – riquezas.

No debate político e intelectual da segunda metade do século XX, esses movimentos foram percebidos como algo carregado de virtualidades. Começava, assim, a tentativa de desenvolver um novo quadro paradigmático, que pudesse interpretar com maior especificidade os movimentos sociais urbanos emergentes na sociedade brasileira e que permitissem um entendimento ampliado do “novo sindicalismo” nascente. Até então, as ações coletivas civis eram especialmente analisadas a partir do paradigma marxista clássico da luta de classes, privilegiando os estudos sobre os movimentos sindicais, operários ou nacional-populares, interface da temática nação x classe. Diante do projeto de redemocratização do Estado e da sociedade, a questão da autonomia dos atores coletivos na sua relação com governos ainda autoritários, por um lado, e a multiplicidade de identidades coletivas (trabalhador, morador, mulher, etc.) de organizações emergentes, por outro, tornaram-se focos de atenção privilegiada desses atores e de seus analistas (JACOBI, 1987, p. 57).

A idéia sobre a existência de uma pluralidade de sujeitos, portadores possíveis de múltiplas identidades, levou pesquisadores a buscar referenciais para além daquele corte paradigmático, recorrendo a teóricos como Thompson, Heller, Offe, Laclau, Mouffe,

Evers, Touraine, Melucci, Guattari, Castoriadis e muitos outros. Iniciava-se, assim, o diálogo com as teorias dos “novos movimentos sociais⁵”, segundo Pedro Jacobi e Maria Da Glória Gohn.

Sobre a primeira abordagem (dos “novos movimentos sociais”), Jacobi afirma:

(...) enfatizou o virtuosismo e o caráter transformador dos atores coletivos, enquanto a segunda buscou a reordenação institucional possível nos processos (precários) de redemocratização. Merece ser destacado que o diálogo entre as duas perspectivas permitiria, a partir do entendimento das diversidades culturais, por um lado, e dos entraves das conjunturas políticas específicas, de outro, um novo olhar acerca das tensões entre inovação e institucionalização. Nessa interface, desenvolveram-se muitos estudos sobre o papel dos mediadores nos movimentos sociais, especialmente buscando elucidar (conceitualmente) as relações entre sociedade e esfera pública (IBIDEM, p. 65).

Fazendo um contraponto sobre os movimentos sociais, Gohn professa:

(...) são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (1995, p. 44).

Os movimentos eram organizados em torno de reivindicações, passeatas, manifestações em praça pública, ocupação de prédios públicos, greves e marchas. Mesmo diante de um tempo que trazia as marcas da violência política, do arbítrio, do controle sobre sindicatos, instituições e associações de classe, porém, os movimentos não se calaram.

Nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos sociais brasileiros foram se formando e, a partir daí, significaram algo mais que um trabalho de documentação histórica; tinha-se bem claro segundo Gohn:

⁵ Segundo Gohn (1995, p. 44), essa expressão foi cunhada na Europa, nas análises de Claus Offe, Touraine e Melucci e diz respeito aos movimentos sociais ecológicos, das mulheres, pela paz e etc.

(...) de que fenômeno se estava tratando. Era sobre os movimentos sociais populares urbanos, particularmente aqueles que se vinculavam às práticas da Igreja Católica, na ala articulada à Teologia da Libertação. A denominação buscava contrapor os novos movimentos sociais aos ditos já velhos, expressos no modelo clássico das sociedades amigos de bairros ou associações de moradores. O que estava no cerne da diferenciação eram práticas sociais e um estilo de organizar a comunidade local de maneira totalmente distinta (1997, p. 281).

E nessa passagem, alguns atores sociais desapareceram, outros se formaram – consolidando-se processos de institucionalização e de modernização – e também nasceram novos problemas, que se revelaram em novos espaços de conflitos.

Os movimentos também foram criados como agentes de uma transformação sentida como necessária. Haja vista que suas forças de organizações e práticas, direitos reivindicados e seus mecanismos de mobilizações surgiram como características dotadas de sentido político e de maturidade social. Tudo isso provocou impactos conjunturais e estruturais, em maior ou menor grau, dependendo muito de sua organização e das relações de forças estabelecidas com o Estado e com os demais atores coletivos da sociedade.

Partindo dessa mesma premissa, o sociólogo francês Alain Touraine (1991, p. 789) acrescenta que, “os movimentos sociais pertencem aos processos pelos quais uma sociedade cria a sua organização a partir do seu sistema de ação histórica, através dos conflitos de classe e dos acordos políticos”.

Percebemos, então, que a conjuntura do aparecimento e do crescimento dos movimentos sociais nas últimas três décadas do século XX ocorreu numa fase de desmonte do que chamamos de bem-estar social, na qual as formas de trabalho comunitário e assistencial tomam conta de partes das necessidades sociais que antes eram cumpridas pelo Estado. As atividades realizadas por essas entidades vão intervir na sociedade a partir de uma lógica em torno da economia solidária e, no Estado, no controle de políticas públicas, além de interferir nas convenções internacionais (TAFFAREL, 2003, p. 56).

Esse momento histórico foi marcado também por uma abertura política que segundo Melucci:

(...) contribuiu para o processo de desenvolvimento dos movimentos sociais, em busca de mais justiça social. Desta maneira, os conteúdos dos conflitos antagonistas que se manifestaram naquele período em todas as sociedades, e que se difundiram e se especificaram, por meio da mobilização feminista, juvenil e pacifista, têm dado lugar a interpretações que, de maneira sumária, podem ser reduzidos a dois tipos fundamentais. Uma em termos de efeitos da crise econômica ou da crise tout cour (simplesmente). Nessa chave foram lidos, por exemplo, certos fenômenos juvenis e de protesto, a posição da mulher no mercado de trabalho, e assim por diante. A outra interpretação atribui o protesto à falta de legitimação política por parte dos grupos que reagem ao fechamento das instituições pelas quais são excluídos e que se mobilizam, portanto, para exigir acesso à participação (2001, p. 77).

Outro traço que marcou a trajetória desses movimentos foi o tornar visíveis e coletivas as questões consideradas mais importantes por eles mesmos, mas permitindo que toda sociedade assumisse, como sendo seus, os dilemas que a atravessavam. E o fato da sociedade assumir esses dilemas significou que eles foram submetidos às negociações e às decisões que os transformaram em possibilidades de mudança. Fizeram isso, entretanto, sem anular a especificidade e a autonomia dos agentes conflitantes.

Dessa forma, os movimentos tiveram como meta principal acentuar o caráter das mobilizações no plano cultural. As mobilizações, por sua vez, radicaram em uma identidade particular, em uma diferença, que tornaram ponto de apoio para um apelo geral, tornando visíveis problemas e lugares que ultrapassaram o grupo em suas especificidades. Assim, a formação cultural dos movimentos sociais abriu o problema da relação com os sistemas políticos, colocando como prioridade questionamentos sobre formas de representação e de organização adequadas aos novos agentes dos movimentos.

Neste sentido Melucci acredita que existiram:

(...) dinâmicas institucionais, fazendo dos novos espaços públicos a arena ideal para tornar as issues (as possibilidades) os grandes objetivos e os grandes dilemas sobre os quais a coletividade deve pronunciar-se, junto aos processos de exclusão e à redução ao silêncio que a complexidade produz. Espaços da palavra, espaços da nomeação, eles permitem dar voz, nova ou diversa, a todos que, na sociedade, não se deixaram reduzir aos nomes que a racionalidade técnica impuseram ao mundo (IBIDEM, p. 140).

Entre os inúmeros movimentos sociais que despontaram nesse mesmo período dos anos 70 do século XX, um deles nos interessa particularmente: o movimento feminista que, inicialmente, vai questionar as relações afetivo-sexuais no âmbito das relações íntimas do espaço privado. A luta desse movimento vai se refletir, conforme ressalta Grossi, no campo acadêmico pelos seguintes fatores:

Primeiro porque a Universidade é um lugar de produção de conhecimento fortemente influenciada pelas lutas sociais e, segundo, porque muitas das estudantes (e algumas professoras), que participaram das lutas, percebem que não existem respostas a inúmeros questionamentos desses movimentos sociais e inicia-se um movimento no interior de diferentes disciplinas, em busca de encontrar o ‘lugar das mulheres’, até então invisível (2000, p. 31).

Nesse processo, surge o tempo da diferença; os movimentos populares no Brasil e na América Latina, acredita Gohn:

(...) trouxeram à cena política, de forma majoritária, a participação das mulheres. Enquanto na Europa esta presença se fez em torno das questões de gênero, na América Latina o movimento feminista foi importante mas circunscrito a grupos específicos, mais intelectualizados. O maior contingente de participação de mulheres foi nos movimentos populares, como demandatárias de reivindicações populares por melhorias, serviços e equipamentos coletivos, e não como demandatárias de direitos de igualdade entre os sexos. Foram elas que lutaram por creches, transportes, saúde etc. Elas participaram, e participam, dos mutirões para a construção da casa própria como mão-de-obra e como gerenciadoras dos processos. E a participação das mulheres nos movimentos populares, tanto urbanos como rurais, é um tema ainda pouco estudado (1997, p. 293-294).

Enquanto manifestação social, o movimento das mulheres procurou, em sua prática, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pelo autoritarismo. Assim, esse movimento não se organizou de forma centralizada e recusou uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Esses movimentos caracterizavam-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes: tanto em grupos pequenos, nos quais expressavam as vivências e nos quais fortaleceram a solidariedade, promovendo interesses, necessidades e idéias ao inseri-las na política, no sistema jurídico, na religião, na vida intelectual e artística, como também reconhecendo o pertencimento a um sistema, identificando-se com os interesses gerais da sociedade.

Verificou-se, assim, que, no transcorrer do século XX, os movimentos de mulheres vieram a abalar de modo ainda mais perturbador e definitivo, aquelas versões de democracia feitas à imagem e semelhança de homens brancos, proprietários, heterossexuais e cristãos.

Assim, desmontaram um ideal de igualdade que pressupunha um modelo único e “natural” de sujeito de direitos e um destino comum a todas as mulheres, e se lançaram ao desafio da construção da democracia na diversidade. Enfim, no final do século XX, além daquele de Berlim, outros muros também começaram a ruir... (FERREIRA; BONAN, 2005, p. 12).

As mulheres, ao fazerem parte de movimentos sociais, começaram a redefinir os sinais do seu oposto, da mudança, da ação feminina portadora de sentido. A partir daí, seu cotidiano revelou-se não mais manipulação e opressão, mas sim espaço e sentido.

Para Melucci:

O movimento das mulheres transforma-se em ator dos conflitos que tocam num dilema central da complexidade: a possibilidade de ser por si mesmo, sem romper o círculo da comunicação com o outro e do reconhecimento deste, é o problema que o movimento das mulheres levanta e indica à sociedade como campo de ação. O tema da identidade e da diferença, o direito a ser antes do direito a fazer, a reivindicação de um espaço de existência livre do controle e da determinação social estão destinados a não desaparecer do campo dos conflitos sociais. O movimento das mulheres mostrou à consciência coletiva a radicalidade das necessidades que nenhuma “política” pode mais ignorar. E com isso tem indicado as vias de uma nova política. Ainda uma diferença (2001, p. 109).

Nesse viés, o movimento das mulheres construiu, a partir de militâncias, resistências, derrotas e conquistas um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estiveram em permanente processo de recriação. Nessa busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinharam-se a todos os tipos de movimentos que lutavam contra a discriminação em suas diferentes formas, intervindo no espaço público, que foi ponto de encontro entre as instituições políticas, entre as funções de governo e a representação dos conflitos.

Embora grande parte dos conflitos ainda surja das relações de trabalho, eles aparecem em outras esferas da vida social. Nessa perspectiva, podemos compreender por que as reivindicações e os movimentos das trabalhadoras atingiram áreas não ligadas exclusivamente às atividades produtivas, estendendo-se até a vida familiar.

As negociações, muitas vezes conflituosas, entre as organizações sindicais, o Estado e os empresários não se limitavam às reivindicações trabalhistas dos primeiros; na verdade, acabavam atingindo relações de toda a sociedade. Queremos desanuviar, aqui, as conjunturas enfrentadas pelas mulheres em seus esforços para atingirem a cidadania, momentos em que se fizeram porta-vozes da exigência de seus direitos (GIULANI, 2004, p. 640).

As mulheres não ficaram passivas a esses acontecimentos. Engajaram-se ativamente nos debates políticos e culturais da época: queriam ter autoria na transformação da sociedade e das condições de sua participação nela. Movimentaram-se cada vez mais pelo mundo da política, das artes, da literatura, da técnica, da ciência e da comunicação. Pudemos vê-las mais e mais presentes no mundo profissional e na educação superior. Pouco a pouco, elas sobressaíram no comando da administração pública e da gerência privada (FERREIRA; BONAN, 2005, p. 29).

Os movimentos sociais abriram caminho para uma experiência coletiva que mudou a perspectiva das mulheres, e também permitiu a cada uma a indagação sobre si mesma; essa problemática, ainda que não possa ser reduzida à dimensão política, devido a sua singularidade, tampouco pode dela prescindir, porque diz respeito a relações de poder. Nesse ponto, reside a tensão estrutural de uma luta social e política que se articulou também nos anos de 1980 do século XX.

Comprendemos que essas mudanças na conjuntura política no início dos anos 80, na visão de Gohn:

(...) vieram a alterar o cenário. No campo popular começou-se a indagar, e a questionar, o caráter novo dos movimentos populares. No campo das práticas não exclusivamente populares, iniciou-se o interesse, por parte dos pesquisadores, por outros tipos de movimentos sociais, tais como o das mulheres, os ecológicos, os dos negros, índios etc. Foram movimentos que ganharam expressão naquela década, embora fossem

lutas já antigas que ressurgiram no Brasil ao final dos anos 70. Em alguns casos, estiveram articulados à luta popular, como no caso das creches e de algumas alas do movimento feminista (1997, p. 283).

No cenário dos anos 80, a transição política brasileira estava em curso com o retorno dos exilados, a volta ao pluripartidarismo e as eleições livres nos estados e capitais. Movimentos sociais invadem o cenário: feministas, negras e negros, periferias urbanas, ambientalistas, trabalhadores rurais, indígenas, novos sindicalismos. Corpos e almas femininos e masculinos também se movimentam entre o som das Frenéticas, tangas de crochê, o boom do rock nacional e poesias de Ana Cristina César e Paulo Leminski. Política e cultura redesenham suas fronteiras, seus estranhamentos e permissividades (FERREIRA; BONAN, 2005, p. 29-30). Nesse processo, Ferreira e Bonan lembra também que:

(...) turbulências político-institucionais, políticas econômicas que acentuam as desigualdades sociais quebram expectativas e abalam os movimentos sociais. Porém, as mulheres não arrefecem: os movimentos continuam a expandir-se, ampliam a constelação de suas práticas, auto-transformam-se e seguem apostando nas alternativas democráticas. Há uma nova Constituição a ser implementada, há forças sociais organizadas apostando no fortalecimento de uma cultura de direitos e não – discriminação.

Mulheres e movimentos investem na participação nos espaços onde se elaboram as novas leis e programas de políticas públicas; debatem-se as reformas da saúde, da educação e de outras áreas de políticas do Estado; constroem-se os conselhos e outros mecanismos de controle social da cidadania; e desenvolvem-se ações afirmativas para promoção dos direitos. Mergulham também nos processos nacionais, latino – americanos e globais das Conferências Internacionais da Organização das Nações Unidas, apresentando novos olhares para as questões do desenvolvimento, direitos humanos, população, discriminação, pobreza e exclusão (IBIDEM, p. 30-31).

Verificou-se, assim, que, o movimento das mulheres construiu, a partir de suas militâncias, um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estiveram sempre em permanente processo de recriação. Nessa busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinharam-se a todos os tipos de movimentos que lutaram contra a discriminação em suas diferentes formas, organizando-se em torno de sua especificidade, e se completaram em busca de uma superação das desigualdades sociais.

O tempo demonstrou que os impasses e as implicações dos movimentos sociais ficaram submetidos a riscos e o maior deles, segundo Melucci, foi o:

(...) desenraizamento do seu universo simbólico, incapaz de ter efeitos sobre as relações sociais. A sua função no conflito foi a de provocar a visibilidade do poder, obrigando-o a tomar forma. Desse modo, eles explicitaram conflitos e necessidades de mudança, operaram como motores de transformação e como reveladores dos pontos mortos, das contradições, dos silêncios que os aparatos dominantes tenderam a ocultar (2001, p. 123)

Esses movimentos ampliaram o campo do político, tornaram-no coletivo e alargaram a compreensão das contradições sociais para além do estritamente econômico, o que revelou a existência de outras formas de exercício do poder. Não é apenas por relações sociais de produção que o indivíduo está impregnado, mas também por relações de sexo, raça, instâncias estas que também se concretizam numa distribuição desigual de poder (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 58).

A partir de suas propostas e da maneira como atuaram, pode-se dizer que esses movimentos sociais pretenderam realizar transformações políticas e culturais, pois, ao evidenciarem o anseio por direitos que legitimassem a cidadania de seus membros, denunciaram preconceitos e uma opressão construída sobre eles. Ao pesquisar a identidade desses vários movimentos sociais, ouvir suas falas, captar suas práticas cotidianas, segundo Gohn (1997, p. 279), eles “foram se tornando os objetivos centrais nas preocupações dos analistas, e não mais o estudo das determinações estruturais da economia sobre as ações coletivas em andamento”.

1.1 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NOS ANOS 60, 70 E 80

A centopéia colorida dando voltas nas esquinas, detendo o tráfego, roubando miradas. Num símbolo de tomar a sociedade: não como conquista ou poder, mas sim como espaço legítimo de expressão. Uma sociedade que nos reconheça. Foram muitas as palavras ditas, os cantos gritados; vários os pontos de vista, matizes de olhares; vários os feminismos. A unidade das diferenças. Tonais e atonais, puras e putas, pouco importa. O espírito bruxo do livre-arbítrio é o que conta. Na ante-sala do terceiro milênio, finalizando um século repleto de guerras, avanços tecnológicos, esperanças rotas, revoluções e pestes, nós mulheres desempenhamos um precioso papel ao exigir o fim dos preconceitos, a certeza de duvidar de tudo e, principalmente, exigir a posse de nossas vidas.

Fernanda Pompeu. IV Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, 1987.

Durante as últimas décadas do século XX, foi nítida a presença das mulheres como sujeitos sociais e históricos na sociedade; eram elas sujeitos em formação, num processo de redefinir suas especificidades culturais, tornando-se capazes de fazer sua própria história.

Mas nem sempre foi assim. Pelo contrário, durante muito tempo, as mulheres e a escrita de sua história foram um tema opaco e sem sentido, particularmente para pesquisadores do sexo masculino. Tanto nas fontes, quanto nas pesquisas, o que se via era o silêncio delas e sobre elas, que se prolongava ainda mais com a escassez de documentos que, quase sempre, não demonstravam a sua presença (ROIZ, 2008, p. 445).

Tratava-se inicialmente de tornar visível o que estava escondido, de reencontrar traços e de se questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da história. Aqui, deparamo-nos com o surgimento do movimento feminista e sua paternidade é incerta. Atribuem-na a Pierre Leroux, inventor de “socialismo”. Com mais certeza, a Alexandre Dumas Filho, em 1872, de maneira bastante pejorativa. Segundo ele, o feminismo era a doença dos homens suficientemente “efeminados” para tomar o partido das mulheres adúlteras, em vez de vingar a própria honra. Chamava-os fracos, em suma. Em 1880, Hubertine Auclert, nossa sufragista francesa, declara-se orgulhosamente “feminista” (PERROT, 2007, p. 154).

A partir daí, as mulheres, ao procurar fazer valer seus direitos, suas atitudes e capacidades dentro de uma cultura predominantemente masculina e misógina, promovem uma intensa crítica cultural, que questionou os tradicionais valores do sujeito, apontando para a valorização de uma cultura feminina e para uma análise dos grupos sociais historicamente excluídos. Há mais de um século, vozes femininas já davam contribuição ao debate da democracia, advogando pela participação das mulheres na política, na economia e na produção da cultura e do conhecimento.

Surge, então, o movimento feminista – que, inicialmente, fora chamado de movimento de mulheres – em um momento histórico em que outras manifestações de libertação denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitavam ao econômico.

Estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo é difícil, pois o termo traduz um processo que tem raízes no passado, que se construiu no cotidiano e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 7); nasceu, semanticamente, não só como termo, mas também como um movimento diversamente organizado através de outro movimento – em prol dos direitos civis e pelas políticas de governo destinadas a estabelecer o potencial feminino nos anos de 1960 na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos e na França, uma década depois.

Posteriormente, o movimento feminista difunde-se em outros países do Ocidente, inclusive no Brasil, através da bióloga Bertha Maria Júlia Lutz. Bertha Lutz trabalhava no Museu Nacional do Rio de Janeiro e, junto com Maria Lacerda de Moura (professora e autora mineira) funda, em 1920, no Rio de Janeiro, a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, com o intuito principal de conseguir igualdade política para as mulheres.

Lutz também fundou, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, filiada à Aliança Internacional pelo Voto Feminino (ROCHA, 1990, p. 19). A Federação foi uma organização que levou adiante a luta pelo sufrágio, que mobilizou, nos momentos de ápice das campanhas, até 2 milhões de mulheres, o que torna essa luta um dos movimentos políticos de massa de maior significação do século XX (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 44).

O movimento sufragista surge nos Estados Unidos em 1848, com a finalidade de denunciar a exclusão feminina da possibilidade de participação nas decisões públicas. Segundo Alves e Pitanguy: “as sufragistas interrompiam os comícios eleitorais perguntando aos candidatos se dariam voto à mulher. Presas por “desordem pública” eram recolhidas na qualidade de presas comuns (e não políticas)” (1985, p. 46).

Nesse período, algumas mulheres que trabalhavam a favor do voto feminino e que haviam concluído cursos superiores, como Medicina, Farmácia, Engenharia e Odontologia, filiaram-se à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ao lado de outras profissionais: “datilógrafas, professoras, funcionárias públicas, compositoras, encadernadoras” (AIRES, 1996, p. 38). Apesar de tão grande adesão, foram poucas as mulheres da classe média ou superior que se empenharam, de fato, na luta.

No Brasil, a luta pelo voto feminino não teve as mesmas características de movimento de massas nos Estados Unidos e na Inglaterra. Ela iniciou-se bem mais tarde, em 1910, quando a professora Deolinda Daltro funda no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 47). Em 1932, no dia 24 de fevereiro, foi decretado por Getúlio Vargas o novo Código que dava o direito de voto às mulheres brasileiras sob as mesmas condições dos homens. Mas, somente na Constituição de 1934, elas puderam executar esse direito – a mulher potiguar foi a primeira a exercê-lo.

A discriminação de sexo, apesar das conquistas femininas, mostrou que as lutas pela emancipação iriam mais além. Foi preciso admitir que a história das mulheres só começasse quando uma delas rompesse com a ditadura das ordens patriarcais. E, a partir de duas publicações significativas, tal ruptura entre o masculino e o feminino começou a existir. A primeira foi com Simone de Beauvoir, na França, com o livro *O segundo sexo* (1949) e a segunda com a feminista Betty Friedan, nos Estados Unidos, quando trabalhou as questões referentes à dona de casa, através do livro *A mística feminina* (1963).

Em seu livro, Simone de Beauvoir denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual, contribuindo com uma análise profunda na qual trata de questões relativas à biologia, à psicanálise, aos mitos, à história e ao materialismo histórico. Também argumentou que as mulheres, ao viverem em função do outro, não tiveram projeto de vida

própria, atuando a serviço do patriarcado e sujeitando-se aos protagonistas e agentes da história: os homens.

Beauvoir estuda a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que ela sofre durante o período de sua socialização: condicionamentos que, ao invés de integrá-la a seu sexo, tornam-na alienada, posto que é treinada para ser mero apêndice do homem. Para a autora, em nossa cultura, é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo e tal auto-afirmação, que o transforma em sujeito, é feita em sua oposição ao sexo feminino, transformado em objeto e visto através do sujeito. A análise de Simone de Beauvoir constitui um marco, na medida em que delinea os fundamentos da reflexão feminista que ressurgirá a partir da década de 60 (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 52).

Nesse processo, deparamo-nos com o surgimento de um forte movimento de mulheres pela restauração da plena cidadania que, logo depois, se consolidou num movimento feminista durante o período da ditadura militar no Brasil. Isso ocorreu em um momento em que outros movimentos de libertação, tais como o movimento estudantil e de bairro, denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitavam somente ao campo econômico.

Assim, em 1964, um golpe contrário à política governista, considerada de esquerda, impôs um governo autoritário-militar que cassou os direitos políticos e civis de inúmeros cidadãos. Paralelamente, o país se industrializava, urbanizava e modernizava aceleradamente, alterando os estilos de vida, as dinâmicas familiares, os padrões de fecundidade, as formas de consumo e os modos de acesso à informação (FERREIRA; BONAN, 2005, p. 29).

O fato de o feminismo se desenvolver durante um regime ditatorial não foi exclusividade brasileira. Moraes afirma: “a emergência do feminismo na maior parte dos países da América Latina se fez no quadro do terrorismo de Estado imposto pelas ditaduras militares, outro fator importante, pois sempre conectou os movimentos emergentes à causa da democracia” (2003, p. 9).

Saindo de seu isolamento e rompendo o silêncio naquele momento de autoritarismo extremo, devido às exigências da luta política, o movimento feminista não pôde deixar de aludir o fato de que suas formulações não se reduziam à questão do poder. Diziam a respeito, sim, à elaboração da singularidade do lugar masculino e feminino.

A intenção do movimento feminista sempre foi resgatar valores e princípios sem deixar que os valores mediáticos consumissem o que, de fato, era verdadeiro: a luta das mulheres por sua valorização e inserção no espaço público. Elas queriam conquistar o que as culturas ao longo séculos delas usurparam, ao tratá-las como extensão dos desejos e vontades dos pais, irmãos, maridos, filhos, enfim, dos homens, os verdadeiros detentores do poder e senhores do mundo (FERRAZ, 2005, p. 22-23).

Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava movimento de mulheres, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se um movimento interclasses (SCHMINK, 1981, p. 5). Passou, assim, a conviver com a diversidade, sem negar sua particularidade.

Embora estivessem vivendo sob o terror do regime militar brasileiro, exacerbador dos códigos patriarcais, ou, talvez justamente por viverem sob tal regime, as mulheres, que já vinham do longo padecimento imposto por sua condição específica no curso da História do nosso país, se tornaram receptivas às idéias libertárias dos anos 60. Aqui, deparamo-nos com uma nova etapa de posicionamentos: começava-se a aceitar uma divisão social de papéis. À função das mulheres no âmbito privado acrescentava-se o trabalho fora do lar, interpretado como uma atividade extra, que só seria possível se não prejudicasse o que lhes era primordial: as funções domésticas. Segundo Louro, “ainda que indispensável para a sobrevivência, o trabalho poderia ameaçá-las como mulheres, por isso o trabalho deveria ser exercido de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar” (2004, p. 453).

Dessa maneira, as mulheres estavam destinadas à esfera privada e, por um longo tempo, estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subseqüentes. Mas, a partir da crescente incorporação delas no mercado de trabalho e no âmbito público em geral, o trabalho fora do lar passou a ser amplamente discutido. Isso porque o ambiente de trabalho era definido como

essencialmente masculino, do qual elas participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes e secretárias, desempenhando funções consideradas menos qualificadas ou importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos. Segundo Rago:

(...) determinadas carreiras ou funções seriam próprias à mulher, na medida em que se adequariam à sua “natureza”. Os argumentos criados ou reproduzidos e até as classificações preconceituosas que pregaram converteram-se em códigos que aos poucos passaram a reger as relações entre os sexos, bem como entre as diferentes classes sociais e grupos étnicos. Só muito recentemente a figura da “mulher pública” foi dissociada da imagem da prostituta e pensada sob os mesmos parâmetros pelos quais se pensa o “homem público”, isto é, enquanto ser racional dotado de capacidade intelectual e moral para a direção dos negócios da cidade. Pelo menos até a década de sessenta, acreditava-se que a mulher, sendo feita para o casamento e para a maternidade, não deveria fumar em público ou comparecer a bares e boates desacompanhada, e a política ainda era considerada assunto preferencialmente masculino (2004, p. 603-604).

No Brasil, por exemplo, o trabalho profissional da mulher concentrou-se e concentra-se, majoritariamente, no setor de prestação de serviços. Quer seja como empregada doméstica, em que ela substitui outra mulher nas tarefas que seriam específicas ao seu sexo, quer seja nos serviços de escritório, no magistério, na enfermagem, ela cuida, serve, atende, ensina. Também na atividade fabril, ela exerce freqüentemente tarefas que exigem maior paciência, minúcia, imobilidade, sacrifícios que supostamente seriam melhor suportados pela mulher, tendo em vista suas “qualidades” intrínsecas (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 64-65).

Muitas mulheres, trabalhadoras e, especialmente, as feministas lutaram nas últimas três décadas pela construção de uma esfera pública democrática. Elas queriam afirmar a questão feminina, assegurando a conquista dos direitos da sua própria condição. Isso permitiu novas oportunidades para o desenvolvimento de novos papéis sociais, oferecendo à sociedade um desafio para trabalhar na discussão de seus próprios valores, propiciando sua transformação. Para a historiadora Margareth Rago:

Concordamos com a hipótese de que a entrada da mulher na esfera pública, com as transformações econômicas e sociais que marcam a sociedade do trabalho nesse momento histórico, tenham provocado reações morais bastante fortes.

A possibilidade de acesso ao poder econômico e a conquista da autonomia parecem assustar profundamente os setores da sociedade preocupados em garantir suas prerrogativas masculinas. Desse modo, a relação da mulher com o dinheiro, objeto público por excelência, mas objeto que gera poder estará sempre muito marcada por uma condenação moral sutil...

Afinal a mãe inventada pela moral vitoriana situa-se no plano da natureza, onde as relações não são mediadas pelo equivalente geral. No mercado, encontramos a “mulher pública”, isto é, aquela que vende seu corpo, que contabiliza o prazer que oferece e o transforma em mercadoria (1991, p. 227-228).

A sociedade passa, então, a classificar as mulheres, estabelecendo divisões e atribuindo rótulos que pretendiam fixar suas identidades. Com isso, ela definiu, separou e, de formas sutis ou violentas, distinguiu e discriminou. Eram nítidos os preconceitos que cercavam o trabalho feminino.

Como as mulheres ainda eram vistas prioritariamente como donas de casa e mães, a idéia da incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social. Um dos principais argumentos dos que viam com ressalvas o trabalho feminino era o de que, ao fazê-lo, a mulher deixaria de lado seus afazeres domésticos e suas atenções e cuidados para com o marido. Ou seja, seriam ameaças não só à organização doméstica como também à estabilidade do matrimônio (BASSANEZI, 2004, p. 624).

Mesmo assim, todas as dificuldades que as mulheres trabalhadoras enfrentaram nos afazeres domésticos, na longa jornada assalariada e com os estereótipos sociais existentes não impediram suas ações políticas, suas reações às injustiças ou suas participações nas discussões sobre as questões sociais do País. Elas fizeram-se presentes nos mais importantes movimentos sociais e trabalhistas desde o início do século.

Verificou-se, então, que as mulheres começaram a incorporar outras frentes de lutas. Além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos políticos, civis e trabalhistas, elas questionaram também as raízes culturais destas desigualdades, denunciando a mística de um eterno feminino. Em outras palavras, protestaram contra a crença na inferioridade da mulher como algo natural, calcada em fatores biológicos, discutindo, assim, a idéia de que homens e mulheres estariam

predeterminados por sua própria natureza a cumprirem papéis opostos na sociedade: aos homens, o mundo público, às mulheres, o mundo privado do confinamento.

Esses diferentes papéis configuraram uma hierarquia, delegando aos homens a posição de mando através de um discurso que afirma a naturalidade da discriminação e que está de tal forma internalizado, que é difícil à própria mulher romper com a imagem de desvalorização de si mesma por ela introjetada. Ela aceita como natural sua condição de subordinada. Vê-se, assim, através dos olhos masculinos, incorporando e retransmitindo a imagem de si mesma criada pela cultura que a discrimina (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 56-57).

Nesse momento, os questionamentos sobre os valores e as posturas conservadoras da sociedade começaram. Houve um movimento crítico em torno da cultura que escravizava as mulheres à função doméstica, cerceando o seu desenvolvimento. Devido a tais contestações, foram surgindo novas trabalhadoras em defesa da reformulação dos padrões estabelecidos. Aires cita:

Carmen da Silva com *A arte de ser mulher*, Heloneida Studart com *Mulher, objeto de cama e mesa*, Maria Helena Kuhner com *Mulher, sujeito ou objeto* e Rose Marie Muraro com *A mulher na construção do mundo futuro*. A participação da mulher é reconhecida como uma das características principais desta transformação e como fator de influência positiva no processo global de emancipação da humanidade, segundo o livro *Mulher brasileira* (1996, p. 39).

No período dos anos 60 do século XX, observamos uma intensificação de vozes femininas e feministas em defesa da nova corrente de luta que estava sendo criada. Começava aí uma época de grandes mudanças, através da efetivação de algumas aspirações remotas. Foram momentos especiais, pois as mulheres adquiriram o direito de manejar os instrumentos para pleitearem uma vida digna.

Em nome da “honra” feminina, foi estabelecido um duplo modelo de moral, pelo qual se definia a sexualidade da mulher através da limitação – enquanto que a dos homens foi definida pelo seu desempenho. Assim, virgindade, castidade, passividade sexual, carga de tabus e preconceitos, constituíram os principais elementos socializadores da sexualidade feminina. A sexualidade, porém, exigia que a mulher fosse virtuosa, honesta, honrada e

discreta, qualidades que se confundiam com o recato (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 239).

Relegadas sexualmente, as mulheres passaram a se ver com os olhos dos homens. Sua identidade não estava mais nelas mesmas e, sim, no sexo oposto. Nesse processo, o movimento feminista denunciou a manipulação do corpo feminino e a violência a que foi submetido, tanto aquela que se permitiu a agressão física, com espancamentos, estupros e assassinatos, quanto a que se reificou enquanto objeto de consumo. O movimento feminista, de acordo com Alves e Pitanguy:

(...) passa a denunciar da mesma forma a violência simbólica que faz de seu sexo um objeto desvalorizado. Reivindica a auto determinação quanto ao exercício da sexualidade, da procriação, da contracepção. Reivindica, também, o direito à informação e ao acesso a métodos contraceptivos seguros, masculinos e femininos. Propõe, principalmente, que o exercício da sexualidade se desvincule da função biológica de reprodução, exigindo dessa forma o direito ao prazer sexual e à livre opção pela maternidade. Neste sentido, advoga o aborto livre, e a ruptura com os moldes tradicionais em que o desempenho sexual da mulher vem sendo encerrado. A proposta do movimento feminista não é a utilização do aborto como método contraceptivo, e sim como último recurso ao qual as mulheres devem ter seu direito assegurado, no sentido de garantir que a maternidade seja o resultado de uma opção consciente e não de uma fatalidade biológica (1985, p. 60-61).

No processo de construção da sexualidade feminina, em que a mulher torna-se sujeito de sua própria sexualidade, o movimento feminista também se dedicou aos assuntos relacionados à saúde. O movimento propôs uma reapropriação do conhecimento do corpo, já que o desconhecimento nesse aspecto gera alienação e perda da capacidade de controle sobre suas funções, tais como a menstruação, a reprodução, as relações sexuais, o controle da natalidade, a menopausa etc (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 62).

Surgem, então, grupos autônomos de mulheres especialistas na área da saúde, que desenvolvem práticas alternativas de tratamento médico e psicológico. Um exemplo era a técnica do auto-exame, que as instruíam para que conhecessem seu próprio corpo e pudessem identificar possíveis alterações que ocorressem.

Todas essas atuações deram um novo perfil ao feminismo, contribuindo para que o movimento ampliasse seu universo de atuação. O movimento, nesse viés, se preocupava

em dar assistência a muitas mulheres sobre questões especificamente femininas, ao invés de promover um discurso revolucionário contra o Estado.

Verificou-se, portanto, que, o feminismo, mesmo sendo visto pela sociedade dos anos 60 com ironia, em relatos repassados com humor, em tom pejorativo e que ressaltavam, subliminarmente, o lamentável ridículo em que se podiam cair as mulheres que se envolviam em tais movimentos (VINCENZO, 1992, p. 14), em sua prática enquanto movimento superou as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo. Dessa maneira, o movimento não se organizou de uma forma centralizada e recusou uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Caracterizou-se tanto pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, quanto pelos grupos pequenos, em que se expressavam as vivências próprias de cada mulher e nos quais se fortalecia a solidariedade (ALVES; PITANGUY, 1985, p. 8).

Nessa conjuntura, o movimento feminista buscou repensar as condições das mulheres dentro da sociedade patriarcal, revelando-se nos âmbitos público e privado e recriando relações pessoais sob um prisma em que o feminino não seria o menor, o desvalorizado, o denunciando; em outras palavras, seria repensada a mística de um eterno feminino e a crença na inferioridade da mulher como sendo algo natural, calcada em fatores biológicos. Questionavam, portanto, a idéia de que homens e mulheres estariam predeterminados por sua própria natureza a cumprirem papéis opostos na sociedade. Para Melucci:

O movimento das mulheres mais do que um outro movimento, significou o apelo a uma diferença que originou a ação coletiva: diferença irreduzível, porque radicada na natureza e na experiência ancestral da espécie. Por isso, é tão mais difícil separar as lutas das mulheres da história da mulher, da consciência de uma subordinação que penetra na memória mais arcaica das sociedades humanas (2001, p. 105).

Nesse momento de contestação e de luta pela igualdade, o movimento feminista foi compondo-se como uma manifestação de massas, que passou a se constituir a partir da década de 70 do século XX em uma inegável força política com enormes potenciais de transformações sociais. Nessa mesma década, as brasileiras que estavam exiladas ou estudando na Europa ou nos Estados Unidos, articulam uma militância feminista para o

Brasil e para a América Latina. O movimento de liberação das mulheres na América Latina segundo Muraro:

(...) vai tomando rumos próprios, independentemente do que acontece em outros continentes. Tudo indica que a vanguarda do movimento tem suas raízes em pequenos grupos, mas que lentamente vão adquirindo dimensões maciças. Entre esses grupos, é essencial a influência da Igreja e das mulheres. Assim, tudo o que aconteça na América Latina será por intermédio da Igreja e das mulheres, ou não acontecerá. Por isso, a integração da mulher em âmbito teológico e pastoral requer certas condições, sobretudo medidas que lhe dêem o direito ao controle direto de seu próprio corpo. Medidas que são principalmente políticas, e não individuais, e que constituam a primeira condição para o êxito transformador desses movimentos (2000, p. 137).

Em princípio, foi no exílio (forçado ou não), uma consequência direta da ditadura, que brasileiras de esquerda tiveram contato com as novas idéias feministas e com obras de referência do feminismo. Essas mesmas mulheres, de volta ao Brasil, foram as responsáveis por começar a formar grupos para conversar sobre sua condição no começo dos anos 1970. Esses grupos, que imitavam práticas do feminismo do Norte, ficaram conhecidos como grupos de reflexão e seu objetivo era socializar problemas individuais das mulheres que, quando reconhecidos, tomavam um caráter político (PEDRO, 2007, p. 170).

As feministas começavam a entrar em cena, surgindo o “feminismo organizado” – um movimento de mulheres das camadas médias, na maioria intelectualizadas, que buscavam novas formas de expressão da individualidade. Em luta contra a ditadura militar, elas defrontavam-se com o poder masculino dentro das organizações de esquerda; isso impedia sua participação em condições de igualdade com os homens nos movimentos então construídos (GOLDBERG, 1987, p. 67). Assim, foi possível observar na sociedade e nas instituições acadêmicas que os estudos sobre elas encontravam-se marginalizados na grande parte das produções e nas documentações oficiais. A partir disso, os diversos movimentos feministas, juntamente com as teorias feministas procuraram, sobretudo, evidenciar a visibilidade das mulheres, mostrando que elas estavam presentes nos processos históricos.

Cresce, especificamente a partir dos anos 70, o interesse pela história das mulheres, manifestado através de várias rupturas dentro da sociedade patriarcal. Tais rupturas

ecoaram as vozes feministas mais altas, fazendo acontecer mudanças na maneira de pensar, agir, vestir, cuidar da casa e dos filhos, e disseminaram a luta por uma igualdade dentro de todas as esferas da sociedade. Diz Matos sobre as novas tendências de abordagem, emergentes nesse momento:

(...) possibilitavam uma abertura para os estudos sobre a mulher, ao ampliarem áreas de investigação, ao renovarem a metodologia e os marcos conceituais tradicionais, apontando para o caráter dinâmico das relações sociais e modificando os paradigmas estabelecidos. Contudo, a influência mais marcante para essa abertura parece ser a descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade; o funcionamento da família; o papel da disciplina e das mulheres; o significado de fatos, lutas e gestos cotidianos. Assim, a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, diante do deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano (2002, p. 59).

As reivindicações feministas variavam de acordo com o momento histórico e com as características sócio-econômicas e políticas do país. Pela primeira vez no período da ditadura militar, falou-se sobre problemas específicos às mulheres e sobre assuntos do feminismo, por meio de intensas atuações que ganharam o status de movimento de massas. Formou-se, assim, uma consciência a respeito da importância das transformações nas condições das mulheres, o que legitimou os debates em torno das questões antes relegadas a um plano marginal, ao nível político e científico.

Nesse processo, Muraro acrescenta que, durante a década de 70, “a ditadura militar no Brasil iniciou um período de abertura política que serviu como transição para a democratização do País. Durante o período da abertura, houve uma grande polêmica entre os partidos políticos e os movimentos sociais, especificamente os movimentos de mulheres” (2000, p. 139). Nesse contexto, pois, que explodiu no Brasil:

(...) em termos de opinião pública, o problema da mulher em inícios de 1971. Todas as mídias: televisão, revistas, jornais, a grande imprensa, envolvem-se no debate do feminismo, geralmente, assumindo as posições conservadoras importadas dos países dominantes, o que gera grande polêmica, especialmente entre a juventude. A partir daí, até quando surgem os primeiros grupos organizados, os meios de comunicação não mais deixaram de trazer contínua e surpreendentemente os vários problemas de sexualidade e comportamento da mulher em suas manchetes (IBIDEM, 1996, p. 14).

Em 1972, o Brasil estava passando por crises econômicas e por uma crescente inflação. Esses dois momentos de instabilidade contribuíram para que dois grandes movimentos liderados por mulheres se desenvolvessem: o movimento contra o alto custo de vida e o movimento de luta por creches. Esses movimentos iniciaram seu trabalho de reflexão e organização com mulheres de classe média e jovens profissionais liberais.

No dia 8 de março de 1975, a ONU decreta o Dia Internacional da Mulher em seu calendário oficial. Essa data comemorativa foi sugerida pela jornalista e militante socialista alemã Clara Zetkin, no ano de 1910. O dia foi escolhido em homenagem às tecelãs queimadas vivas em Nova York, quando reivindicavam por melhores condições de trabalho, uma vida digna e uma sociedade igualitária.

Com o reconhecimento da ONU pelo dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, acendeu-se a chama pela emancipação e pela participação social das mulheres que tanto Berta Lutz fomentara durante anos de luta pelos direitos de suas companheiras. Houve a criação de novos núcleos em diversos Estados e, também, o surgimento de diversos grupos com enfoques e formas diferentes de atuação. Entre eles, destacam-se o Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1975 em São Paulo, e outros núcleos criados em diversos estados do país, tais como no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Minas Gerais.

Inicialmente, o movimento pela anistia foi composto por oito mulheres que, angustiadas há muito tempo pela situação nacional, acalentavam o sonho da pacificação do nosso país. À frente do movimento, estava a advogada Therezinha Godoy Zerbine, de 50 anos, presa política durante seis meses em 1970 e esposa do general Euryale de Jesus Zerbine, que foi cassado pela revolução de 1964. Therezinha Zerbine lembra sobre o Movimento Feminino pela Anistia:

De 1964 até 1975, éramos um grupo de mulheres muito sofridas, muito amarguradas e como cidadãos nos angustiávamos ao ver a sorte do nosso país. Realmente sofriamos muito como todo o povo. Mas até 1975 ninguém falava em anistia, porque era um tabu.

Quando nós começamos a luta pela Anistia, muita gente perguntava “Por que movimento feminino?” Eu digo que há um estudo da UNESCO que diz: a escolha de um objetivo, isso se chama política. O nosso Movimento Feminino pela Anistia é um movimento político, mas apartidário. Nós colocamos que a anistia é necessidade imperiosa da

consciência e cabe a nós, ganhar essas consciências aonde elas estiverem, até do lado de lá. O movimento tem muito valor, pois ganhar quem já fala nossa língua não é ganhar, nosso papel é ganhar consciências (1979, p. 121-122).

O Movimento pela anistia teve duas principais finalidades: a primeira era defender todos os homens atingidos, dando-lhes o direito à cidadania, e a segunda, promover as mulheres culturalmente, socialmente e civicamente, para que elas não mais se distanciassem da comunidade, já que a sociedade nessa época estava muito oprimida. A mulher, dizia Zerbine “precisava se levantar como fonte de vida, pois a mulher é vida, é transmissora de valores e devia se posicionar diante da História. Nós tínhamos convicção que o maior problema do Brasil é o problema político” (IBIDEM, p. 216). Zerbine também ressalta outros objetivos do movimento pela anistia:

Na luta pela nossa libertação encaramos a libertação da mulher como dupla tarefa: a mulher frente a uma problemática feminina e universal, e como cidadãs frente a uma realidade de exploração econômica e dominação cultural;

Propomos e nos comprometemos a lutar pela mudança dessas estruturas obsoletas, para alcançar a libertação da mulher, sua igualdade com o homem;

Protestamos energicamente contra a exploração comercial da mulher como símbolo e objeto sexual, contra sua utilização como sujeito e objeto da sociedade de consumo, contra sua coisificação e prostituição;

Exigimos uma crescente e efetiva participação feminina em todos os postos de eleição popular e em todos os níveis da administração pública e em todos os órgãos e centros de decisão do poder político, em igualdade de condições e oportunidades;

Por fim, nós mulheres propomos realizar nossa luta conjuntamente com o homem como expressão de verdadeira integração e igualdade humanas (IBIDEM, p. 33-34).

As mulheres que fizeram parte do movimento pela anistia defenderam algumas linhas feministas ao pedir liberdade e democracia. Foi dessa forma que esse grupo teve a idéia de elaborar um boletim que, posteriormente, virou um jornal. Assim, nasceram o *Brasil Mulher*, em Londrina e, o *Nós Mulheres* em São Paulo. O primeiro, editado pela Sociedade Brasil Mulher, era ligado ao Movimento pela Anistia; o outro era um órgão da Associação de Mulheres. O jornal *Brasil Mulher* foi um dos mais importantes da década de 70 e Zerbine afirma:

O número zero foi tirado do nosso Movimento e a pauta do número 1 ainda foi feita em casa. Na hora de registrar o jornal, o núcleo de

Londrina houve por bem não querer tirá-lo como sendo MFPA (Movimento Feminino pela Anistia) e sim de uma Sociedade Brasil Mulher criada para isso. (...). O número zero do Brasil Mulher dizia: Este não é um jornal da mulher. É um jornal destinado a homens e mulheres em busca da igualdade perdida. Nós nos propomos a nos juntar à imprensa democrática do nosso país (IBIDEM, p. 23-24).

No seu exemplar de número 13, de julho de 78, o periódico traz artigos sobre os caminhos que tomava o Movimento Feminino pela Anistia e a necessidade dessa luta continuar. Também divulgava depoimentos de ex-presas políticas e cartas que lhes haviam sido enviadas pela família, pelos amigos ou por pessoas que lutaram por sua liberdade enquanto estavam na prisão. Manini destaca o seguinte depoimento:

É o de Cimélia Alice Schimidt de Almeida, presa em 72, quando estava grávida. Veja alguns trechos de seu relato:

Na rua Tutóia, sede da OBAN, fui torturada de várias formas: ameaças de assassinato, tapas, socos no rosto e na cabeça, choques nas mãos e nos pés, na “cadeira do diabo”, ameaça de seqüestro do meu filho quando nascesse ou do confinamento da criança em órgãos de assistência ao menor abandonado.

(...) Não fui julgada ou condenada. No entanto, meu filho nasceu marcado pela violência e pelo desrespeito à dignidade humana. Não tem marcas visíveis de tortura, mas aos dez meses de idade sofreu convulsões provenientes de um foco infeccioso no cérebro. Hoje é uma criança triste. Tem medo de polícia e de ladrão, que para ele são uma coisa só. Tem medo de que eu saia e não volte mais. Se lhe digo que não vou deixá-lo, ele responde: Você pode querer voltar. Mas se eles não deixarem? Sofremos tudo isso porque acredito numa sociedade mais justa e luto por sua construção (1996, p. 34).

Com oito periódicos publicados entre 1976 e 1978, surge o jornal *Nós Mulheres*. Foi o primeiro periódico do feminismo de Segunda Onda brasileiro (emergente no Ocidente nas décadas de 1960-70) a declarar-se feminista. Conforme Moraes:

O feminismo de Segunda Onda chama a atenção para a busca por uma organização interna não hierárquica, autônoma e sem estrutura rígida no grupo. Esta característica era comum nos feminismos de Segunda Onda, e se refere à não reprodução das estruturas encontradas na sociedade que, segundo as feministas, oprimiam as mulheres. Assim, podemos observar como a experiência prática de outras formas de organização, que não as tradicionais, fazia parte dessa militância, que buscava articular o público e o privado no dia-a-dia (1990, p. 20).

No jornal *Nós Mulheres*, pode-se observar um feminismo carregado de especificidades, pois tinha uma estreita relação com a resistência à ditadura e com o marxismo, sem ignorar o feminismo. Foi um jornal voltado para as mulheres trabalhadoras de classes populares. Outra especificidade dessa publicação era sua postura sobre os grupos de reflexão, que segundo Moraes, “eram vistos com desconfianças, como uma espécie de chá das cinco das ricas ociosas” (IBIDEM, p. 29). O grupo buscava conscientização; ou seja, era um jornal escrito para mulheres que precisavam ser conscientizadas, e, por isso, buscava tratar dos problemas desse público. No geral, muitas das mulheres que buscaram o grupo com esses objetivos acabaram por aderir ao feminismo, ou por levar reivindicações feministas aos grupos de esquerda, ou mesmo por trocar a militância de esquerda pela feminista (GRAMMATICO, 2005, p. 27). Manini escreve:

Em seu editorial de número 07, de março de 1978, o jornal *Nós Mulheres* publicou o seguinte trecho sobre o movimento feminista: Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não são só oprimidas enquanto sexo, mas também enquanto classe. No Brasil, dada a importância da organização de todos que lutam por uma sociedade democrática e, em particular; da organização das mulheres, essa liderança ainda não foi assumida. E esse é o grande desafio que enfrentamos. Será somente quando os movimentos amplos de mulheres das classes trabalhadoras e os atuais grupos feministas – em geral, mulheres pertencentes à classe média que tiveram acesso mais fácil ao conhecimento – integrarem-se como um todo orgânico, que o feminismo se tornará uma força concreta de transformação social.

Por isso, *Nós Mulheres* continuará defendendo a perspectiva das mulheres trabalhadoras, registrando suas lutas e, ao mesmo tempo, tentando avançar na discussão de todos os aspectos que envolvem a repressão da mulher – e que vão desde o lugar ocupado por ela na estrutura produtiva até a própria repressão sexual (1996, p. 44).

Ainda que rapidamente, podemos observar algumas especificidades entre o jornal *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*. O primeiro marcava sua diferença por ter uma estrutura mais profissional de produção, e não compartilhar do ambiente “anárquico” de produção coletiva do segundo (MORAES, 1990, p. 21). Outra diferença marcante entre o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher*, segundo o depoimento de Moraes, é a questão da autonomia partidária:

O *Brasil Mulher* é uma história complicada (...) o *Brasil Mulher*, o que era o *Brasil Mulher*? A primeira vez que se fala em anistia, foi (...). O *Brasil Mulher* na sua primeira versão era do Partido Comunista Brasileiro (ao qual se refere como PC), tinha uma pessoa do PC. A Joana Lopes que era professora da UNICAMP, uma outra que eu esqueci o nome, a Teresinha e tal. Era um grupo pequeno de jornalistas, que fazia aquela revista, que era o Movimento Feminino pela Anistia, *Brasil Mulher*, não era feminista. Ai o que aconteceu, a gente tinha, com o *Brasil Mulher*, muitas relações, mas elas eram PC. E é claro que não é o que a gente queria (IBIDEM, p. 21).

Nesse contingente, percebemos que os principais debates dos anos 70 e as principais questões teóricas e políticas, tais como a luta pela anistia, debates sobre o aborto e a sexualidade ou, até mesmo, a luta contra a ditadura e a tortura, tudo estava nas páginas da chamada “Imprensa Alternativa”. Esse grupo congregava jornais de vários tipos, entre eles, aqueles vinculados a grupos e movimentos de minorias políticas, como era a imprensa feminista.

Considerada como a “imprensa negra”, a imprensa feminista discutiu a posição das mulheres na sociedade e defendeu seus direitos: estava em foco o comportamento público, ou melhor, as interferências do público no privado (BUITONI, 1986, p. 64). Esse grupo objetivava também ser porta-voz de grupos e movimentos específicos ou de minorias, constituindo-se como uma fonte alternativa em relação à grande imprensa. Além disso, esse tipo de imprensa era mais reivindicatória, em decorrência das contradições urbanas e sociais aumentadas pelos anos da ditadura; traziam, dessa maneira, a visão que cada movimento tinha sobre a sociedade e a época em que viviam.

Nessa época, o movimento feminista foi ganhando mais expressão através do surgimento de novos grupos, que estavam sendo organizados sob o patrocínio direto das Nações Unidas. Foram criados, então, o Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, e o Centro de Desenvolvimento da Mulher Paulista, em São Paulo. Ambos foram marcos, pois se propunham a atuar enquanto organizações especificamente feminista. O que era aparentemente individual e isolado se revelou, na verdade, uma experiência coletiva, concretizando-se a possibilidade de luta e de transformação. Sobre as atividades desses grupos, Giuliani alega:

(...) são constantemente avaliados e revisados os papéis sociais das mulheres – mãe, esposa, dona de casa -, mesmo que a reflexão sobre o trabalho e a discriminação no mercado de emprego não esteja sempre presente. Deve ser reconhecida sua importante contribuição no processo de redemocratização, através de suas reivindicações para que sejam mudados os códigos jurídicos já definitivamente superados e sejam promulgadas leis mais coerentes com a efetiva atuação econômica e social da mulher; através da crítica à política salarial promovida pelo Estado; através da demanda de serviços públicos de apoio à mãe trabalhadora. Além disso, provenientes sobretudo de grupos de mulheres de classe média, dona de casa ou profissionalizadas, várias mobilizações aglutinam orientações culturais e ideológicas diversas em torno da luta contra a violência, a opressão e a discriminação da mulher (2004, p. 649-650).

Nos anos 70, o papel do movimento feminista – que foi minoritário em sua origem, já que minoritárias eram suas porta-vozes – foi esmagadoramente majoritário devido ao mal-estar das mulheres daquela geração e seu desejo por mudança. No espaço de trinta anos, elas traduziram em atos as propostas do movimento, inicialmente consideradas descabidas e intransigentes; porém, destemidas frente aos conflitos, elas causaram uma revolução que se espalhou mundo afora. Durante os anos da década de 70, principalmente nos seus primeiros anos:

O avanço do feminismo foi lento, acompanhando a luta pela ampliação do espaço democrático no país. E por muito tempo acreditei que a luta feminista havia começado nos anos 70. Maravilhoso equívoco! Além de uma enorme injustiça. Como protagonistas do feminismo contemporâneo, não podemos ignorar as lutas que nos antecederam. A das índias que lutaram contra a violência dos colonizadores; das negras que se rebelaram contra a escravidão; e das brancas que romperam com as limitações que lhes confinava ao mundo privado, para conquistar direitos de cidadania e ter voz no mundo público. (...) De forma organizada e coletiva, ou individualmente, foram inúmeras as mulheres que contribuíram para a construção de nossa condição feminina atual. A elas devemos o reconhecimento da cidadania feminina, com leis e reformas sociais que até hoje nos beneficiam (FERREIRA; BONAN, 2005, p. 49).

No final dessa década e no início dos anos 80, o feminismo enquanto movimento organizado começou a se expandir consideravelmente no Brasil, com diversos grupos de enfoques e formas diferentes de atuação. Também houve a criação de novos núcleos em outros Estados e a participação em associações profissionais, partidos e sindicatos, o que ajudou na proliferação da diversidade dentro do próprio movimento feminista, que deixava

de ser uma luta una e localizada. O movimento passava a ter suas reivindicações universalmente expandidas, e consolidava, a partir daí, as idéias feministas no cenário social do país. Essa expansão foi produto não só da atuação de suas porta-vozes, mas do clima receptivo das demandas da sociedade brasileira que se modernizava.

Nesse novo período, os assuntos e as atenções se voltavam para o campo da sexualidade, da maternidade, da família, do direito ao corpo, da violência contra a mulher e da saúde. O movimento desenvolveu a prestação de serviços a mulheres que necessitavam de atendimento e instruções. Surgem, a partir daí, grupos autônomos de mulheres que se especializavam na área da saúde, e grupos de reflexão, que instruíam as mulheres para que conhecessem seu próprio corpo. Dessa forma, o movimento aproximava-se de um número grande de mulheres, em sua maioria, não feministas, em função dos serviços que prestava e, aproximava-se também de partidos políticos e do Estado. Esse último por sua vez, segundo Manini:

(...) também tinha o interesse de atender às reivindicações feministas como forma de manter sua sustentação e atuação eficaz, mas não pretendia que as mulheres participassem de seu pacto de dominação, ocupando cargos elevados dentro de sua estrutura.

Por isso, a solução que encontrava para atender às pressões feministas é a institucionalização de suas propostas através da criação dos Conselhos, que seriam órgãos financiados pelo Estado e dirigidos por mulheres que colocariam em prática as aspirações do movimento feminista.

Esses Conselhos, porém, deveriam se submeter aos interesses do Estado, já que eram financiados por ele. Dessa maneira, o Estado estrategicamente cede espaço às mulheres, mas impede seu avanço (1996, p. 44).

Além disso, segundo Rodrigues, “os partidos políticos vislumbraram a possibilidade de expandir seus projetos político-ideológicos através desses movimentos. Muitas mulheres militantes aderiram a essa estratégia, procurando difundir nos seus movimentos, palavras de ordem partidárias” (2001, p. 11). A relação com os partidos, nesse debate, é fundamental, uma vez que a inserção de mulheres feministas na política gerava grandes discussões no movimento.

O processo histórico de construção da esfera pública, estimulador de um senso comum em que a exterioridade das mulheres em relação à política foi se consolidando como algo natural, provavelmente contribuiu para a ambigüidade observada na relação que os próprios movimentos de

mulheres vieram a estabelecer com o poder político, na trajetória de constituição de seus direitos e posteriormente, em sua afirmação como sujeitos políticos (ARAÚJO, 2002, p. 3).

Quando o movimento passa a ser incorporado nesse universo público, segundo Rocha e Bicalho, “as ideologias dos diversos partidos políticos vão estar influenciando as organizações femininas e feministas. A mulher feminista vai estar presente no cenário social e político, as questões da mulher vão passar a fazer parte de plataformas de organizações partidárias” (1999, p. 21). Nessa conjuntura, Ribeiro complementa:

A entrada de ativistas feministas / mulheres nas estruturas de governos implica a interiorização dos valores feministas / das mulheres para confronto dos distúrbios sociais que alijam a qualidade de vida das mulheres. Significa a intervenção direta e organizada em busca de políticas públicas sintonizadas com os interesses da agenda e a estruturação de pilares que promovam uma transformação real da ordem sociopolítica brasileira (2006, p. 809-810).

Os partidos políticos incluíram em seus programas propostas feministas; mesmo assim, nesse processo, os movimentos desenvolveram reservas em relação aos partidos. As feministas afirmavam, segundo Rodrigues “vivamente o valor da autonomia feminista, o que significava afirmar que as decisões e as iniciativas do grupo deveriam emergir das reflexões do próprio grupo, que deveria ser autônomo e independente em relação a vinculações partidárias ou outras (sindicais, religiosas)” (2001, p. 11).

O fato é que feministas de grupos autônomos e aquelas militantes em partidos políticos se uniram, visando estender as plataformas feministas dentro dos partidos. Assim, novamente grupos feministas foram formados por todo o Brasil, o que demonstrou que:

As ações conjugadas ganham sustentação, e os grupos de mulheres vinculados a partidos diversificam-se em termos de finalidade (assessoramento partidário, ação partidária, movimento partidário) e em termos de estrutura organizativa (constituição de núcleos, secretarias, comissões de mulheres nos partidos). Ao final, o reconhecimento generalizado de que as “feministas de partido” vinham para somar e que as “feministas autônomas e independentes” também tinham e/ou faziam suas escolhas partidárias, podendo a convivência ser muito salutar e produtiva (IBIDEM, 2001, p. 15).

Diante desse novo cenário, a imprensa feminista se fez presente novamente, através da criação de outro jornal, intitulado de *Mulherio*. Esse jornal foi dirigido pela cineasta e jornalista Inês Castilho, em São Paulo e veio para preencher as lacunas deixadas pela suspensão da publicação de dois jornais da década de 70: *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

O *Mulherio*, segundo Alves e Pitanguy, dedicava-se “às mais variadas tarefas: reflexão, publicação de folhetos sobre sexualidade, direitos da mulher, saúde, pesquisas, grupos de estudos, cinema, teatro, SOS contra violência, Casa da Mulher, etc” (1985, p. 72). Manini relata sobre o jornal *Mulherio*:

Em seu editorial de número zero, de março-abril de 81, o jornal *Mulherio*, expõe essa nova perspectiva do feminismo, ao explicar a proposta do jornal a partir do próprio título. Definindo os conceitos estereotipados atribuídos ao termo *Mulherio* no dicionário, *Mulherio* pretende tirar os estereótipos relacionados à figura da mulher e valorizar as atitudes e capacidades femininas; sempre livre de qualquer postura ideológica, como muito bem ressalta no trecho que vemos a seguir: *Mulherio*, por sua vez, nada mais é do que as mulheres. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como *Mulherio* e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consciente, mas não mal humorada, sisuda ou dogmática (1996, p. 58).

Sem dúvida, o jornal *Mulherio*, nasceu com o objetivo de ser um elo entre vários grupos de mulheres espalhados pelo Brasil, divulgando também pesquisas sobre assuntos femininos. Os assuntos sobre as mulheres, por sua vez, não estavam sendo divulgados somente pela imprensa feminista (através dos jornais). Nessa época, algumas revistas destinadas exclusivamente às mulheres passaram a estabelecer um novo tipo de mulher e suas novas condutas nos anos 80. Emergem três revistas: *Cláudia*, *Nova* e *Carícia*.

A revista *Cláudia* foi lançada pela editora Abril e dirigida pela jornalista Cristina Duarte, tendo Cármen da Silva como colunista e redatora. “Cláudia, com nome de gente, veio ao encontro de uma certa busca de identidade da mulher de classe média urbana” (BUIIONI, 1986, p. 49). Sobre revistas femininas, Chauí afirma:

Particularmente *Cláudia*, *Nova* e *Carícia*, enfatizam não só as formas de reforço dos estereótipos dos papéis sexuais-sociais de homens e

mulheres, mas o fato de as mudanças sociais (sobretudo profissionalização feminina e anticoncepcionais) terem forçado por razões comerciais, o aparecimento de Nova e Carícia e uma certa “modernização” de Cláudia. Esta se volta para a dona de casa moderna; Nova, para as profissionais, e Carícia, para as adolescentes.

No primeiro caso, no que se refere ao sexo, a receita é: como segurar seu homem sendo esposa-amante-mãe perfeita (limpinha, perfumadinha, quituteira, informadinha, discreta, sempre jovem e jovial). No caso de Nova, a receita é: como ser inteligente e sedutora, sem assustar o macho e, para tal, a nova mulher precisa gostar de si mesma, *tal como é* (o “como é”, evidentemente, recebe uma ajudazinha de cremes, massagens, cosméticos, ginásticas, cirurgias plásticas, modistas, cabeleireiros, etc. – arriscaríamos aqui a expressão: a mulher “naturalmente” produzida). No caso de Carícia, ensina-se às meninas que devem ser livres, mas com limites, e respeitar a liberdade masculina, sem limites, como provam os dados científicos. A idéia geral sobre a sexualidade provém da sexologia: técnicas sexuais de fácil aprendizado e eficazes (para as cláudias, a fim de “salvar o casamento”, para as novas, a fim de manterem a sedução e para as carícias, a fim de estarem bem informadas para o momento oportuno), tolerância (caso “outra” apareça), ter vida própria, conversar muito com o marido e esquecer os equívocos inevitáveis. E, em todas elas, evidentemente, o ideal materno, como fim natural, da feminilidade (...) (1984, p. 204-205).

A maioria das mulheres, durante os anos 80, adquire outro tipo de independência, baseado em novos estereótipos impostos ao feminino. Mesmo assim, muitas delas rompem com as normas do patriarcalismo e com os modelos políticos tradicionais que atribuíram uma neutralidade ao espaço individual e que definiram como política unicamente a esfera pública. Dessa forma, o discurso feminista apontou também para o caráter subjetivo da opressão, revelando os laços existentes entre as relações e as políticas públicas.

Acusado de alienado dos problemas nacionais, o movimento feminista, na verdade, imprimiu às suas ações coletivas uma orientação voltada para a situação das mulheres de todas as camadas sociais, extravasando a área econômica e incluindo questões sobre sexualidade, violência, direitos reprodutivos, aborto, planejamento familiar e orientação sexual. As duas vertentes do movimento de mulheres atuaram conjuntamente, numa relativa unidade, até 1982.

Ainda que rapidamente, podemos observar dois pontos fundamentais que marcaram o movimento feminista dos anos 80. O primeiro resulta do fato das mulheres não mais lutarem pela igualdade de direitos e papéis em relação aos homens; nesse momento, o movimento passa a privilegiar a valorização das diferenças entre masculino e feminino (começa a discussão sobre

Gênero) como forma de recuperar a identidade feminina e afirmá-la dentro do universo masculino dominante. O segundo ponto, de acordo com Manini:

(...) mostra que o feminismo ao se aproximar do Estado, demonstrou que isso era necessário como forma de buscar caminhos para a legitimação de suas aspirações e se manifesta enquanto prática política. Essa aproximação tem como pano de fundo a democracia que se instalava no Brasil do período e que muito contribuiu para a problematização do gênero – assim como teve a ajuda do movimento feminista para o seu processo, de acordo com Sônia Alvarez. Por isso, esta autora chama o feminismo dos anos 80 de “feminismo de Estado”, denominação muito bem escolhida para retratar o movimento nesse período (1996, p. 61).

Trazer à tona os movimentos feministas dos anos 60, 70 e 80 do século XX soma a busca pela democracia à luta pela igualdade de gênero. No entanto, esses movimentos eram desqualificados pelos meios de comunicação em geral, que os acusavam de serem alienados, de terem preocupações burguesas ou de copiarem um modismo de americanas ou européias. O feminismo, entretanto, conviveu com a diversidade, sem negar sua particularidade. Verificou-se, conforme Blay:

No geral a sociedade para ridicularizar as militantes, “desmascarar” suas lutas, acusá-las de não atenderem às verdadeiras necessidades das trabalhadoras, negavam que houvesse violência contra a mulher, afirmavam que estupros eram provocados pela própria vítima e que era legítimo matar uma mulher em nome da “honra”. Negavam que as mulheres de favela tivessem qualquer interesse em discutir a própria sexualidade, o planejamento familiar ou o aborto! Estas críticas, perturbadoras numa sociedade profundamente patriarcal e machista, ignoravam a experiência das “estrangeiras”, na verdade brasileiras exiladas políticas, em contato constante com as brasileiras donas de casa, acadêmicas e sindicalistas, estudante de diferentes classes sociais, artistas e trabalhadoras, que lutavam, no país, contra a ditadura militar. Ser feminista tornou-se sinônimo de exibicionismo, alienação, incoerentes “queimadoras de sutiãs, marca desfiguradora que se introjetou de tal maneira que, mesmo hoje, muitas mulheres com valores e comportamentos plenamente feministas não aceitam serem adjetivadas como tal (1999, p. 136).

Contudo, ocorreu que, ao discutir as relações entre homens e mulheres e ao negar a hierarquia de gênero, a subordinação e a sexualidade, o movimento levava necessariamente a discutir direitos civis, liberdade e democracia. Isso atingia diretamente o poder autoritário, fazendo com que o movimento das mulheres produzisse, na opinião de Burke:

(...) uma experiência feminina compartilhada que, embora levasse em conta as diferenças sociais, enfatizava o denominador comum da sexualidade e as necessidades a ela vinculados. O aumento da consciência acarretou a descoberta da “verdadeira” identidade das mulheres, a queda das viseiras, a obtenção de autonomia, de individualidade e, por isso, de emancipação. O movimento das mulheres pressupôs a existência das mulheres como uma categoria social separada, definível, cujos membros necessitam apenas ser mobilizados (ao invés de se ver uma coleção de pessoas biologicamente similares, cuja identidade estava em processo de ser criada pelo movimento) (1992, p. 83).

Enfim, os diversos feminismos brasileiros, desde cedo, revelaram sua vocação como movimento capilar, difundindo-se pelas entranhas da sociedade. Estão em ONGs, universidades, sindicatos, associações profissionais, parlamentos e partidos políticos, serviços públicos, secretarias de estado e ministérios, organismos das Nações Unidas e em outros movimentos sociais. Eles formam um conglomerado de pessoas, grupos e redes, perpassando inúmeros setores da vida social (FERREIRA; BONAN, 2005, p. 107).

2 GÊNERO: APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

(...) a incursão das mulheres no mundo dos homens – sua entrada gradativa nos meios de comunicação e o aprendizado dos novos códigos – permitiu uma nova leitura do universo feminino revelado ao mundo, não pelos direitos à igualdade, mas pelos direitos à diferença – como instrumento de sua própria identidade.

Rosa Alegria

Após várias tentativas de explicar teoricamente a opressão das mulheres, alguns estudos surgem nas últimas décadas do século XX. Eles aparecem da necessidade teórica de uma articulação das várias dimensões em que estavam ocorrendo as opressões sobre as mulheres, seja no âmbito da família, do trabalho, da sexualidade, do poder e da identidade, apontando, assim, para um novo conceito.

Trata-se do *gênero*, este termo novo, que foi elaborado por mulheres intelectuais a partir da década de 1970 para teorizar a questão da diferença sexual, indicando construções sociais. O gênero surgiu enquanto categoria explicativa, referente às relações sociais entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e entre mulheres e homens.

O uso da palavra “gênero” tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, igualdade e respeito. Para o feminismo, o termo “gênero” passou a ser usado no interior dos debates travados dentro do próprio movimento, e buscava uma explicação para a subordinação das mulheres (PEDRO, 2005, p. 3).

O gênero foi proposto por mulheres que defendiam que a pesquisa sobre elas transformaria fundamentalmente os paradigmas de cada disciplina. Em tal contexto de mutações teóricas, localiza-se a expansão dos estudos de gênero, sendo coerente afirmar que os mesmos emergiram da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da História (MATOS, 1998, p. 67).

Nessa perspectiva, o gênero, enquanto categoria de análise na narrativa histórica, passou a permitir que os (as) pesquisadores (as) focalizassem as relações entre homens e

mulheres, tendo a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional. Ou seja, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente.

O termo foi se popularizando, não porque enunciava um conhecimento sobre como a cultura operava, ou porque mantinha um compromisso com um projeto de mudança intelectual e de transformação social. Popularizou-se porque, em muitas vezes, passou a ser utilizado simplesmente como mais uma terminologia em discursos que procuravam se inscrever na contemporaneidade.

E, mesmo tendo emergido como preocupação teórica na historiografia, somente a partir do final do século XX os estudos sobre a categoria gênero consistiram em importante avanço da teoria feminista. Foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre a história das mulheres que a categoria de análise gênero passou a ser utilizada. Elas, segundo Pedro, “foram inspiradas, em sua maioria, pelo texto, muitas vezes citado, de Joan Wallach Scott: “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990” (2005, p. 9).

Para as historiadoras, o uso da categoria de análise gênero significava, como lembrou a historiadora Natalie Zemon Davis em 1974, combater o determinismo biológico, focando a relação entre homens e mulheres e compreendendo as significações do gênero no passado. Traduzindo: elas nos convocam a observar o que significava ser homem ou mulher no passado (IBIDEM, p. 13).

Verificou-se, em princípio, que a categoria gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens. Como nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias já existentes, mas, vulgarmente, ainda é usado como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos desse tema (MATOS, 2002, p. 1052).

O gênero, no entanto, ao substituir “mulheres” proporcionou buscar respostas de como esta nova categoria de análise funcionou dentro das relações sociais e históricas existentes. Não apenas à análise das mulheres, mas também dos homens, uma vez que o

estudo de gênero insistiu na idéia de que o mundo das mulheres fazia parte do mundo dos homens.

Assim, o gênero procurou destacar que as construções de feminino e masculino definiam-se um em função do outro, uma vez que se constituíram historicamente em tempos e culturas determinados, tornando-se uma maneira de indicar as construções sociais. Ou seja, a criação social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres é um importante instrumento analítico para os estudos feministas, tanto do ponto de vista teórico quanto político. De acordo com Teresa de Lauretis:

(...) o termo “gênero” é uma representação não apenas no sentido de que cada palavra, cada signo, representa seu referente, seja ele um objeto, uma coisa, ou ser animado. O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação (...) o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer (...). Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe (1994, p. 210-211).

Para a autora, o gênero é um conjunto de produtos e processos sociais que não representa o sexo, e, sim, uma relação social em que as concepções culturais de masculino e feminino são categorias complementares; nelas, os seres humanos são classificados em um sistema de gênero, com as especificações de cada cultura. Segundo Lauretis:

Se nos subsidiarmos nestas reflexões, reconheceremos ser preciso, para que possamos analisar a experiência de mulheres, identificar/destacar efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes capazes de processar a interação entre as mulheres e o mundo a sua volta, por meio dos discursos que as produzem como sujeitos femininos. A família, a Igreja, a escola, as mídias, o cotidiano, bem como as inúmeras formas de vivências disponíveis no mundo social, nesse sentido, poderiam estar funcionando como fábricas produtoras de representações sociais de gênero, de meninas e de mulheres. Enfim, poderiam estar funcionando como “tecnologias de gênero”, isto é, como “técnicas e estratégias discursivas por meio das quais o gênero é construído” (IBIDEM, p. 240).

No Brasil, o conceito de gênero chegou por meio das pesquisadoras norte-americanas, que passaram a usar a categoria “gender” para falar das origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres (GROSSI, 2000, p. 33). Foi também em referência a tais origens, que ambos construíram suas práticas sociais; ou seja, o gênero veio para acrescentar e complementar a categoria classe social, a fim de dar conta da existência das opressões que mudaram profundamente o pensamento humano.

Essa integração da categoria gênero à categoria classe social, fundamentalmente, nos fez entender e transformar a natureza da opressão e da história. Contudo, o gênero passou por uma construção sócio-histórica, que aconteceu pela socialização e que serviu para explicar tudo que é determinado social, cultural e historicamente.

Essas questões nos remetem às palavras da filósofa Judith Butler:

O gênero é uma construção, que deve haver um “eu” ou um “nós” que executa ou desempenha essa construção? Pois se o gênero é construído, ele não é necessariamente construído por um “eu” ou um “nós” que se coloca antes daquela construção em qualquer sentido espacial ou temporal de “antes”. De fato, não fica claro possa haver um “eu” ou um “nós” que não tenha sido sujeito ao gênero, onde a generificação é construída, entre outras coisas, pelas relações diferenciadoras pelas quais os sujeitos falantes se transformam em ser. Submetido ao gênero, mas subjetivado pelo gênero, o “eu” não precede nem segue o processo dessa generificação, mas emerge apenas no interior das próprias relações de gênero e como a matriz dessas relações (1999, p. 160).

Em outra obra, Butler argumenta, sobre o mesmo tema:

O gênero seria um fenômeno inconstante e contextual, que não denotaria um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações cultural e historicamente convergentes. Pois segundo ela, haverá “um” gênero que as pessoas *possuem*, conforme se diz, ou é o gênero um atributo essencial do que se diz que a pessoa *é*, como implica a pergunta “Qual é o seu gênero?” Quando teóricas feministas afirmam que o gênero é uma interpretação cultural do sexo, ou que o gênero é construído culturalmente, qual é o modo ou mecanismo dessa construção? (2003, p. 26).

Sendo o gênero uma categoria de análise construtiva, vale ressaltar a afirmação de Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Sobre essa questão, temos os estudos de Alves e Pitanguy:

(...) tornou o masculino e o feminino como sendo criações culturais e, como tal, são comportamentos apreendidos através do processo de socialização que condiciona diferentemente os sexos para cumprirem funções sociais específicas e diversas. Essa aprendizagem é um processo social. Aprendemos a ser homens e mulheres e a aceitar como “naturais” as relações de poder entre os sexos. A menina, assim, aprende a ser doce, obediente, passiva, altruísta, dependente; enquanto o menino aprende a ser agressivo, competitivo, ativo, independente. Como se tais qualidades fossem parte de suas próprias “natureza”. Da mesma forma, a mulher seria emocional, sentimental, incapaz para as abstrações das ciências e da vida intelectual em geral, enquanto a natureza do homem seria mais propícia à racionalidade (1985, p. 55-56).

Judith Butler complementa:

Para Beauvoir, o gênero é “construído”, mas há um agente implicado em sua formulação, um *cogito* que de algum modo assume ou se apropria desse gênero, podendo, em princípio, assumir algum outro. É o gênero tão variável e volitivo quanto parece sugerir a explicação de Beauvoir? Pode, nesse caso, a noção de “construção” reduzir-se a uma forma de escolha? Beauvoir diz claramente que a gente “se torna” mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do “sexo”. Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea. Se, como afirma ela, “o corpo é uma situação”, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva. Sem dúvida, será sempre apresentado, por definição, como tendo sido gênero desde o começo (2003, p. 26-27).

O que Simone de Beauvoir estava pretendendo com tal afirmação era, sem dúvida, denunciar o poder da sociedade em transformar as mulheres em algo que os homens pretendessem que elas fossem:

Foi possível Beauvoir afirmar que, “as mulheres nascem, sim, mulheres e podem se tornar mulheres. Ou seja, tornarem-se o que elas entendem por ser mulher, assumindo seu corpo, sua história e cultura. Sendo intérpretes de si mesmas, de seus desejos, falando na primeira pessoa, contrariando as versões inventadas pelos homens (OLIVEIRA, 2003, p. 37-38).

Para referendar essa discussão, continuemos com a seguinte análise de Butler:

Se há algo de certo na afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce e sim *torna-se* mulher decorre que *mulher* é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações. Mesmo quando o gênero parece cristalizar-se em suas formas mais reificadas, a própria “cristalização” é uma prática insistente e insidiosa, sustentada e regulada por vários meios sociais. Para Beauvoir, nunca se pode tornar-se mulher em definitivo, como se houvesse um *telos* a governar o processo de aculturação e construção. O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (2003, p. 58-59).

Nesse processo, o gênero esteve e está permanentemente em mudança, em construção, resignificando as interações entre homens e mulheres e teorizando, portanto, questões referentes à diferença sexual, política, econômica, cultural e social. Por isso, o gênero pode ser mutável.

Partindo dessa premissa, temos a historiadora Joan Scott, que estudou a categoria gênero como elemento constitutivo das relações sociais. A estudiosa baseou-se nas diferenças entre os sexos como uma forma de significar as relações de poder, sendo essenciais na organização da igualdade e da desigualdade entre os sexos; ou seja, conferindo, segundo Sorj, “às mulheres uma posição de subalternidade na organização da vida social” (1992, p. 15).

Dessa maneira, segundo Gonçalves, para Scott, “as mudanças na organização das relações sociais – gênero como um dos elementos constitutivos destas relações – correspondem sempre a mudanças nas representações de poder” (1998, p. 23),

Podemos observar que gênero diz respeito a relações e, portanto, a estruturas de poder. O núcleo central da categoria de análise de gênero está na inter-relação profunda e totalizadora das duas proposições: gênero como um elemento que constitui as relações sociais, com base nas diferenças percebidas entre os sexos, e gênero como uma expressão por excelência das relações de poder (SAFFIOTI, 1992, p. 196).

Scott, em princípio, explica o gênero utilizando a teoria do poder elaborada pelo filósofo Michel Foucault. O estudioso entende que o poder social não é centralizado, não é unificado; é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidal, mais ou menos coordenado. O poder pode ser analisado como algo que funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem: ele funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercê-lo e de sofrer sua ação; os indivíduos nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão (MELO, 2002, p. 3-4).

Nessa conjuntura, convém lembrar que o que encorajou Scott a teorizar sobre o gênero foi o mesmo que motivou o movimento feminista e as historiadoras feministas a escreverem sobre a história das mulheres. Conforme afirma Pedro, elas pretendiam “apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres. Assim, o que ela pretendia era propor uma análise sobre como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas” (2005, p. 18). Melo, por sua vez, acredita que para Scott:

O gênero foi se compondo a partir de quatro elementos que funcionam de maneira articulada, mas não obrigatoriamente ao mesmo tempo. Inicialmente, afirma que, o primeiro se refere a símbolos culturais colocados à disposição das pessoas. Estes símbolos evocam múltiplas representações as quais, com frequência, são contraditórias. Ela cita como exemplos os casos de Eva e Maria como símbolos da mulher, na tradição cristã Ocidental, mas também muitos, dentre outros, da inocência e da corrupção, com imagens contraditórias. O segundo elemento apresentado é a existência de conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Para ela as doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, expressam os conceitos normativos na forma tipicamente de uma oposição binária, categorizando o masculino e o feminino. O terceiro elemento apresentado se refere às instituições e as organizações sociais. Para ilustrar este elemento Scott chama a atenção do uso reduzido da categoria gênero ao sistema de parentesco, por alguns cientistas sociais, notadamente antropólogos (as). Ela ressalta que o gênero não é construído exclusivamente através do parentesco, mas igualmente na economia e na organização política. O último elemento do gênero apresentado por Scott é a identidade subjetiva. Ela concorda que a Psicanálise fornece uma teoria importante para a produção de gênero, mas discorda da sua pretensão universal. Finalizando Scott conclui que nenhum destes quatro elementos integrantes do gênero pode operar sozinho, mas relacionados entre si (2002, p. 3).

No bojo dessa discussão, temos um desafio teórico que questiona como o gênero funciona nas relações sociais. A partir da temática que foi elaborada por Scott, as Ciências Sociais, nos últimos anos, vem discutindo três correntes teóricas sobre os estudos de gênero: o culturalismo, o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Grossi explica essas três correntes:

A primeira é uma tentativa feminista de entender as origens do patriarcado. Esta perspectiva se constitui teoricamente desde os anos 30 pela Antropologia Norte-americana, e é a partir dela que se fundamentarão a maioria dos textos fundadores do pensamento teórico feminista do pós-guerra tanto nos países anglo-saxões quanto na França (incluindo a obra fundamental da francesa Simone de Beauvoir – O Segundo Sexo), pensamento que será marcado também pelas lutas feministas oriundas do século XIX em defesa da igualdade de direitos no plano da cidadania (expresso nas lutas sufragistas) e no plano do trabalho (singularizando na expressão “Salário igual para trabalho igual” forjada no bojo das lutas revolucionárias femininas). Esta perspectiva é marcada pelos trabalhos pioneiros de Margareth Mead que já nos anos 30 demonstrou que os comportamentos e atitudes de homens e mulheres não eram inatos mas sim construídos diferentemente por cada grupo social. No campo da História são particularmente os seguidores da corrente teórica iniciada pela escola dos Annales, de História Social, que vão desenvolver a partir dos anos 60 estudos com esta mesma perspectiva de investigar as práticas cotidianas de indivíduos, homens e mulheres, em diferentes momentos históricos. Algumas autoras, bastante citadas nos estudos de gênero como Michelle Perrot e Joan Scott poderiam ser aproximadas a esta corrente, mesmo que cada uma delas se articule teoricamente com outros paradigmas teóricos.

A segunda se situa numa tradição marxista e busca um compromisso com a crítica feminista. Esta perspectiva busca refletir sobre a constituição das identidades de gênero fundamentando-se na idéia de que há uma estrutura psíquica universal que organiza o simbólico e que ela é anterior à constituição do sujeito. Basicamente são antropólogos e psicanalistas que se utilizam do *estruturalismo* como teoria capaz de fornecer elementos explicativos para o significado do gênero tanto para a organização social de um grupo quanto para a constituição psíquica do sujeito. Alguns autores franceses como Claude Lévi-Strauss, Louis Dumont e Françoise Héritier são fundamentais para as antropólogas que reivindicam o estruturalismo como teoria fundamental para a análise do lugar do gênero na organização social e simbólica das diferentes culturas. (...) Nas diferentes visões estruturalistas, portanto, o gênero é um marcador simbólico fundamental para a constituição da identidade individual e social de cada sujeito, que se constrói a partir de duas instâncias: o corpo sexuado de homens e mulheres e o olhar do outro.

E a terceira se refere ao pós-estruturalismo francês. Uma das principais críticas feitas pelas pesquisadoras brasileiras que optam pelo pós-estruturalismo é a crítica à divisão binária na qual se sustenta o

pensamento ocidental (público/privado, razão/emoção) ⁶. A crítica ao binarismo e às concepções essencialistas da maior parte das disciplinas científicas ocidentais ocupa uma parte importante das reflexões pós-estruturalistas, mas creio que uma das principais contribuições das *teorias feministas* pós-estruturalistas diga respeito às contribuições inovadoras do lugar que os estudos feministas ocupam no quadro das teorias sociais contemporâneas: a Psicanálise, a Hermenêutica, a Teoria Crítica, o Desconstrutivismo e o Pós-modernismo. A postura metodológica que exige o reconhecimento do lugar de enunciação da pesquisadora, incorporando necessariamente a subjetividade de quem produz conhecimento no resultado de sua investigação, é também outro ponto chave das teorias pós-estruturalistas. Nelas a questão da “experiência” abordada por Joan Scott toma um lugar central como postura metodológica (1999, p. 335-338).

Entretanto, há alguns pontos importantes de convergência entre as teorias culturalistas, estruturalistas e pós-estruturalistas. De acordo com Grossi, falando sobre as três teorias:

(...) se sustentam numa postura *relativista* e concordam que o sujeito é fruto de determinações culturais e históricas, rompendo portanto com a perspectiva *essencialista*, que reifica homens e mulheres em identidades fixas determinadas pela *natureza*. No plano metodológico, o culturalismo valoriza imensamente o trabalho de campo longo e prolongado com determinado grupo ou período histórico. Já o estruturalismo e o pós-estruturalismo valorizam o campo discursivo e se preocupam em encontrar significações sociais do gênero a partir da língua, das imagens e das representações sociais, considerando que o simbólico se estrutura na linguagem (IBIDEM, p. 338-339)

As articulações desses elementos compõem as identidades, as crenças, os valores, e, sobretudo, as relações de poder. E, nessa perspectiva do gênero como análise das relações de poder, a historiadora Carmelita Brito de Freitas Felício⁷, revela:

As relações de gênero são fundamentalmente relações de poder. As relações humanas são fundamentalmente relações de poder. Nesse ponto aí, eu ficaria com Weber que diz que: “onde existem duas pessoas e interação, ali tá o poder”. Então, independente de pensar essas relações, como sendo, focalizando o gênero, vamos pensar que onde existem duas pessoas ali tá o poder, quer dizer, somos seres de comunicação, somos seres comunicativos, somos seres que estamos o tempo todo dialogando, interagindo e, portanto, o poder está presente. E aqui o poder está sendo

⁶ Uma das principais divulgadoras desta corrente no Brasil, foi Cláudia Lima Costa através da sua tese de doutorado “Off-center: on the limits of theory and lived experience” (University of Illinois at Urbana-Champaign, 1998).

⁷ Entrevista em 19/01/2004, Goiânia (GO).

visto também nessa perspectiva da influência que cada um exerce sobre o outro, do poder de persuasão que um tem sobre o outro, pensando o poder assim, não reduzindo o poder a esta relação, onde tem domínio. Não pensar o poder apenas como sendo uma forma de domínio, de dominação, mas pensar o poder como um campo onde se exerce conflito, onde se exerce reciprocidade, onde se pode chegar ao consenso, mas onde se pode discordar também, onde se pode através do qual a gente pode divergir também, mas podendo também, com essa perspectiva de se chegar a um acordo e pensar o poder assim, não dentro dessa estrutura rígida do domínio de um sobre o outro, mas pensar que, se um domina, o outro resiste, portanto, isso pode desencadear processos imprevisíveis. No momento em que as mulheres adentram a esfera pública, elas estão exercendo um poder, então, por que é que eu vou ter que tratar esse poder, sempre mostrando a oposição que existia dentro dessa estrutura hierárquica e rígida, dual ou binária, digamos assim. É uma coisa muito mais ampla, é uma coisa que está como diz o Foucault, que está dentro de todos os espaços, que é espacial, digamos assim, ele busca fazer uma arqueologia para mostrar como isso está espalhado, que isso não está só concentrado no Estado, esse poder não está concentrado só no partido, mas que esse poder ele é também disperso. Na verdade, o Foucault não vai falar do poder, ele vai falar das relações de poder e ele fala do exercício do poder e de como esse poder é exercido dentro dos mais diferentes lugares da sociedade que a gente vive.

Além das contribuições de Joan Scott e Judith Butler, aqui citadas, os (as) historiadores (as) têm incorporado novas discussões ao campo do gênero e participado dos debates teóricos que trouxeram o historiador Thomas Laqueur e a historiadora Linda Nicholson. Thomas Laqueur, historiador da medicina, publicou um livro chamado “Making sex – body and gender from the greeks to Freud”. Conforme Pedro:

A grande novidade deste livro era que, Laqueur invertia a questão, afirmando que era o gênero que constituía o sexo. O impacto de Laqueur foi mostrar aquilo que Foucault falava sobre o saber como elemento de poder, e o que Scott articulava como constituindo o gênero. Através da história da medicina, Laqueur mostrou como a diferença entre os sexos era uma invenção que remontava ao Século XVIII. Ou seja, que até esta época havia o registro de um único sexo – o masculino: neste caso, a “mulher” era considerada um “macho incompleto”. De acordo com este autor, foi a partir de então que se reforçou a diferença, passando ao registro de dois sexos, considerados muito diferentes. Neste caso, de acordo com o autor, foram as relações de gênero que instituíram o sexo. Em suas próprias palavras: quase tudo que se queria dizer sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional: é explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder (2005, p. 20).

Outra pesquisadora que também tem sido uma grande referência para as discussões sobre o gênero é Linda Nicholson. Ela, seguindo as discussões de Foucault, Laqueur e Butler, segundo Pedro:

(...) lembra que separar sexo de gênero e considerar o primeiro como essencial para elaboração do segundo pode ser, como queriam as feministas dos anos setenta, uma forma de fugir do determinismo biológico, mas constitui-se, por sua vez, num “fundacionismo biológico”. Isto porque “postula uma relação mais do que acidental entre a biologia e certos aspectos de personalidade e comportamento. Ou seja, “funda” sobre o biológico aquilo que a cultura estabelece como sendo personalidade e comportamento de homens e mulheres (IBIDEM, p. 22).

Por meio das discussões a respeito da categoria gênero, houve uma evolução dos estudos sobre as mulheres no início dos anos 80. Especialmente a partir de 1987, estudiosas feministas dão nova ênfase à questão, deslocando o foco da centralidade na mulher para o gênero, ampliando assim a compreensão da realidade feminina. Sobre elas fala Melo:

(...) passaram a usar gênero, i.e a relação entre os homens e as mulheres, seus papéis e identidades, para dar realce a construção social e a organização social entre os sexos. Sob esta nova ótica, estudos são abordados de maneira relacional entre o homem e a mulher; considerando que eles pertencem ao sexo masculino e feminino, com suas diferenças. (...), passa-se a ignorar as formas isoladas, privadas, separadas, usadas para um e para o outro sexo, as quais encaminhavam, até então, as análises acadêmicas sobre mulher (2002, p. 2).

Nesse novo contexto, estudar gênero era mais do que estudar apenas aspectos da vida das mulheres ou dos homens. A demanda era dar sentido ao comportamento de homens e mulheres como seres socialmente sexuados. Na verdade, estudar gênero, de acordo com Gonçalves, “permite pensar o humano relacional, não apenas homem – mulher. Na verdade, permite pensar representações de feminino e masculino na cultura e alocar sentidos e valores a estes atributos” (1998, p. 9). Ou seja, é necessário articular o gênero como categoria capaz de formar novos paradigmas para novas interpretações.

Nessa perspectiva, discutir relações de gênero, para Gonçalves é “problematizar os papéis sociais do ser homem e mulher que foram construídos no decorrer dos tempos, buscando colocar em questão as relações de poder, hierarquias no compromisso de

alcançar justiça social” (1998, p. 58), uma vez que os problemas sociais foram produtos dessas relações assimétricas presentes na sociedade.

No entanto, pensávamos que o gênero, como categoria de análise, que surgiu para explicar a persistência de tantas desigualdades entre mulheres e homens, iria ajudar as mulheres a recuperar sua historicidade, a diversidade de suas reivindicações e não apenas, segundo Hollanda “entender o que faz com que homens e mulheres sejam vistos como essencialmente diferentes, mas porque esta diferença constitui uma hierarquização onde o masculino se impõe como superior ao feminino” (1994, p. 55). Mas essa diferença implica necessariamente em desigualdade? Perrot afirma:

(...) em princípio não. Mas na prática, antropólogos e historiadores concluem pela afirmativa. Suas explorações espaciais ou temporais, indígenas ou exóticas, mostram-lhes apenas dominação masculina: dominação dos sistemas de valor e de representações, dominação mais complexa das práticas e de sua classificação: do ideal e do real (2005, p. 476).

Diante de todas essas análises aqui expostas, Carmelita Brito de Freitas Felício⁸, conclui:

Eu não diria que elas conseguiram recuperar toda essa diversidade de uma história de silêncio, de uma história que sempre foi contada do ponto de vista das macro-estruturas, sempre foi contada pelos homens, então, eu diria que tem muita coisa para ser recontada. E esse trabalho de recontar a história, sobre a perspectiva de gênero é recente, é na segunda metade do século XX quando se instala a Escola dos Annales; não é com a Escola dos Annales que se começa a interrogar o cotidiano, a vida privada, aquilo que se chama história do cotidiano, a Antropologia do cotidiano, a Sociologia, quer dizer, esses saberes todos eles começam a se entrecruzar na perspectiva de começar a narrar uma história de dominação, as dominações do dia-a-dia, aquilo que o Foucault vai chamar de micro poder, aquilo que o Guattari vai chamar de micro políticas, aquilo que a história também vai colocar dentro de uma perspectiva microscópica.

Então, eu penso que o gênero ele nasce dentro desse clima de quebra de um paradigma, daquela história linear, daquela história de longa duração, daquela história social, econômica, geral e com esse caráter universal e parte para poder examinar as particularidades e as peculiaridades da História. E é dentro dessa perspectiva, que a mim me parece que a categoria gênero consegue com esse olhar mais voltado para o local, para o cotidiano, consegue resgatar esses eventos; os

⁸ Entrevista em 19/01/2004, Goiânia (GO).

acontecimentos que dão uma nova dimensão para aquilo que representou a presença, a participação, a luta das mulheres.

Acho que a categoria gênero, nada mais é do que um instrumental de análise, um método na verdade que te possibilita lançar um olhar novo, diferente, acolhendo determinados aspectos que nada mais são do que, fatos, acontecimentos, eventos que possibilitam narrar uma outra história sob a participação das mulheres na construção dessa mesma história. E é nesse sentido que, o gênero vai beber na fonte da História, da Sociologia, da Antropologia, da Psicanálise, da Literatura, então, possibilita você fazer História Oral, ao mesmo tempo que você está usando é o método da Antropologia, enfim, também preocupando-se em vê como é que essa mulher foi narrada pelos nossos contistas, nossos escritores, enfim, tentando recuperar a presença, recuperar a presença da mulher mostrando que na verdade se existe uma estrutura que pôs a sua modernidade em dominação, existe também toda uma resistência, existe um contra poder. Que poder é esse? Talvez a gente esteja em busca disso, como que as mulheres exercem também o seu poder.

3 OS SENHORES DO CERTO E DO ERRADO: A DITADURA MILITAR E A RESISTÊNCIA FEMINISTA EM GOIÁS

(...) tudo confirma a inutilidade das ditaduras, que geram tantas dores, mas são incapazes de abater nossos sonhos pela democracia.

Danda Prado

Hobsbawm disse, certa vez, que a função do historiador é “relembrar coisas que muita gente faz questão de esquecer” (2003, p. 101). No caso da temática da ditadura militar, o objetivo, mais do que relembrar, é também o de relatar o turbilhão de acontecimentos que o Brasil de 1964 até 1985 vivenciou, em um período de autoritarismo, da tortura e da censura. Esses fatos deixaram na memória de muitos as marcas de um tempo que não deve ser apagado, mas, sim, conhecido e compreendido, pois, como afirma Hannah Arendt, “compreender não significa negar os fatos do chocante, nem tão pouco eliminar deles o inaudito” (1989, p. 12).

A travessia desse tempo pontua várias lembranças, situações e acontecimentos: eram anos de desrespeito aos direitos humanos que se iniciavam e caracterizados pela perseguição aos dissidentes do regime e a todos aqueles que, de alguma forma, a ele se opusessem. Nessa conjuntura, falar, reivindicar, discutir, defender idéias contrárias ao regime militar, ou mesmo se fazer notar, ocupando um lugar entre as diversas falas, era o suficiente para ser preso, torturado e até morto. Os crimes de tortura e assassinato de presos políticos foram cometidos com a conivência dos oficiais-generais responsáveis pelas diretrizes e operações de segurança interna. Foram, aliás, os oficiais-generais moderados que criaram a idéia de autonomia dos responsáveis diretos por torturas e assassinatos, com isso, talvez, procurando justificar o que, em última instância, deve ser caracterizado como omissão (FICO, 2001, p. 24-25).

As ações do regime militar se pautaram na doutrina da segurança nacional e no desenvolvimento que beneficiou poucos, promovendo somente a segurança para o Estado, à custa da insegurança da população. O Estado, por sua vez, tinha como principal função a defesa da ordem democrática contra aquilo que dizia ser uma guerra revolucionária e subversiva, promovida pelo movimento comunista internacional. Para cumprir essa meta, o

Estado apoiou-se nas Forças Armadas, encarregadas tanto da difusão ideológica quanto da repressão. Os interesses do país foram identificados, nessa doutrina, à segurança nacional, que encontrou seus defensores máximos nas Forças Armadas, a própria encarnação da nação. Em nome desse papel, as instituições militares haviam reivindicado o direito de subverter a Constituição e o sistema legal estabelecido, a fim de fundar um novo sistema de poder, legitimado pelas próprias Forças Armadas em nome da segurança nacional (SADER, 1990, p. 19).

As Forças Armadas passaram a reformar o Estado e o sistema político. Assim, em nome da segurança nacional, valia tudo, e a ditadura declarou guerra às forças populares e a todas as formas de resistência democrática. Com isso, a partir da Lei de Segurança Nacional de 1969, várias vezes reformulada, todo cidadão passou a ser responsável pela segurança nacional, ou seja, responsável pela segurança do Estado militar e, assim, privado dos direitos da cidadania. Segundo Fico:

Vários setores da população como, políticos, trabalhadores, artistas, organizações da sociedade civil e estudantes, se opuseram à ditadura militar lutando contra a repressão e pela volta do processo democrático. As lideranças estudantis, mesmo perseguidas, ameaçadas e muitas vezes presas, conseguiam canalizar as insatisfações específicas do setor (falta de vagas, arcaísmo do ensino) no sentido de uma politização francamente de esquerda. Em 1968, os protestos estudantis tiveram grande projeção, em função da alta incidência, dramaticidade e grande número de participantes (2001, p. 58-59).

O medo levou vários estudantes à clandestinidade e à ilegalidade e muitos passaram a acreditar na luta armada como instrumento de resistência para implantar as mudanças sociais. Esse medo teve uma materialidade própria, através das inúmeras histórias transmitidas oralmente acerca de prisões, mortes, perseguições de homens e mulheres, líderes comunitários e, muitas vezes, de pessoas que não tinham nenhuma atuação política relacionada a qualquer organização. Fico relata:

Em 1964 no dia 1º de abril, no Brasil, as principais posições já estavam conquistadas pelos militares golpistas. João Goulart não ofereceu resistência, malgrado algumas demandas nesse sentido, provenientes de assessores diretos do presidente virtualmente deposto. Ele voou do Rio de Janeiro, onde estava para Brasília e, de lá, decidiu seguir para Porto Alegre. Darcy Ribeiro, chefe do Gabinete Civil de Goulart, e Waldir

Pires, consultor-geral da República, tentando evitar a caracterização de uma fuga, rapidamente redigiram um ofício ao Congresso Nacional informando sobre o deslocamento do presidente. Eram já as primeiras horas da madrugada do dia 2 e nem havia datilógrafos disponíveis. O cuidado se explicava, porque o presidente não poderia se ausentar do país sem autorização prévia do Congresso: tratava-se de registrar que o deslocamento se dava *dentro* do território nacional. Às 2h40min do dia 2 de abril de 1964, em uma sessão fulminante, mesmo informado de que Goulart estava no país, Auro de Moura Andrade, presidente do Congresso Nacional, declarou vago o cargo de presidente da República, sob os protestos de alguns parlamentares do PTB. Pronto: estava consumado o golpe de 1964 (IBIDEM, p. 33-34).

A crise que culminou com o golpe de 1964 levou o Brasil a viver uma pseudodemocracia. Os partidos políticos haviam sido extintos. Em seu lugar, havia um bipartidarismo de fachada, para dar à ditadura a aparência de democracia e legitimidade. Na Presidência da República, estava o general Artur da Costa e Silva, indicado por Castelo Branco para a pasta da guerra⁹; em torno de seu ministério e de sua liderança, aglutinaram-se os militares mais exaltados. As duas propostas principais desse grupo eram o fechamento do Congresso Nacional e a implantação da “operação limpeza”, através da cassação de mandatos de parlamentares, da suspensão de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo civil e militar. Falava-se em uma lista de 5.000 punições, e seu anúncio disseminava o medo (IBIDEM, p. 36). No que se refere a Castelo Branco, afirma Carlos Fico:

(...) bem caberia uma revisão de sua biografia, pois a fama de liberal e moderado discrepa da sem-cerimônia com que se serviu de atos de força, sempre que necessário – para além da evidência de ter conspirado contra seu chefe e as instituições. Ademais, para firmar-se no governo, que alternativa haveria se não a de tentar enquadrar os colegas radicais? (IBIDEM, p. 37-38).

Castelo Branco teve grandes problemas com a linha dura desde os primeiros dias de seu governo. Arbitrariedades eram praticadas pelo país afora, especialmente no interior e na região Nordeste. Oficiais, mesmo depois de já instalado o governo, continuavam agindo como se a “Revolução” ainda estivesse por ser ganha. Os governadores, constrangidos pelas arbitrariedades, dirigiam suas reclamações a castelo (BRANCO, 1977, p. 26). De acordo com Viana Filho, “o pior, entretanto, estava por vir. Seus atos indicavam que ele

⁹ Assim era chamado o atual Ministério do Exército (FICO, 2001, p. 36).

supunha ser possível governar dentro dos limites da lei, depois de afastados da vida pública alguns elementos que a perturbavam” (1975, p. 65).

A situação estava, aparentemente, definida. Uma vez estabelecida a ditadura militar no Brasil, era preciso sustentá-la e legitimá-la. Ela foi apoiada logisticamente pelos Estados Unidos, baseando-se principalmente nos princípios anticomunistas da Guerra Fria e, dentro da Escola Superior de Guerra em que se formulariam os princípios da doutrina da segurança nacional, tinha como alvo o combate à esquerda e à eliminação dos “inimigos”. Para que se estabelecessem tais princípios, atos institucionais e leis repressivas deram legitimidade ao regime e órgãos de informação foram criados para vigiar, identificar e eliminar o inimigo.

Em 9 de abril de 1964, foi editado o primeiro Ato Institucional, conhecido como AI-1, que legitimava o governo, estabelecendo 60 dias para que se acabasse o regime de exceção. O AI-1 dava poderes ao regime militar para cassar mandatos, suspendendo os direitos políticos por dez anos. Gouvêa explica:

O Ato Institucional número 1 (AI-1) foi assinado pelos comandantes do Exército (general Artur da Costa e Silva), da Marinha (vice-almirante Augusto Rademaker) e da Aeronáutica (tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo), estabelecendo a eleição indireta para a Presidência da República (...).

O AI-1 manteve a Constituição de 1946 e o Congresso em funcionamento, mas reforçou o poder central e introduziu o sistema de aprovação “por decurso de prazo” dos projetos de lei do Executivo. Por esse instrumento, foram suspensas as imunidades parlamentares; iniciaram-se as cassações de mandatos e a suspensão dos direitos políticos nos níveis municipal, estadual e federal; suspenderam-se as garantias de vitaliciedade dos magistrados e a estabilidade dos servidores, de modo a facilitar o expurgo no funcionalismo público. O ato criou também as bases para a instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), levando a prisão e tortura de opositores do regime, em particular dos estudantes, cujo órgão representativo, a União Nacional dos Estudantes (UNE), foi dissolvido, depois de sua sede ter sido invadida e incendiada logo no dia seguinte ao golpe, em 1º de abril de 1964. A UNE passou a atuar na clandestinidade.

Na primeira lista de cassados, publicada em 10 de abril, estavam – além do presidente deposto, João Goulart, e do ex-governador gaúcho e deputado federal Leonel Brizola -, líderes sindicais, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, os ex-presidentes Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, o economista Celso Furtado, o embaixador Josué de Castro, o reitor deposto da Universidade de Brasília, Darcy Ribeiro, os ex-ministros Almino Afonso (Trabalho), Abelardo Jurema (Justiça), Paulo de Tarso (Educação) entre outros (2007, p. 92).

Em 27 de outubro de 1965, às onze horas, quando o Palácio do Planalto estava repleto de autoridades, iniciava-se a leitura do Ato Institucional nº 2. Nessa ocasião, Castelo fez um breve discurso, no qual afirmava que a “Revolução brasileira (...) está sujeita a contingências, até mesmo a circunstâncias várias” (VIANA FILHO, 1975, p. 355). O AI-2 dava poder ao executivo para fechar o Congresso quando julgasse necessário e estabelecia que as eleições para presidente seriam de forma indireta e sem possibilidades de reeleição. As principais medidas estabelecidas pelo AI-2 eram as seguintes:

(...) possibilidade de suspensão de direitos políticos e de cassação de mandatos parlamentares; imposição da eleição indireta de presidente da República; permissão para o presidente da República decretar o recesso do Congresso Nacional e demais casas legislativas; extinção dos partidos políticos; delegação, ao presidente da República, do poder de legislar por decretos-leis; estabelecimento de foro especial para civis acusados de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares; suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; ampliação de onze para dezesseis do número de ministros do Supremo Tribunal Federal. O último artigo do ato estabelecia seu prazo de vigência: até 15 de março de 1967, data da posse do sucessor de Castelo Branco (FICO, 2001, p. 52-53).

No dia 5 de fevereiro de 1966, é editado o terceiro Ato Institucional (AI-3), que reafirmou o regime militar de 1964 e definiu as eleições indiretas para os governadores dos estados. Estabelecia, ainda, que os prefeitos de capitais seriam nomeados pelos governadores, restringindo ainda mais o direito ao voto popular.

Também em 1966, no mês de dezembro, entra em vigor o Ato Institucional número 4 (AI-4), dando poderes ao presidente da República para baixar decretos-leis sobre matéria financeira.

E em 13 de dezembro de 1968 é editado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que dava ao presidente o poder de aumentar a repressão e tornar impossível qualquer oposição ao governo, independentemente do Congresso Nacional. Para Aquino o AI-5, “ao contrário dos atos institucionais anteriores, não havia prazo estipulado para sua vigência” (1999, p. 206).

O AI-5 foi decretado pelo presidente Artur da Costa e Silva em reação a um discurso do deputado carioca Márcio Moreira Alves. O instrumento deu poderes absolutos

ao regime militar, que ordenou o fechamento do Congresso Nacional (GOUVÊA, 2007, p. 95). Costa e Silva, no entanto, recebeu a sugestão de fechar “somente” a Câmara dos Deputados (Castelo Branco já o fizera, em outubro de 1966, quando tivera de impor a cassação de mandatos de deputados ao presidente da casa, que se recusava a aceitar tal medida), proposta que rejeitou, alegando que precisava adequar a Constituição para melhor governar (MELLO, 1979, p. 649). Fico continua explicando que

O AI-5 foi lido, à noite, em cadeia nacional de rádio e televisão. O artigo 4 restabelecia as cassações de mandatos eletivos e as suspensões de direitos políticos; o artigo 8 estabelecia a possibilidade de confisco de bens de todos que houvessem “enriquecido ilicitamente”; o 10 suspendia a garantia de *habeas corpus* “nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular” (2001, p. 66).

O AI-5 foi uma resposta à escalada do “terrorismo”. Em outras palavras, foi uma reação inevitável, por parte do regime, àqueles que pretendiam derrubá-lo através do “terrorismo de esquerda” (atos como seqüestros, assaltos, atentados etc.), da guerrilha urbana e da guerrilha rural (entendidas como “luta armada” contra o regime militar). Portanto, uma das questões historiográficas mais momentosas da recente história do Brasil é a resposta à seguinte pergunta: o AI-5 decorreu da opção extremada pelas armas, feita por boa parte da esquerda comunista revolucionária, ou, ao contrário, induziu tal escolha (já que, com o AI-5, a oposição legal tornou-se indefensa)? (IBIDEM, p. 57).

Diante do exposto, cabe ressaltar que o AI-5 não deve ser entendido estritamente como resposta ao discurso do deputado, ou à luta armada. Deve-se percebê-lo, segundo Fico, “como parte de um projeto de uma linha mais radical que vinha desde o início do período militar, em constituir um aparato global de controle da sociedade. Esse projeto não se resumia apenas na repressão ou na espionagem, mas também na censura e na propaganda política” (2004, p. 81-82). Sobre esse assunto, Kucinski declara:

Dezenas de atos complementares, como o de número 18, que proíbe o Congresso de alterar propostas de orçamento; ou o de número 24, que disciplina normas de execução de orçamentos de estados; ou ainda o de número 43, que traça diretrizes para a execução dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, permanecem em vigor (2001, p. 69).

Além dos atos institucionais, foram legitimado órgãos para vigiar e manter sob controle o pensamento em todos os setores da população, considerando cada cidadão um suspeito. Nessa perspectiva, surgiu, em 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informação (SNI), com a finalidade de coordenar por todo o território brasileiro as atividades de informação, assegurando, assim, os conceitos estabelecidos pela doutrina da Segurança Nacional.

Criado pelo general Golbery do Couto e Silva, o SNI veio à tona com um acervo de três mil dossiês e cem mil fichas com informações sobre as principais lideranças políticas, sindicais, estudantis e empresariais do Brasil. O SNI espalhou os seus tentáculos por toda a parte, funcionando durante a ditadura como uma polícia secreta, vigiando desde as igrejas até mesmo meios de comunicação. Carlos Fico elucida:

O SNI era um órgão de informação, um órgão central do SISNI (Sistema de Informações). Competia-lhe superintender e coordenar as atividades de informações em todo o território nacional. Paulatinamente, o Serviço foi buscando recolher informações também no exterior, sobretudo em relação aos países da América Latina (...), o SNI podia apenas exercer ação normativa, doutrinária e de direção, não lhe cabendo aprovar ou fiscalizar suas ações.

Ele produzia e mandava produzir informações. Entretanto, é provável que tenha se envolvido em operações de segurança, eufemismo utilizado na época para designar operações policiais repressivas que incluíam prisões e interrogatórios (2001, p. 81).

Muitas atividades foram desenvolvidas pelo SNI. A principal delas consistia em abastecer a Presidência da República e os assessores diretos com as “informações necessárias”. Isso se dava de diversas formas, inclusive através da elaboração de uma sinopse diária dos principais assuntos em pauta. Uma *Resenha Semanal*, com seções sobre “assuntos econômicos”, “assuntos políticos”, “subversão”, “assuntos administrativos”, “assuntos psicossociais”, “informações externas”, dentre outros tópicos, tinha “difusão” específica, sendo enviada ao presidente da República, ao secretário particular do presidente, ao chefe do Gabinete Militar, ao chefe do Gabinete Civil, às agências regionais e aos centros de informações militares (IBIDEM, p. 83).

Tal controle tinha por objetivo impedir a existência de críticas ao governo, aos atos institucionais e a tudo aquilo que, de certa forma, ia contra os interesses dos militares, caso

noticiado pela imprensa. Exemplos de acontecimentos que deveriam permanecer velados eram todos os atos repressivos, seqüestros, organização de guerrilhas, além das condições sociais desumanas em que viviam muitos brasileiros. Eram notícias que, de certo modo, denegriam a imagem de um regime instaurado arbitrariamente.

Buscando construir uma imagem positiva da nação, livre de qualquer ato arbitrário, o governo criou medidas que cercearam a liberdade de imprensa, bem como inúmeras liberdades individuais. Nesse sentido, buscou-se criar a idéia de harmonia social, visando mostrar um país bom e justo, que se mantinha no caminho do crescimento. Um país que deveria ser amado pelos brasileiros e que estava distante de torturas, de censura e de atos arbitrários. Essa imagem positiva do país era conquistada por meio da supressão do discurso “inimigo” e impedindo-se que críticas fossem divulgadas, tornando apenas uma verdade permitida, a oficial.

Além do SNI, outros órgãos de repressão e tortura foram estabelecidos. O CIE, o CISA e o CENIMAR – três das mais assustadoras siglas do período – foram reformulados aproximadamente ao mesmo tempo, para maior eficácia do combate à “subversão” (IBIDEM, p. 91).

O CIE (Centro de Informações do Exército), criado pelo Exército em 1967, objetivava ter grande alcance nacional e tornou-se um dos principais órgãos de tortura e repressão.

O CIE foi proposto no governo Castelo, por intermédio do Costa e Silva, mas Castelo não aprovou a proposta (...). Assim que Costa e Silva assumiu a presidência, sendo Lyra Tavares o ministro, criou-se o CIE (...). O CIE passou, com a capa do Ministério do Exército, a atuar independentemente, e muitas vezes efetuou ações autônomas¹⁰ (IBIDEM, p. 91).

Em 1968, a Aeronáutica tomou a iniciativa de criar o seu órgão de informações, o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica). Esse órgão só foi estabelecido, porém, no

¹⁰ Depoimento do general Ernesto Geisel publicado em D'ARAUJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (Orgs.). Op. cit. p. 217.

governo Médici e, em 1970, adotou a estrutura de combate e repressão à luta armada, tendo grande atuação na repressão aos guerrilheiros.

A Marinha também criou o seu órgão de informação, o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha). Esse órgão, por sua vez, existia desde 1955, mas como Serviço de Informações da Marinha, para tratar das questões fronteiriças e diplomáticas. Aos poucos, o órgão foi perdendo as suas reais funções, enredando-se cada vez mais na política repressiva e especializando-se em combater a luta armada.

Assim, os órgãos militares de informações também realizavam operações de segurança, isto é, eram “executantes”. Eles podiam ser caracterizados como “órgãos mistos”, de informações e de segurança.

(...) o SNI, o CIE, o CENIMAR e o CISA também patrocinavam “operações”, ou seja, saíam à rua para prender pessoas que seriam interrogadas, sendo conhecidos diversos relatos de presos políticos torturados por agentes desses órgãos. Contudo as operações de segurança, (...), deviam ser coordenadas pelos centros de operações de defesa interna (CODI) (IBIDEM, p. 92).

Os órgãos militares de informações montaram uma rede com milhares de agentes secretos e informantes. Esses agentes ficavam infiltrados em órgãos públicos, empresas, sindicatos, escolas, bares e edifícios. Além de produzirem tais informações, explica Fico:

(...) alguns documentos eram rotineiramente produzidos pelos órgãos de informações e obedeciam a um formato preestabelecido: o *Levantamento de Dados Biográficos*, a *Ficha Conceito*, o *Prontuário* e o *Juízo Sintético*. O *Levantamento de Dados Biográficos* era especialmente utilizado quando da nomeação de alguém para um cargo público e, sobre o indivíduo em pauta, deveria discriminar, necessariamente, posição ideológica, atitude em relação ao golpe, eventuais atividades subversivas, probidade administrativa, eficiência funcional ou profissional e conduta civil. Além dos casos de nomeação para cargos públicos, o *Levantamento* também era feito para pessoas cogitadas para cursos e bolsas de estudo e estágios no exterior que dependessem da autorização do presidente da República, e para todos os possíveis dirigentes universitários (reitor, vice-reitor, diretores e chefes de departamento).

A *Ficha Sintética* (também chamada de *Juízo Sintético*) continha um juízo ou avaliação geral do cidadão. Quanto à posição ideológica, as classificações possíveis eram: “democrata”, “comunista”, “esquerdista”,

“sem posição definida”, “não há registros” ou “os registros não permitem opinião conclusiva”. No que se refere à “atitude com relação à Revolução de 31 de março de 64”, os rótulos mais comuns eram: “integrado”, “adesista”, “contrário” e “contra-revolucionário”. Quanto a possíveis “atividades subversivas”, uma pessoa podia ser, por exemplo, “atuante” e “simpatizante”. O agente anotava na *Ficha*, ainda, se havia “registros positivos” ou “negativos” quanto aos quesitos “probidade administrativa”, “eficiência funcional ou profissional” e “conduta civil”. A *Ficha-Conceito* registrava, dentre outras informações, avaliações subjetivas quanto ao “conceito profissional” (por exemplo, alguém podia ser avaliado como “Bom. Honesto e trabalhador”), ao “caráter” (exemplos: “Firme e bom. Chega a ser intransigente”, “Fraco”, “Duvidoso”), à “capacidade profissional” (de alguém se disse: “Baixa. Nível intelectual baixo”), à sua “inteligência” (“Boa, por exemplo”) e a “outros dados” (“Consta que se envolve em suborno”, podia-se cogitar). Todas essas fichas, bem como as “informações” (...), eram processadas segundo um regulamento de salvaguardas de assuntos sigilosos. Muitas vezes, os analistas de informações classificavam como “confidencial” uma simples notícia de jornal ou dados amplamente conhecidos. Porém, mesmo essas trivialidades eram tratadas com todos os cuidados determinados pelas normas de produção, difusão e arquivamento de documentos secretos. As informações sempre vinham com o carimbo de “confidencial” ou “segredo” e outras mensagens, também carimbadas, como “O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (art. 62 – Dec. nº 60.417/67 Regulamento de Salvaguardas de Assuntos Sigilosos)” ou “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil” – sempre em vermelho (IBIDEM, p. 98-99).

No regime militar brasileiro, esses órgãos objetivavam fornecer rapidamente informações aos grupos de choque, que eram encarregados do combate armado nas ruas e que montaram estruturas de organismos de repressão política com suas equipes de interrogatórios, análise e capturas. Eles forneciam, segundo Fico (2001, p. 105), “dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, tortura e assassinato político”.

Esses órgãos, por sua vez, realizavam serviços somente relacionados a informações. Eles não efetuavam, portanto, prisões, interrogatórios e instauração de processos, uma vez que não estavam designados para desempenhar tais funções. Para isso, foram criados a Operação Bandeirantes (OBAN), o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI).

A OBAN foi lançada em primeiro de julho de 1969, com a presença do governador do estado de São Paulo, Roberto Costa de Abreu Sodré, do secretário de Segurança Pública, Hely Lopes Meirelles, e dos comandantes do VI Distrito Naval e da 4 Zona Aérea, o general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército (IBIDEM, p. 115). Alguns teóricos afirmam que há fortes indícios de que a OBAN foi criada com ajuda ou orientação norte-americana (HUGGINS, 1998, p. 189).

A importância da OBAN foi no sentido de consolidar o projeto de estruturação do sistema de segurança, já que era um órgão de análise de informações, de interrogatório e combate. Fico acrescenta que uma alta autoridade federal descreveu as razões da criação da OBAN, enquanto “órgão oficial estruturado para integrar e centralizar as ações de combate à subversão e ao terrorismo nas áreas de São Paulo e Mato Grosso” (2001, p. 116).

Através da estrutura da OBAN, criou-se o sistema CODI-DOI. Esse sistema, futuramente, se transformaria numa máquina de repressão e tortura, estendendo-se ao Chile, Uruguai, Bolívia e Argentina. O CODI-DOI, assim como a OBAN, recebia grandes recursos financeiros, sendo dotado de considerável tecnologia.

Convém transcrever o trecho que sintetiza as razões da criação do sistema CODI-DOI:

Constatou-se que a estrutura existente, bem como a sistemática adotada, não respondiam, convenientemente, ao fato inédito representado pelas ações terroristas, caracterizadas pela surpresa e pela iniciativa. Assim é que a Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, à qual competia, na fase inicial, a manutenção da ordem, mostrou-se despreparada para se opor ao já aludido fato inédito, por não se ter reestruturado e conservar, na ação anti-subversivo-terrorista, as mesmas técnicas e métodos empregados no combate ao crime comum. No início de 1969, quando do episódio do roubo de armas do 4 RI, o responsável pela segurança interna da grande São Paulo tomou a iniciativa de coordenar equipes do Exército e da Secretaria de Segurança obtendo êxitos marcantes, representados pela desarticulação da VPR [Vanguarda Popular Revolucionária], que se encontrava bastante ativa em São Paulo. Circunstâncias levaram à interrupção desse trabalho coordenado, resultando na rearticulação da VPR e no surgimento de outras organizações subversivo-terroristas. Em consequência, ocorreu o recrudescimento das ações subversivo-terroristas. (...). Tudo isso trazia descrédito à nossa capacidade de combater a guerra revolucionária e gerava o desânimo nos órgãos de execução, que sempre encontravam empecilhos ou falta de apoio na própria estrutura para a execução de suas tarefas. Era evidente, assim, a necessidade de coordenação entre os

diversos órgãos, integrando-os e fazendo convergir os esforços de todos para o fim comum. O Exército não possuía, ainda, uma doutrina que servisse de norma para combater a subversão e o terrorismo. Criou-se um Centro de Coordenação, como órgão orientador do combate à subversão em São Paulo, que encontrou dificuldades em face das limitações impostas pela legislação na repartição das competências estadual e federal¹¹ (IBIDEM, p. 116-117).

Reitere-se, portanto, que o sistema CODI-DOI não foi implantado através de um decreto-lei, mas conforme Fico, “a partir de “diretrizes” secretas formuladas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelos presidentes Costa e Silva e Médici (e também pela Junta Militar)” (IBIDEM, p. 121).

Os CODI (Centro de Operações de Defesa Interna) eram órgãos de planejamento e coordenação das medidas de defesa interna, dirigidos pelo chefe do estado-maior do exército da área. Compunham-se de representantes do distrito naval, da força aérea, da divisão local de ordem política e social, da Polícia Federal e da agência local do SNI, além, naturalmente, do Exército, que tudo comandava (IBIDEM, p. 122).

Por fim, os DOI (Destacamento de Operações de Informações) eram unidades militares comandadas e designados, nas palavras de Fico:

(...) para o “trabalho sujo”, que alguém tinha de fazer. (...). Os DOI seriam uma espécie de “anticorpo mutável”. (...), foram concebidos como um organismo “instável” em sua capacidade de adaptação às adversidades, embora obstinados em sua missão de combate ao “terrorismo” e à subversão (IBIDEM, p. 123).

Os DOI tinham uma estruturação interna típica, composta por setores especializados em operações externas, informações, contra-informações, interrogatórios e análises, além de assessoria jurídica e policial e setores administrativos. O pessoal atuante em cada DOI podia variar bastante. Havia oficiais, sargentos, cabos e soldados, do Exército e das polícias militares, delegados e investigadores da polícia civil, agentes da polícia federal e militares da Aeronáutica e da Marinha (IBIDEM, p. 124).

¹¹ Informações do governo brasileiro para esclarecer supostas violações de direitos humanos relatadas em comunicações transmitidas pela “Comissão Interamericana de Direitos Humanos”, da Organização dos Estados Americanos. C. MC/A. Cx. 3582. fl. 128.

A partir dessa época, o sistema CODI-DOI passou a ser valorizado pela comunidade de segurança como sendo uma genuína criação brasileira. Sob o lema de segurança e desenvolvimento, foram estabelecidos todos esses órgãos de segurança, que segundo Arns, “com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina” (1987, p. 63).

Surge, então, outro órgão que, da mesma forma, tinha como atribuição torturar e interrogar. Trata-se do Departamento de Ordem e Política e Social (DOPS), que direcionou seu foco para os movimentos sociais e as atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

De início, o departamento formava um arquivo dos chamados “indesejáveis”, no qual figuravam o nome da pessoa, sua filiação, estado civil, impressão digital e fotografia. A criação do arquivo facilitou o trabalho da polícia política, pois as pessoas eram fichadas com a missão de identificar suspeitos de conspirarem contra o regime ditatorial. O DOPS foi uma ramificação da ditadura militar que utilizou violência, através de torturas, para conter os “inimigos” do regime. Arns assinala:

A tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de “método científico”, incluindo em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado. Sabe-se que um dos primeiros a introduzir tal pragmatismo no Brasil, foi o policial norte-americano Don Mitrone, posteriormente transferido para Montevideu, onde acabou seqüestrado e morto. Quando instrutor em Belo Horizonte, nos primeiros anos do Regime Militar, ele utilizou mendigos recolhidos nas ruas para adestrar a política local. Seviciados em sala de aula, aqueles pobres homens permitiam que os alunos aprendessem as várias modalidades de criar no preso a suprema contradição entre o corpo e o espírito, atingindo-lhes os pontos vulneráveis (IBIDEM, p. 32).

A tortura foi indiscriminadamente aplicada no Brasil e ignorava idade, o sexo ou situação moral, física e psicológica em que se encontravam as pessoas suspeitas de atividades subversivas. Tratava-se de produzir no corpo das vítimas dores que as fizessem entrar em conflito com o próprio espírito e pronunciar um discurso que, ao favorecer o desempenho do sistema repressivo, significava sua sentença condenatória.

Sistematizado para o combate à subversão, o uso da tortura generalizou-se rapidamente entre os militares, sob um completo desrespeito a todas as garantias individuais dos cidadãos, previstas na Constituição brasileira que os generais alegavam respeitar. Chiavenato articula:

Os perseguidos e presos políticos não tinham a quem recorrer judicialmente, já que a violência era imposta pelo próprio Governo brasileiro. Uma violência oficial, por um sistema baseado no autoritarismo, que não tinha limites nas suas ações. O que lhes importava era manter o sistema vigente. Independente da atitude a qual deveriam tomar, usaram de muitos meios e artifícios truculentos, que tratavam a população sem o mínimo respeito aos direitos humanos. Os homens que compuseram esse aparato repressivo aproveitaram-se da impunidade para torturar, matar e roubar. Vários presos políticos tiveram suas casas saqueadas, seus carros roubados e incorporados à frota do DOPS (1997, p. 105).

Existiram casos também de pessoas que foram procuradas pelos órgãos de segurança e que, por sua própria vontade, compareceram às dependências policiais ou militares, no intuito de esclarecer possíveis suspeitas que recaiam sobre elas. Alguns desses casos registrados pelos Conselhos de Justiça das Auditorias demonstraram que, nem em tal situação, o sistema repressivo agiu dentro das normas e respeitou os direitos fundamentais das pessoas. Entre 1968 e 1974, foram milhares os mortos, desaparecidos, torturados, perseguidos, seqüestrados, banidos e exilados. Exemplo disso foi o depoimento prestado em 1973, no Rio de Janeiro, pela estudante Lúcia Regina Florentino Souto, de 23 anos:

(...) a declarante se apresentou espontaneamente ao I Exército para prestar declarações, sendo dali levada para outro local, onde foi agredida e foi submetida a diversas espécies de maus-tratos, tendo inclusive ficado sem alimentação; que a declarante se achava na ocasião com o braço engessado, e veio a ter de ser atendida no Hospital Central do Exército (...) (ARNS, 1987, p. 77).

Conforme Chiavenato:

A tortura é um dos crimes mais cruéis que se pode praticar contra a humanidade. No entanto, no regime militar, a tortura foi um dos meios que serviu para o governo alcançar os seus interesses políticos. Durante a tortura, as vítimas atingiam um nível de dor e sofrimento que acabavam admitindo atos e crimes que não cometeram. Muitas das vítimas foram obrigadas a assinar falsas confissões, e foram à imprensa se declarar culpadas e arrependidas. Estas vítimas levantaram

determinadas concepções sobre a esquerda revolucionária, que levaram a população a interpretá-las como monstros que queriam destruir a liberdade de todos. Passando assim a identificar no governo o defensor de suas vidas, e no limite até acreditar na retórica de que era defensor dos direitos humanos (1997, p. 108).

Na tentativa de extrair informações e confissões dos presos políticos, vários foram os métodos utilizados na prática da tortura pelos militares. O jornalista Antônio Carlos Fonrelata com precisão todos esses métodos de tortura:

- 1- Arrancar os dentes
- 2- O Sistema inglês: Fundamentalmente, o sistema inglês procura quebrar a resistência do prisioneiro desorientando-o psicologicamente, sem que o interrogador necessite praticar qualquer espécie de violência física. O método consiste em colocar o prisioneiro em uma cela sem qualquer contato com o mundo exterior. Através de uma sofisticada aparelhagem eletrônica, variava-se aleatoriamente o nível de ruídos, a iluminação e a própria temperatura da solitária. Os carcereiros eram instruídos a deixarem o prisioneiro até 18 ou 24 horas sem alimento; depois, dava-se o almoço e, uma hora depois, o jantar. O objetivo era fazer o prisioneiro perder a noção do tempo, causando-lhe um tal desequilíbrio psíquico que não tivesse condições de resistir ao interrogatório. A iniciativa de introdução do sistema inglês no Brasil foi do ex-ministro do Exército, general Sylvio Frota, na época comandante do I Exército.
- 3- Afogamento: Originalmente, a técnica consistia em imergir a cabeça da vítima na água – no mar, em um rio ou até mesmo em um barril – até que esteja próxima da morte por afogamento. Outra forma, aliás, a mais difundida, de afogamento é, estando a vítima pendurada no pau-de-arara, imobilizar-lhe a cabeça e, através de tubos plásticos ligados a um funil, despejar água em suas narinas, enquanto a boca é amordaçada. Para aumentar o sofrimento do suplicado, eventualmente podem ser adicionados alguns produtos químicos à água. Uma variante do afogamento – abandonada depois de algum tempo por provocar mortes indesejáveis – era esganar, com as mãos, ou estrangular, com uma tira de pano, a pessoa que estivesse pendurada no pau-de-arara. Este método tinha, outro inconveniente: deixava no pescoço marcas por demais visíveis.
- 4- Geladeira: O principal equipamento do sistema inglês. É um cubículo construído em concreto com dois metros de altura por 1,80 metro de largura e 1,80 metro de comprimento com uma porta, de aço, com um metro de altura, tudo pintado de negro. Na parede oposta à porta, junto ao teto, estão instaladas as caixas de som. Na parede lateral direita, a 20 centímetros do chão, há uma abertura para ventilação protegida por uma tela de aço enquanto no teto, também protegido por uma tela de aço, um nicho onde ficam as lâmpadas. Em funcionamento – com um prisioneiro nu, que pode permanecer na geladeira até por várias semanas – as caixas de som despejam ruídos de todo tipo: barulho de passos, de moedas girando em uma mesa, de trens, cornetas, de turbinas de jato etc. O volume do som varia aleatoriamente, de extremamente alto a quase inaudível, assim como a temperatura ou as luzes. O equipamento de ventilação pode fornecer dias de frio quase insuportável, algumas

horas de calor altíssimo e novamente frio; as luzes podem passar semanas sem se acenderem ou dias inteiros piscando ininterruptamente.

5- Soro-da-verdade: Apesar da crença generalizada em contrário, não é muito eficiente, por isso foi pouco utilizado. Geralmente, ao ser submetido ao pentotal sódico, a vítima já passou por outras formas de interrogatório e encontra-se com o organismo debilitado. Amarrado a uma cama e geralmente com os olhos vendados, o interrogado recebe a droga lentamente, gota a gota, em uma injeção na veia. O pentotal sódico age como um anestésico e, quando o suplicado cai em estado de letargia, reduzindo sua resistência, é submetido ao interrogatório. Como efeitos colaterais, o pentotal sódico causa náuseas, vômitos, mal-estar geral e outros sintomas pós-anestésicos. Submetido a seguidas aplicações do pentotal sódico, o interrogado pode sofrer danos psíquicos dos quais só se recuperará em semanas, meses ou anos. Às vezes esses danos são irreversíveis.

6- Torturas químicas: Desses produtos, os mais empregados foram o amoníaco e o éter. Para o amoníaco, a técnica era embeber um pedaço de estopa no líquido e aplicá-lo ao nariz da vítima, que passava, então, por três estágios de sofrimento: primeiro, a sensação de sufocamento; depois, a queimadura das vias respiratórias e, finalmente, a loucura momentânea ou permanente. O éter tinha formas para ser usado: pingando-o no ânus do suplicado – o que provoca, segundo a descrição de um torturado, “a impressão de que está enfiando ali um charuto aceso” – ou em forma de injeção. Aplicadas geralmente nos pés, essas injeções – feitas por médicos ou enfermeiros que acompanhavam as torturas – provocam, além das dores alucinantes no local da injeção, a necrose da área onde o éter se infiltrou, causando a gangrena.

7- Torniquete: O torniquete é um círculo de folha de aço ajustável ao crânio do suplicado através de um mecanismo de rosca e parafuso. Ao se apertar o parafuso, o torniquete fecha-se, comprimindo o crânio da vítima. As dores são terríveis e só cessam quando, devido ao garroteamento, ocorrem a fratura e o afundamento dos ossos frontais, temporais e parientais, provocando lesões na massa encefálica e, conseqüentemente, a morte. Apesar de mais usado no nordeste, foi o torniquete que matou Aurora Maria Nascimento, 26 anos, no CODI-DOI (CODI: Centro de Operações de Defesa Interna; DOI: Departamento de Operações de Informações) do I Exército, no dia 10 de novembro de 1972. Aurora havia sido presa por policiais da Invernada de Olaria e entregue ao CODI-DOI. Segundo a nota oficial dos órgãos de segurança, morreu em tiroteio. Seu atestado de óbito, feito pelo IML do Rio de Janeiro, indica como causa da morte: “dilaceração encefálica”. Seus parentes e advogados não encontraram ferimentos de bala, mas seu corpo apresentava um afundamento de dois centímetros em volta de todo o crânio e, devido à pressão do torniquete, seu olho esquerdo saltara do globo ocular.

8- Espancamentos: Palmatórias, chicotes, pedaços de madeira, cordas molhadas, correntes de aço, cassetetes de borracha ou o infame “pênis-de-boi” – cassetetes de borracha reforçados internamente com um cabo-de-aço e introduzidos na vagina ou no ânus de mulheres diante de seus maridos e filhos -, velas e cigarros acesos, navalhas e estiletos, socos e pontapés, tudo, enfim, foi usado para bater, fraturar, queimar e esfolar presos. Tímpanos foram rompidos com o “telefone” – golpe dado com as duas mãos em concha, simultaneamente nos dois ouvidos – e dedos fraturados pelo simples expediente de apertar uma mão, colocando antes uma caneta esferográfica entre os dedos. Além de espancamentos,

estupros e sevícias de caráter sexual eram prática comum contra as prisioneiras e o uso de ácido contra os homens. Para as ocasiões em que havia a necessidade de não deixar marcas – devido à obrigação de apresentar publicamente o preso – foram desenvolvidas técnicas de espancamento com toalhas molhadas ou com jornais enrolados, formando um cassetete de papel.

9- Cadeira-Do-Dragão: Criada pelos técnicos da “Operação Bandeirantes” (essa Operação foi criada no governo do general Emílio Garrastazu Médice, visando combater toda e qualquer ação de subversão, sempre com a colaboração das polícias Civil e Militar), a “cadeira-do-dragão tornou-se um dos mais conhecidos instrumentos de tortura utilizados no Brasil, sendo, hoje, empregada em vários países da América Latina. É uma poltrona tosca, de madeira, com o assento, o encosto e os apoios para os braços revestidos de placas de metal nas quais são ligados os fios terminais de uma “maquininha de choque” ou de uma “Pianola Boilensen”. Sentada na cadeira, a vítima tem os braços, as pernas e o tronco amarrados à poltrona através de correias de couro. A partir de 1972, a “cadeira-do-dragão” foi aperfeiçoada com a introdução do “microfone elétrico”. Trata-se de um dispositivo que, através de um microfone, aproveita os sons para, de acordo com seu volume, aumentar a voltagem da descarga elétrica transmitida ao suplicado. Assim, o torturador inicia o interrogatório fazendo as perguntas em voz baixa e vai elevando, progressivamente, o tom de voz. A partir de certo momento, ele simplesmente aproxima o microfone da boca da vítima, para que seus próprios gritos aumentem a força da descarga.

10- O instrumento de tortura mais usado no Brasil. São dois cavaletes de madeira, com cerca de 1,5 metro de altura e uma ranhura na parte superior, onde se encaixa um cano de ferro. A vítima, geralmente nua, tem os pulsos e tornozelos envoltos em tiras de cobertores ou pano grosso e amarrados com cordas. Em seguida, o interrogado é obrigado a sentar-se no chão, de tal forma que os joelhos dobrados sejam abraçados. No espaço sob os joelhos – e entre os cotovelos – introduz-se a barra de ferro, por onde se levanta o prisioneiro para pendurá-lo entre os dois cavaletes. Nesta posição, o suplicado, além das dores provocadas pelo próprio “pau-de-arara” – devido à tração e à paralisação da circulação nos membros inferiores e superiores – fica completamente à mercê dos interrogadores para ser submetido a outros tipos de torturas. Segundo os policiais, o tempo máximo possível de se “pendurar” alguém é de quatro horas. Mas este limite dificilmente é alcançado porque, submetida a espancamentos, a vítima morre antes. Por isso, o tempo médio de tortura no “pau-de-arara” fica entre duas e três horas.

11- Maquininha de choque: Ou “pimentinha”, ou “perereca” ou, simplesmente, “manivela”. O mais comum é o magneto de telefone de campanha, constituído basicamente de um dínamo semelhante aos utilizados em telefones de campanha do Exército e acionado por uma manivela que, conforme a velocidade imprimida, fornece uma descarga elétrica de maior ou menor intensidade. Dos terminais do dínamo saem dois fios que são ligados ao corpo da vítima..., a maquininha de choque foi introduzida no Brasil, na década de 40, pelo delegado José Ary de Moraes Novaes. Além da “maquininha” propriamente dita, existem diversos outros instrumentos utilizados para dar choques elétricos, como a “Pianola Boilensen”... . A “Pianola” tem um teclado, como os instrumentos musicais, que, ao serem premidos, fornecem uma descarga elétrica em escala crescente. O uso da máquina de choque exige alguma

especialização porque, mal aplicado, o choque pode matar rapidamente o interrogado.

12- “Polé” ou “Roldana”: Um dos mais antigos métodos de tortura conhecidos, já era usado pelos torturadores no período da Santa Inquisição, na Idade Média. A vítima, nua, tem os pés amarrados por uma corda que passa por uma polia presa ao teto ou ao galho de uma árvore. Puxando a corda, os carrascos deixam a vítima de cabeça para baixo, suspensa do chão. Nesta posição, o supliciado é, então, espancado, queimado com pontas de cigarros, retalhado com giletes ou navalhas ou sofre descargas da “maquininha de choque”... . Sua utilização, no Brasil, esteve mais restrita às organizações pára-militares de extrema direita... Uma longa permanência no “polé” – principalmente estando o organismo debilitado por outras formas de tortura – pode levar à morte (1980, p. 72-79).

O sistema repressivo não fazia distinção entre homens e mulheres, o que diferia era a forma da tortura. Em Goiânia, no dia 18 de novembro do ano de 1971, a socióloga Nilva Maria Gomes Coêlho¹² foi presa durante uma reunião do DCE, que funcionava na Galeria Central, na Rua 3, no centro. Ela nos relata o que os militares fizeram e motivo que alegaram para prendê-la:

O motivo alegado é o seguinte: primeiro porque eu sou do movimento estudantil, segundo porque tinha ação popular, só que eu era uma pessoa do quadro teórico. O movimento estudantil foi meu peso, porque eu tinha sido presidente do C.A, tinha sido presidente do Centro de Estudos de Pesquisa e Ciências Sociais, então, eu realmente fui uma pessoa assim, que participei. Quando eu entrei na Universidade nos dois primeiros anos, eu queria ser intelectual, intelectualóide; porque eu chamo de intelectualóide os dois primeiros anos eu fui intelectualóide.

O primeiro ano eu entrei, não gostei, saí. Fiquei um ano trabalhando e falei que não iria fazer Faculdade, isso aqui não me interessa, umas coisas que a gente escuta que são as mesmas coisas, não tem sentido, larguei. Aí, passei um ano trabalhando, de manhã, de tarde e de noite; porque eu dizia assim, se eu não quero estudar, eu vou trabalhar o dia inteiro, porque eu não vou ouvir aluguel nenhum, e fui. Só que depois de um ano, eu descobri que eu gostava de estudar, porque desde pequena eu estudava.

Aí depois que eu descobri eu falei, agora eu vou para a Universidade e vou estudar. Dois anos eu fui intelectualóide, ou seja, eu estudava de manhã, trabalhava a tarde e estudava a noite. Quer dizer, era direto estudando.

Quando chegou no terceiro ano, eu fui para o Centro de Estudos Sociais, ou seja, ali da área de Ciências Sociais. Ali era só o curso de Ciências Sociais, o que você hoje chama de C.A de História, para nós era o Centro de Estudo, porque tinha o D.A. Era aqui na Educação que, tanto que o Campos II foi um projeto da repressão, porque aqui, a gente descia e já estava ali no centro e lá, a gente não chegaria no centro. Então, em

¹² Entrevista em 05/02/2004, Goiânia (GO).

cinco minutos eles saem do quartel, tudo isso foi uma estratégia para não chegar até o centro da cidade, então, barrava antes, mas eu não peguei lá não, peguei só aqui.

Aí veja, eu fui presa, choque, apanhava. Mas, o choque e o apanhar, não me desestruturavam como mulher. O que me desestruturou, pensa bem, o ser humano é criado como uma elite, apesar de ser uma menina tradicionalmente lá na minha origem deva ter tido algum rico. Mas, no tempo da minha família primária mesmo, do meu pai e da minha mãe eles tiveram muitos filhos, meu pai foi trabalhar no comércio, então, ficou pobre.

Aí veja, essa pessoa ela é criada nessa linha na adolescência no Colégio Interno São José, a lá francesa, a questão da moral, da mulher, das boas maneiras, tudo isso, com muita eficiência, competência e elegância. E se precisar você cai a máscara, quer dizer, eu digo mesmo, se precisar eu faço teatro, que dizer, então, você é educada para aquele teatro.

Quando eu fui presa, a questão da mulher, o toque e os valores morais, então te pegar, fazer uma tortura, é a pior. Agora, eu lembro que nesse momento, naquela época me deram uma mãozinha que eu só segurava, então, eu respondia depois que eles começaram a me pegar, quer dizer, uma violência que eu achei a pior. Apanhar, choque essas coisas, eu não achei tanto. Mas, a violência a teu corpo, a tua moral, a questão feminista, aí eu tive um probleminha, porque tinha tido essa história de Minas, quando eu saí.

É uma violência psicológica muito forte, essa foi forte, essa pra mim foi forte. Mas aí, como uma crise que eu passei por muitas, como se diz, o esquento o coco é apanhar primeiro né, e aí tem várias outras e, o choque elétrico e tudo mais, que também nos órgãos genitais seja da mulher, seja do homem também é sofrido, nas orelhas nessas coisas todas que tem a técnica, o que eu achei mais difícil foi a moral; porque é difícil pra você entender.

Tanto que o primeiro exame ginecológico que eu fui fazer, fecharam o hospital ali, porque eu gritei. Eu fui fazer um exame, aí depois eu saí para outra médica. Mas aí, não é a questão do valor, é a agressão, quer dizer, ele entra na tua casa, ele arrebenta com você, te atrapalha a estudar e quer atrapalhar no teu corpo. Então, são essas coisas que eu acho que pesa muito.

Ontem mesmo eu assisti o filme Passageiro da Agonia, então eu acho que ajudou. Então, até assistindo esse filme na hora eu chorei, e eu achei bom porque eu nunca tinha chorado, nem lá, nem na prisão eu chorei. Aí, ontem eu chorei e falei: eu estou fazendo uma auto-análise aqui, eu não preciso ir para análise. Eu acho que eu estou reconstituindo, porque eu assisti a seção de choque, e a gente assistia nos colegas. Então, cada um assistia pra se desestruturar. A seção de choque é muito triste, porque o colega às vezes não resiste, o outro não resiste.

E na época o estudante não tinha muita noção, e o que eu acho absurdo era dizer que era covardia deles, e não é. Ali não foi covardia do meu amigo, ali não foi covardia de ninguém. Ali, foi uma ação que não tinha jeito, eles usavam desde o soco, desde a porrada, tudo. Invadiu a casa dele e onde é que estava meu nome? Em algum lugar, pode ter sido ele que falou, pode não ter sido. Também naquela época tinha aqueles caras que te acompanhava pra te entregar, e a gente tinha que ficar atento.

Quando me prenderam, a atitude de prender foi a seguinte: o presidente do C.A Valdir Camarço estava preso, a vice-presidente do DCE, a Ana Maria minha irmã, estava presa; então, eles estavam atrás de mim, do menino da Medicina e, nós dois estávamos soltos. E, o ICB estava em

greve, a faculdade estava em greve. Então, o vice-presidente e o presidente do DCE, não estavam na Assembléia, então, quem assinou a Assembléia do DCE? Então, nós tivemos uma Assembléia e de lá nós íamos para um casamento e, nessa hora nós fomos assaltados. Por isso que, quando eu vejo assalto a mão armada e tudo, eles fizeram pior do que aquilo.

O que eles queriam saber era dos outros, e nós não sabíamos dos outros. Eles sabiam onde nós estávamos, eles estavam seguindo a gente, eles pegaram os outros 5:00 horas da tarde e nós eles pegaram lá pra meia-noite, uma hora, quando nós saímos da Assembléia. Nós pegamos um táxi e eles abordaram o táxi de mão armada mesmo; aí, começou as seções de tortura.

Hoje eles criaram, o Fernando Henrique, a questão da Anistia, aí acaba tudo né. E depois de tudo isso, a minha família pediu para reconhecer que foram eles, tanto é que eu acho um desrespeito de consciência. Mas, a gente tem que fazer, porque as pessoas que sofreram por isso pediram pra eu entrar. Aí, eu digo assim, se valeu. Mas, não valeu não. Isso não basta, mas pela questão política você tem que fazer. Agora você quer este tipo de coisa? Aí pensa, o que eu vou fazer com esse dinheiro? Mas, eu odeio isso. Mas, eu tive que fazer.

Segundo Elizabeth Jelin:

Todos los informes existentes sobre la tortura indican que el cuerpo femenino siempre fue un objeto especial para los torturadores. El tratamiento de las mujeres incluía siempre una alta dosis de violencia sexual. Los cuerpos de las mujeres – sus vaginas, sus úteros, sus senos -, ligados a la identidad femenina como objeto sexual, como esposas y como madres, eran claros objetos de tortura sexual. (...) Para los hombres, la tortura y la prisión implicaban un acto de feminización de la víctima masculina, transformándola en un ser pasivo, impotente y dependiente (incluyendo, a veces, violencia sexual). Era una manera de convertir a los hombres en seres inferiores y, en ese acto, establecer la virilidad militar. Los hombres tenían que vivir como mujeres, tomando conciencia de sus necesidades corporales (2001, p. 129).

Para Ana Maria Colling, é importante observar:

A relação estabelecida entre a máquina militar repressora e o prisioneiro é uma relação desigual de força e poder. Sendo o prisioneiro uma mulher, essa relação é direta com base na prática da violência, tortura e humilhação da sua condição de gênero. Os militares utilizavam a prática de tortura como um meio de reafirmação de suas masculinidades frente à mulher prisioneira.

Além de torturar seus corpos, era preciso atingir suas almas nos mais profundos rincões de sua intimidade. Estas práticas criavam uma atmosfera de insegurança e terror. Ficar desnudas, retirar todos seus pertences e encapuzá-las, fazia parte da rotina de prisão de homens e mulheres. Mas, no caso das mulheres tinha um significado mais

profundo. Para a mulher, se apresentar sem roupa frente ao desconhecido e, sobretudo, sem enxergar lhe colocava numa condição de desamparo e medo (1997, p. 83-84).

Nilva Maria Gomes Coêlho¹³ fala também a respeito desses fatos e sobre o que mais a marcou no dia em que foi presa:

Foi essa questão, mais essa questão porque foi inicial né, me marcou isso e o seqüestro, porque eu estava indo para um noivado e nós estávamos pensando que estávamos livres, então nós descemos e fomos comprar um limão para ir pra esse casamento para beber e fazer batidinha e tal. O casamento era de um irmão de um colega meu, ai nós fomos pegos ali no Bueno, perto do Bandeirantes, ai essa foi triste porque parecia sabe a história de seqüestro? Já foram colocando capuz na gente, igual sena de filme. E de lá fomos para Brasília, ai nós fomos, e eu fiquei lá 8 meses. Porque eu acho que o que me assusta é essa questão do seqüestro e dos valores morais, porque a gente tem que se despir quando a gente nunca se despiu na frente de ninguém e ensinada a se cobrir, com aqueles valores e, eu acho que isso ai a gente tem que mudar esses olhos e isso aqui é numa vida normal quando você tem o seu projeto e tal, mas em outras situações você não se recrimina por isso, porque tirar uma roupa e ficar pelado era uma coisa normal, mas pra mulher.

É o que eu digo pra você, todos foram torturados? Foram, simbolicamente, porque simbolicamente isso aqui é simbolicamente não, é uma ação que eu estou participando com meu corpo, mas é simbólica, não é física. Eu estou dizendo a você não sei o que é pior, porque a outra arreventa, receber um choque na vagina e na orelha ao mesmo tempo quem agüenta? Quer dizer, com os dois juntos, telefone no ouvido, porrada, que você nunca foi tratada desse jeito e ser tratado como bicho, ai eu pergunto: a escravidão como que era? Porque isso foi um processo para chegar a essa técnica toda e olha que essa técnica nossa foi treinada pelos Estados Unidos, heim na época. Há eu acho que nós demos foi muita coisa, pra quem não andava com a arma ainda.

Agora eu posso falar, só que eu não sei quem torturou, então eu posso contar o fato, agora as pessoas que torturaram a gente eu não sei e pra mulher eu acho que é a coisa mais difícil foi essa, porque você é criada com um valor né, feminista, chega lá, você quer depor vestida ou nua? Você quer com os olhos abertos ou fechados? É lógico que eu quero aberto e se é pra tirar a roupa, eu quero te encarar e isso uma turma fez de mulheres. Quer dizer, a gente rebentada e agora ainda tem que tirar a roupa de baixo de um capuz não dá, quer dizer, se deram a opção. E nos próprios porões nós ficamos cara-a-cara, mais isso é muito difícil, porque você é criada para nunca um homem pegar no seu corpo, nunca transou, nunca não sei o que, ai eu digo: será que valeu a pena ficar 24, 25 anos sem transar? E isso foi pior do que transar. Uma tortura dessa, vai tirando a roupa para um estranho, quer dizer, que valores morais são esses?

Você hoje fica despida na frente de uma mulher, nós não! foi na frente de homem mesmo. Em questão de mulher eles queriam saber porque a

¹³ Entrevista em 16/12/2009, Goiânia (GO).

mulher que tava nisso era o que? Puta, quer dizer, não merecia nem o respeito. Esse que era o nosso grande problema da luta política e ai, foi que ficou claro, pra mim ficou muito claro a questão, porque a luta política não ficava só em política, tinha umas questões que tinha que lutar mesmo porque a mulher precisa disso.

Então, por isso que eu digo: nós temos é que ensinar o mundo dos riscos que corre com tantos valores, quer dizer, não pode fazer isso, isso é afronta a moral. Na ética, qual que é a ética? Qual que é a moral? O que é antiético? O que é moral? Então, ele tem que ter um ponto humano, de respeito, de dignidade. Mais não, fica solto.

E quando a senhora foi interrogada, fizeram isso com a senhora? Foi a primeira coisa, é a primeira coisa que eles fazem é dar porrada, dar uma surrinha pra esquentar o corpo, essa era a melhor né, pegava a gente assim, ai depois pro choque é pior. Então, primeiro eu, uma cena que eu lembro assim, eu andava com uma mãozinha de protesto na época e eu peguei a mãozinha e fiquei silenciosa segurando na mão e quando tiraram a mãozinha de mim chega cortou aqui porque eu estava colada com a mãozinha e ai eles fazendo toda a questão que fazem né de pegar no corpo da gente e não sei o que, ai eu não falava nada, calada, ai ninguém escutava a minha voz porque a questão da tortura você passa por isso, ai eu só fiquei com a mão e na hora que viram que eu tava mandando para aquele lugar ai chega rasgou assim onde a corrente pegava. Ai me xingaram e eu peguei e falei assim: vocês também ganharam. E eu só tinha esse elemento de força né. Também é atrevimento né, é coisa mesmo que eu digo é do impulso da juventude, da luta política.

Um aparato técnico de informações e ações organizadas foi montado em Goiânia e colocado a serviço dos militares. A partir daí, os métodos de torturas foram se aprimorando e, para Gouvêa (2007, p. 31), “ser preso político significava ser torturado”. Então, quando, nas fichas do DOPS dizia-se que alguém foi interrogado ou prestou esclarecimentos, significava, na verdade, que tinha sido torturado? A professora Nilva Maria Gomes Coêlho¹⁴ responde:

Olha eu aí tenho as minhas dúvidas, primeiro porque tinha umas pessoas que faziam parte do movimento infiltrado, então, esses possivelmente não tinham sido torturados, só essa a minha dúvida, mas todos aqueles que foram presos na luta e que saíram e eles utilizaram dizendo que prestou algum depoimento e afirmou, tortura teve, ou simbólica ou mesmo física. A maioria física, porque a simbólica as vezes a pessoa é presa e não é torturada mais ela tem a pressão da acariação com os colegas e as vezes por esse colega não falar vai prejudicar uma cadeia em rede, então, é melhor ela falar porque ai essa pessoa já fecha aquele cerco que chamavam as células, então, era melhor falar, então essa inteligência algumas pessoas tiveram de fazer a seleção, vamos supor, você ficou fora, não foi presa, mas você tá lá esperando a acariação, se tocar no seu nome aquelas pessoas te chamam.

¹⁴ Entrevista em 16/12/2009, Goiânia (GO).

Que subversão era aquela, que merecia tanta dor? Os pretextos usados, os argumentos levantados nos processos e os interrogatórios, de tão simplórios, tocam o ridículo. Nos processos, não havia informações sobre as torturas a que a grande maioria foi submetida. Nem uma palavra sobre os paus-de-arara, os choques elétricos, os espancamentos, as palmatórias, as demolições psicológicas e morais daqueles adolescentes, feitas muitas vezes em presença de médicos. Por que tivemos que viver tamanhas aberrações? (GOUVÊA, 2007, p. 88).

A sociedade em geral não tem resposta. Há apenas um vago desejo de que historiadores (as) e estudiosos desse passado recente possam encontrar as explicações isentas e plausíveis para uma época que, pouco a pouco, vai-se apagando das memórias, sem que suas lições e suas conseqüências tenham sido suficientemente aprendidas. Contudo, trata-se de uma questão complicada:

As memórias pessoais da tortura estão fortemente marcadas pela centralidade do corpo. A possibilidade de incorporá-las ao campo das memórias sociais implica um paradoxo: o ato da repressão violou a privacidade e a intimidade, quebrando a divisão cultural entre a esfera pública e a vivência privada. Superar o vazio traumático criado pela repressão implica a habilidade de elaborar uma memória narrativa da experiência, que necessariamente é pública. Mas fazer esse salto, ou seja, passar das vivências individuais à experiência coletiva, não é tarefa fácil (JELIN, 2001, p. 136).

Buscando justificar a tortura, o governo alegava que a maioria dos casos teriam sido excessos ocasionais, punidos devidamente.

Os desmandos e abusos de autoridades, porventura existentes, inevitáveis em qualquer parte do mundo e, em particular, nos países com dimensões continentais como o Brasil, seja em face da necessidade de urgência das investigações para acompanhar a vertiginosa rapidez da escalada terrorista, seja por vinditas pessoais ou influências psicológicas da situação, têm sido punidos com energia, sem alardes ou divulgações ostensivas, para evitar que se avolumem acusações indébitas forjadas por terroristas à luz de objetivos políticos ou como represália às autoridades que, conscientemente, cumprem seus deveres legais¹⁵ (FICO, 2001, p. 132).

¹⁵ Informações do governo brasileiro para esclarecer supostas violações de direitos humanos relatadas em comunicações transmitidas pela “Comissão Interamericana de Direitos Humanos”, da Organização dos Estados Americanos. C. MC/A. Cx. 3582. p. 2.

Nenhum torturador foi preso ou punido por seus atos – todos foram beneficiados pela lei da Anistia que, em 1979, exonerou os presos políticos, os exilados e os torturadores da ditadura militar. Uma lista oficial dos mortos e desaparecidos no período da ditadura foi divulgada pelo Grupo Tortura Nunca Mais. Essa lista pode ser encontrada no site do grupo, no qual a ficha de cada morto ou desaparecido foi divulgada, podendo ser pesquisada.

Se, por um lado, a tortura coibiu e causou medo e terror em quem se deixava apanhar e, principalmente, em quem ainda estava livre, militando na clandestinidade, por outro lado, gerou um grande problema: como esconder os torturados mortos. Para resolver esse problema, médicos legistas forneceram laudos falsos, que escondiam as marcas da tortura, justificando a morte da vítima por causas naturais.

Muitos dos mortos pela repressão tinham no laudo médico o suicídio como a causa mais comum. Outras causas que ocultavam a tortura nos laudos eram a dissimulação de atropelamentos, acidentes automobilísticos ou, ainda, alegações de que as vítimas haviam sido mortas em tiroteios com a polícia. Jamais eram reveladas as torturas. Silva Filho, acrescenta:

Muitos cadáveres foram sepultados anonimamente, e até hoje familiares não sabem o que aconteceu com os corpos das vítimas. Com o desaparecimento, não havia como acionar qualquer dispositivo legal para tentar salvar a vida das vítimas. Não havia vestígios, nem provas. Em muitos casos comprovados, a pessoa desaparecida permaneceu semanas ou meses em local incerto, sendo torturada por seus algozes. Assim, os órgãos de repressão podiam dispor sobre a vida e a morte dos presos políticos. Não necessitavam de nenhuma justificativa para seus atos. Prendiam, torturavam, executavam e faziam desaparecer os corpos das vítimas, sem dar satisfação a tribunais, advogados, familiares, amigos e a nenhum setor da sociedade civil (2008, p. 156).

O objetivo dessa ocultação era evitar que os familiares constatassem as marcas das torturas praticadas. Segundo Chiavenato:

É preciso considerar que se trata de um direito para estas famílias ter acesso a informação sobre o que realmente aconteceu naquela época. Quando muitos desapareceram após terem sido capturados pelos militares, deixando seus familiares sem saber o paradeiro o qual tomaram (1997, p. 133).

A tortura deixou danos indelévels aos que sobreviveram a ela, levando alguns ao suicídio, como aconteceu ao dominicano Frei Tito de Alencar Lima. Aqueles que sobreviveram à tortura eram permanentemente ameaçados e vigiados pelo regime. Dessa maneira, o povo brasileiro, em geral, foi excluído do direito de participar da vida nacional. Através da força bruta, refletida na tortura, a população passou a viver com medo, em um pacifismo involuntário que se tornou uma característica manipulada do brasileiro.

Muitos tinham uma visão alienada dos fatos sobre a tortura; Costa (1980, p. 127) exemplifica muito bem isso:

Me recusava a acreditar nas maldades, na tortura não acreditava não. Lembro que uma colega – a irmã dela tava desaparecida e a polícia vivia entrando na casa dela – me dizia, me perguntava: ‘Como é que você pode ser a favor desse governo? Tem gente sendo torturada!’, E eu: Maria fulana, você tem certeza? E alguns presos, sob coração, iam pra televisão e diziam que o partido comunista isso e aquilo, etc, e tal, e eu: Vai ver ele está falando a verdade ... Acreditava, acreditava piamente! Não posso culpar somente a repressão pelo fato de não saber nada e não me envolver em coisíssima nenhuma, porque muita gente de minha idade se envolveu, muita gente na minha escola foi presa. Comecei a achar que era um absurdo prender, mas nunca fiz absolutamente nada, nem procurei ler ou saber. De vez em quando xingava o governo, ditadura mesmo, e passava. O fato é que (...) não entendo e detesto política, eu falava, e estava repetindo o papel de minha mãe, que nunca se meteu nesse tipo de coisas.

Assim, ainda que precariamente, podemos fazer um balanço de milhares que foram atingidos pela repressão militar: registrou-se a prisão de 50 mil pessoas. Pelo menos 20 mil sofreram torturas. Além dos 320 militantes da esquerda mortos ou “desaparecidos”. No fim do governo Geisel, existiam cerca de 10 mil exilados. As cassações atingiram 4.682 cidadãos. Foram expulsos das faculdades 243 estudantes (CHIAVENATO, 1997, p. 131).

Além dos atos de tortura, a partir de 1970, depois da queda da constitucionalidade, vieram as cassações. Foram cassados e silenciados ex-presidentes da República, magistrados, militares, profissionais liberais, operários, mulheres e grandes artistas, enfim, o povo brasileiro. Delgado acrescenta através da fala de Dom José Maria Pires que, “no período da repressão foram cortadas e proibidas todas as formas de organização do povo. Na Universidade, por toda a parte, estavam os militares. De fato, a repressão foi muito bem

organizada! Eles pegaram todas as lideranças, prenderam e mudaram as lideranças” (2006, p. 113).

Desse modo, quem discordava e divergia foi cassado; quando se cassaram pessoas, cassaram-se correntes de pensamento. E essas correntes têm que ser reintegradas no processo político brasileiro, pois fazem parte da nacionalidade e somente uma constituinte livre e soberana poderá reformular a política do país e propiciar uma ordem constitucional que será duradoura e conseqüente (ZERBINE, 1979, p. 125).

A censura passou a desenvolver um papel intransigente juntamente com o regime militar, proibindo muitas formas espontâneas de intercâmbio intelectual e cultural. Essas expressões teriam, sem dúvida, fomentado inúmeras manifestações da emergente luta política entre os gêneros. Foi polêmico o estabelecimento da censura: estava proibido noticiar atos de tortura, prisões e desaparecimentos de subversivos, movimentos contestatórios realizados por estudantes, dar espaço a pessoas que tiveram seus direitos políticos cassados. Estava proibido até mesmo divulgar a existência de censura. Fico descreve:

Os assuntos censurados variavam conforme a conjuntura política, e, rotineiramente, o Ministério da Justiça divulgava orientações proibindo essa ou aquela notícia. Porém havia sempre um elenco de assuntos proibidos previamente. No período coberto pelo relatório do general Nilo Caneppe Silva, as notícias a serem censuradas diziam respeito aos seguintes conjuntos temáticos: anistia, clero, educação, índios, liberdade de imprensa, moral e bons costumes, política, política econômica, subversão, sucessão presidencial, tóxicos e Transamazônica. (...) Havia uma classificação frenética de temas censurados, chamados “proibições determinadas”¹⁶. Para censurar uma notícia, uma autoridade encaminhava o seu pedido ao ministro da Justiça, que, por sua vez, dava a instrução ao Departamento de Polícia Federal (DPF). Grande parte das proibições vinha do próprio Ministério da Justiça. Mas o CIE também usou frequentemente o serviço. O Ministério da Educação e Cultura, o da Saúde, o do Exército e o do Trabalho e Previdência Social também fizeram pedidos eventuais de censura (2001, p. 169-170).

Os jovens eram considerados inimigos diretos do regime militar e conforme Fico:

Os jovens também foram perseguidos, sobretudo o jovem universitário de classe média, tomado, de alguma maneira, pelo anseio de modificar o

¹⁶ Ver em anexo a relação completa das proibições determinadas, ente agosto de 1971 e dezembro de 1972, por data, instância originadora e assunto.

mundo: seriam subversivos, segundo a comunidade, ou inocentes úteis – o que dava na mesma, quando se pensa, “apenas”, no cotidiano da repressão (IBIDEM, p. 167).

Mas a violência contra os estudantes que se manifestavam de forma ostensivamente pacífica desgastou profundamente o governo. Nesse processo nas palavras de Kucinski:

Criam-se alguns casos “célebres” em torno das vítimas de bombas de gás, na repressão desencadeada pela polícia dentro do *campus* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em Brasília, a Universidade também foi invadida e dezena de estudantes realmente expulsos dos cursos universitários (2001, p. 82).

Os professores também eram constantemente perseguidos. Fico nos lembra:

Em 1975, por exemplo, o ministro da Justiça encaminhou ao governador de São Paulo uma informação que acusava a existência de um “grupo esquerdista bastante atuante no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP”¹⁷.

Como estratégia de “contrapropaganda” diante dos “professores esquerdistas” em geral, a comunidade de informações afirmava ser recomendável que os intelectuais favoráveis ao regime fossem distinguidos de alguma maneira:

(...) há conveniência de que tanto o professor (...) quanto os demais intelectuais e jornalistas que apóiam a Revolução sejam prestigiados, mesmo indiretamente e nos devidos termos, por toda a estrutura governamental¹⁸.

Contrariamente, tudo deveria ser feito para que os intelectuais opositoristas fossem silenciados, inclusive através de pressões encaminhadas aos seus superiores, o que foi especialmente utilizado no caso daqueles que escreviam em jornais.

Para o cotidiano dos que viviam do trabalho intelectual e que se contrapunham ao regime militar, a repressão foi extremamente prejudicial. Bibliotecas longa e custosamente constituídas foram dispersadas; anotações meticulosas, destruídas, fatos outrora corriqueiros, como ter certos livros ou editar algumas publicações, passaram a ser incriminadores (2001, p. 189-190).

Para Nelson Werneck Sodré, este foi o pior dos males da ditadura militar.

O mais triste, o mais amargo, o mais clamoroso foi, sem dúvida alguma, essa infâmia que, inserida em nossa vida, passou a acompanhar-nos, a cercar-nos, a sufocar-nos. (...) o homem que colecionava livros foi

¹⁷ Processo C. nº 61972/75. MC/P. Cx. 597/05137.

¹⁸ Informação C. nº 271/74. 12 jul. 1974. MC/A. Cx. 4109-34.

compelido a considerar sua atitude passível de reparos (...) a vítima acabava por admitir que, realmente, era errado o que fizera e entrava, daí por diante, de *motu próprio*, a vasculhar a sua própria biblioteca, a retirar dela estes e aqueles livros (1994, p. 101-102).

A Igreja católica também foi alvo dos militares, pois era acusada de planejar ações contrárias ao regime. Segundo Salem:

Desde que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) posicionou-se contrariamente ao regime militar, no final dos anos 1960, os bispos e padres mais afinados com tal posicionamento (que passariam a ser identificados como “clero progressista”) tornaram-se alvo das comunidades de segurança e de informações (1981, p. 190).

A partir de então, os militares reagem intensificando a vigilância de certas alas do clero que já existia em pequena escala desde 1965, quando colocaram sob suspeita um projeto pioneiro em alfabetização e conscientização política da Igreja chamado Movimento de Educação de Base. Em 1968, é assassinado por agentes da repressão política o padre Henrique Ferreira, ajudante de Dom Helder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda, um dos líderes da Igreja de Libertação. Em São Paulo, os militares descobrem que um grupo de padres dominicanos dava suporte logístico à Aliança de Libertação Nacional (ALN), a organização clandestina de Carlos Marighella, engajada na luta armada contra a ditadura. Pela primeira vez, padres são presos, torturados e assassinados (KUCINSKI, 2001, p. 76).

A censura também atuou diretamente nos jornais, nas TVs, nas músicas, nas revistas, nos teatros e nos cinemas, passando a proibir a liberdade de expressão e a livre organização política. Fico afirma sobre esses meios:

(...) contavam com um serviço próprio de censura, o Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP). (...). Em junho de 1981, por exemplo, o diretor-executivo de grande emissora de TV pediu a suspensão da censura prévia de programa voltado para o público feminino, sobretudo em função das dificuldades para preparar, com antecedência, o material. O alvo da censura eram os comentários sobre sexualidade feitos no programa. O pedido foi negado em função da “linguagem livre (...) colocações permissivas que a apresentadora (...) costumeiramente faz”. Programas humorísticos, usualmente satíricos em relação à política, também eram bastante atingidos (2001, p. 172).

Cassação, tortura e censura, eis o tripé da ditadura militar. Em todo o Brasil, a ditadura manteve um clima repressor. Em Goiás não foi diferente: homens e mulheres em Goiânia tiveram tratamento de inferioridade e subordinação ao poder militar. Nilva Maria Gomes Coêlho¹⁹ conta como começou a repressão política em Goiânia, nos anos de 1970:

Olha eu te diria que a repressão política na minha concepção, ela começa mesmo com o golpe, mas também pra mim é um momento de alienação que eu mais descobri, porque quando eu cheguei aqui em janeiro, em março e abril teve o golpe, eu fui a Praça Cívica não como militante política, eu fui para ver aviões atirar vazantes na população, quer dizer, alienada eu saindo de colégio de freira interno, de cidade do interior Porto Nacional.

Mas eu não tinha consciência política, mas fui para a praça, quer dizer, com a massa eu fui, mas não é que eu estava vendo perigo, eu não via perigo no golpe militar ali, quer dizer pra mim era o desconhecido, ou seja, Alice no país das maravilhas, né.

Então, isso eu acho assim que é um momento de alienação que eu mais odeio e achei mais lindo na minha vida, e acho que eu passei a entender e, a saber, explicar o que é um projeto de alienação, isso é um projeto de alienação, quer dizer, vivi a vida inteira alienada em um projeto. Aí é que está a grande questão, por ser mulher entendia muita coisa, mas por outro lado, você não entendia e não entendia como até hoje é muito difícil entender. Como? Hoje a juventude diz nada haver. Nada haver é dizendo eu não quero entender, isso aí eu não quero que me explique, não tenho nada haver. Você vê estudante da Universidade falando: não tem nada haver.

As coisas estão todas fragmentadas e é passada, é um projeto de alienação que é passado para a juventude. O jovem é isso, não dá para discutir o real com ele, só o virtual, o imaginário; seja criativo, seja isso, então, é a mesma história da repressão. Então, a repressão existia, eu sei que existia uma repressão. Ela começa em Goiânia às vezes até antes, com os coronéis, com todo um projeto da estrutura feudal, quer dizer, eu entendo assim.

Na concepção teórica de vida, de entendimento, para mim começa lá. Agora, quando começou uma repressão militar, ela começa em 64, declarada, mas ela já tinha tido a de 30, ela já tinha tido outras. Mas, eu acho que em Goiânia ela é caracterizada com o golpe, mas, é vivenciada em 68; porque eu acho que em 68 eles não tinham como negar mais, e eu sou da juventude do projeto democrático, quer dizer, eu vou nascer em 46, venho até 68 participando de lutas estudantis, lutas feministas, quer dizer, venho participando indireto, não consciente, não inserida. Mas me 68, eu descubro que o mundo precisa de ação, porque é quando vem o AI-5, quer dizer 13 de dezembro, dia de Santa Luzia, a Santa dos olhos, eles decretam o AI-5 e muita gente esquece que pela própria religião foi 13 de dezembro e eu sei, porque a minha mãe era religiosa com essa Santa.

Então, foi no dia dos olhos, dia da visão, um decreto desse então, eu faço essa crítica por isso, mas é um momento que eu tenho que participar e, é o primeiro momento que eu solto panfleto em Goiânia, naquela linha de ônibus da Avenida Goiás. Então, os estudantes, aqueles que já estavam

¹⁹ Entrevista em 05/02/2004, Goiânia (GO).

começando a participar, a gente soltou um panfleto denunciando e soltava no primeiro ônibus da Praça Cívica que passava. Depois tinha um outro grupo de estudantes e assim, todos os pontos da Goiás tinham um grupo de estudantes soltando contra a ditadura.

E o último era a segurança pública que é lá na Praça do Trabalhador, então, seis horas quando a polícia foi buscar, não conseguiu pegar mais ninguém, quer dizer, só uma panfletagem de cinco minutos, então a gente panfletava e saía, quer dizer um negócio perigoso, a repressão pra mim começou aí, em termos pessoais, na minha subjetividade, na maneira de eu ver o mundo, nesse momento ela começou a arrebentar com as pessoas, que é quando ela começa a matar mesmo, que é quando ela começa a declarar que é o momento que ela tira a máscara, né.

Então, cai no movimento estudantil, e que, a juventude nesse momento está trabalhando a questão, por exemplo, da migração, do êxodo rural, tudo que até hoje é um problema.

Nilva Maria Gomes Coêlho²⁰ menciona que a ditadura militar também foi muito dura em Goiânia: “Muito dura, muito presente, matou, as praças viviam cheias, torturando no silêncio, morrendo outro dali. Só que Goiânia era pequena então, era fácil de pegar e Goiânia até hoje ela é pequena. Goiânia tinha movimentação política”.

Essa movimentação política teve seus reflexos nos movimentos de bairros, feministas e estudantis. Os militares logo demonstraram sua insatisfação e Nilva Maria Gomes Coêlho²¹ conta como foi a reação dos militares ao saber da sua atuação nos movimentos estudantil e de bairro:

Nos anos 70 a reação dos militares foi que primeiro eu fui conhecida, então veja, desde o movimento estudantil eu fui na Federal presidente, na época chamava D.A (Diretório Acadêmico), e era um D.A abaixo do DCE, porque em um D.A do Jornalismo, Geografia, História, Ciências Sociais e Letras. Então, esse D.A, ele era muito visado, porque aí o DCE era o primeiro porque era todas as Universidades Federais. E, a gente ficava ali, hoje é a educação, a gente ficava de privilégio com a Medicina, então, a Medicina, a gente e a Odonto de cá, e a Engenharia dali, se articulava bem.

Essa parte normalmente, o movimento estudantil a gente conseguia articular com o DCE e tudo mais. E o movimento estudantil, tinha um movimento que era um jornalzinho da UNE. E a gente tinha que rodar fora da Universidade, então, Goiânia era muito pequena e eles deviam ver, a gente só não sabia como. Naquele momento a repressão não ta como hoje que é via satélite. Hoje você pode ser controlada por um celular, por via satélite e tudo mais. Hoje as Ciências Humanas desenvolveu muito o controle do mundo, a gente pode dizer que está tudo sistematizado no controle; nas câmeras, sorria que você está sendo filmado, quer dizer, não reclame.

²⁰ Entrevista em 16/12/2009, Goiânia (GO).

²¹ Entrevista em 05/02/2004, Goiânia (GO).

Eu digo assim, uma violência simbólica, a parte oculta que eles não demonstram. Então, na década de 70, eu diria pra você que inicialmente com o chafariz nós tínhamos uma praça movimentada, não é como é hoje. E o que eu quero mostrar pra você é que nós estávamos iniciando e tínhamos um espaço pequeno.

E o movimento de bairro, nós tínhamos uma construção civil, Goiânia estava crescendo muito. Então, sempre a gente jogava alguma orientação política nos bairros, ou seja, a panfletagem, então, trabalhava, orientava, discutia aquilo que todo jovem fazia. E eu tinha um agravante, eu era professora, uma menina que já dava aula em cursinho, em primário, quer dizer, da alfabetização a cursinho, eu trabalhava. Então, eu tinha um trabalho assim, muito independente, porque a mulher para ser independente ela tem que ir para o campo do trabalho.

Nós precisamos reencontrar uma maneira de como o homem e a mulher vão conviver trabalhando fora os dois. Nenhum ser alienado, não perder a sua identidade; quer dizer, eu acho que a feminista tem que trabalhar com isso, porque nós às vezes temos um discurso feminista, mas não percebemos que ser feminista é ser gente, ser feminista, tanto o homem e mulher entra. Então, é uma cultura de uma sociedade mais digna de ser humano.

Eu me preocupo muito com esses outros movimentos de linhas de lutas pela a mulher, em que, a mulher é uma dominadora da mesma situação em que nós estamos vivendo, o homem sofre, a mulher sofre na sociedade. Só que a mulher tem uma exploração diferenciada, e, nessa diferenciada é que nós estamos tendo unidade. Agora, o ser humano precisa de uma sociedade que tenha uma visão feminista que é o mínimo, o mínimo, eu digo o mínimo do mínimo da gota d' água, porque o movimento feminista não vai salvar o mundo, ele vai tentar trazer uma discussão, mudar, ou seja, valores da família e da sociedade, lógico; porque as mães criam quem? Elas mesmas fazem a diferença entre a filha mulher e o filho homem, não pode, conduta social é conduta social. Se você é mulher não brinque com o sentimento dos homens, se você é homem não brinque com o sentimento das mulheres. Aí eu acho que é uma caminhada feminista, quer dizer, eu entendo que ser feminista não é ser por ser e andar só no caminho da pedra. Então, eu acho que a ditadura ela me fez essa reflexão e eu não aceito esse tipo de trabalho, principalmente depois que eu fui ao Congresso da UNE, em Salvador, é aqui que eu entrei na ação popular na década de 70, em agosto de 70 e em 71 eu fui presa.

Então, era só a questão de ser organizado e, enquanto você não era organizada eles podem ser, a gente não pode se organizar. E a população tem que se organizar, se não, não consegue nada. Essa é que é a questão mais séria, o projeto de organização social, de partido político é uma questão seríssima no mundo.

Mas, a gente não quer porque acha que a repressão vai pegar você só se você não for. Mas, acontece que ela te pega de qualquer jeito. Eu hoje não tenho tempo, não estou organizada por causa da família e eu fico na Universidade quase o tempo todo, porque eu trabalho para a qualidade do ensino, não trabalho pra dar aula não, é porque eu acho que a juventude merece qualidade de ensino.

A repressão foi muito grande, porque depois da década de 70, até emprego, eu não tive emprego por causa do 477. Eu fui expulsa das Universidades, fui presa, eu ganhei o 477. Fui presa em 18 e saí em agosto e quando fez oito meses, porque no dia do julgamento aí me condenaram pra oito meses, eu e uma irmã minha. Aí nós saímos e aqui

em Goiânia eu não arrumei emprego, ninguém queria ninguém mesmo, não é só o conservador não, o cabeça aberta também não te queria, porque tinha medo a repressão muito grande.

Eu voltei a estudar na Federal, quando eu saí da prisão já me aplicaram o 477, como aplicou no pessoal da Medicina. Quando nós voltamos pra estudar era para ela terminar História e eu para terminar Licenciatura, que até hoje eu não terminei, já fiz Mestrado em Educação, mas não terminei Licenciatura. Eu achei que era mais negócio fazer o Mestrado, porque eu tenho direito do mesmo jeito, aí não fiz Licenciatura e não terminei duas matérias, Didática e Prática.

E o que acontece, eu fui aprender a costurar, eu tenho corte e costura, fui vender calça comprida, fui prestar serviço de terceiro, depois, fui secretária. Eu acho que a repressão te arreventa por isso, porque aí eu fui ser secretária, eu fui vender, fui ser dos Recursos Humanos no MEC ainda no processo do 477 da ditadura. Então, eu aproveitei esse momento, porque é uma característica da juventude, das pessoas que querem viver, eu não fiquei tão traumatizada como muita gente fica. Eu tive um privilégio na genética, não sei como. Mas, eu não tive crises, mas a repressão me marcou muito. Eu diria pra você, que hoje eu falo essas coisas com você, talvez a minha entrevista se você pegar hoje, com a entrevista que eu dei primeiro a outra estava mais fraca, quer dizer, em termos da fala. Eu tenho me tratado em termos de me conservar como gente. Às vezes é o medo que marca, mas a gente devagar vai conseguindo e a fala na sala de aula ajuda.

Depois de inúmeras mortes, torturas, cassações e resistências que a população brasileira enfrentou durante o regime ditatorial, foi possível vislumbrar um recomeço aparentemente promissor para homens e mulheres. Isso ocorreu no governo do general Ernesto Geisel, em 1974, quando ele apresenta o projeto de Anistia política.

Apesar do pretenso “milagre econômico”, o país é sufocado pela mordaza repressiva. Geisel começa a defender uma “distensão lenta, gradual e segura”, mas nada que mude substancialmente a vida, sobretudo a dos milhares de brasileiros que continuam a viver no exterior, com medo de voltar, ou a dos banidos, que foram trocados por embaixadores ou cônsules (GOUVÊA, 2007, p. 73).

Antes do fim da década de 1970, os exilados estavam de volta ao país, reintegrando-se à vida política nacional, e os tribunais reduziram penas impostas no auge da ditadura, possibilitando que os “criminosos políticos” saíssem das prisões. A Lei da Anistia, porém, foi aprovada em 28 de agosto de 1979 pelo novo presidente, o general João Batista Figueiredo, estabelecia que:

- Ficam anistiados os que praticaram crimes políticos, mas não os condenados por crimes de seqüestro, assalto e atentado pessoal, mesmo quando essas ações tinham finalidade estritamente política;
- Ficam anistiados os servidores públicos e militares punidos com atos institucionais e complementares, mas seu retorno aos cargos que possuíam depende de aprovação das autoridades de cada setor e da existência de vagas.

Era uma anistia pela metade, que atendia os propósitos do governo de permitir o retorno ao Brasil de antigos líderes políticos visando implodir a frente oposicionista, sem que fossem necessariamente anistiados antigos integrantes da luta armada, ou permitida a volta à política de todo parlamentar cassado. Os cassados por atos institucionais, demitidos de sindicatos e processados pela Lei de Segurança Nacional – mesmo ainda não julgados – continuavam inelegíveis porque o governo não revogava a lei das inelegibilidades (KUCINSKI, 2001, p. 105-106).

Nessa conjuntura, vale a pena falar um pouco sobre o general João Batista Figueiredo:

(...) um velho seguidor do general Golbery que o introduziu nos segredos da espionagem e da delação em 1958, quando o convidou para trabalhar na Seção de Operações de Exército, o embrião do futuro Serviço Nacional de Informações (SNI). Golbery e Geisel tinham sobre Figueiredo a ascendência dos mestres sobre os discípulos, além da autoridade natural dos generais mais antigos sobre os mais modernos. Com a vitória do golpe militar, em 1964, e a criação do SNI no mesmo ano, Golbery colocou Figueiredo na chefia da agência daquele órgão no Rio de Janeiro.

João Batista Figueiredo era um dos coronéis de 1964, oficiais que fizeram a conspiração, mas que, acima de tudo, foram feitos por ela, que lhes abriu, depois de vitoriosa, o caminho das promoções e do poder. (...), Figueiredo exerceu o cargo de chefe do Gabinete Militar. Isto o colocou dentro do Palácio presidencial e, portanto, no primeiro círculo do poder (IBIDEM, p. 55).

A anistia, por sua vez, não se tratava apenas de uma concessão do governo, mas também do resultado de uma ampla campanha popular, iniciada em todo o Brasil nos primeiros dias após o golpe militar de 1964.

A campanha da anistia respondia a uma necessidade objetiva de diversas correntes de oposição, todas elas desfalcadas de quadros e com militares presos ou exilados. Respondia também à necessidade de várias categorias de profissionais liberais de se redimir de sentimentos de culpa em relação às perseguições a seus colegas durante os “dias negros” da repressão. Assim, professores universitários exigiam a reintegração de seus colegas expulsos das universidades; advogados exigiam a

readmissão dos poucos juizes e procuradores que o regime expediu da magistratura. (...) O movimento pela anistia contava, além disso, com a militância direta e dedicada dos familiares dos atingidos pela repressão, um pequeno exército de mães, irmãos, filhos de presos e desaparecidos disposto a tudo (IBIDEM, p. 82-84).

Em todo o Brasil, as manifestações pela Anistia mobilizaram inúmeras pessoas e, a partir de 1975, nasce o Movimento Feminino pela Anistia (MFA), como já foi mencionado, através do esforço da advogada Therezinha Godoy Zerbine. A proposta de Zerbine dizia que:

A Anistia é um Instituto do Direito de Processo Penal e para nós significa muito mais: é uma bandeira que está acima de todos os partidos e interesses das nações. A Anistia é imperativa para mudar as atitudes e condutas resultantes de um condicionamento cultural, econômico e político.

Nós mulheres de todo o mundo devemos propor que seja apresentada uma moção aos governos de todos os países do mundo que tenham presos políticos, que seja dada Anistia, conduzindo à meta de pacificação da família nacional (1979, p. 28-29).

No ano de 1978, é criado no Rio de Janeiro o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que contava com o apoio e a participação de muitas mulheres do Movimento Feminino pela Anistia. Nesse mesmo ano, o governo do presidente Figueiredo enviou ao Congresso um projeto propondo anistia parcial, pois estava sendo pressionado pela política de direitos humanos do presidente americano Jimmy Carter, pelas manifestações populares e pelas greves do ABC paulista. Nos primeiros meses do governo Figueiredo o projeto da anistia sintetizou:

(...) todos os compromissos e contradições do processo de abertura. Inclusive o acordo não escrito entre as diversas facções do estabelecimento militar, de que a abertura não levará à investigação do passado, de que o aparelho de repressão não será investigado e julgado, de que o passado não será exumado. Para atender especificamente esses requisitos, o projeto incorpora duas extravagâncias:

- ficam anistiados, ampla e totalmente, os acusados de crimes “conexos aos crimes políticos” (eufemismo para as torturas e outras violações dos direitos humanos praticadas sob o pretexto de combater as guerrilhas urbanas);
- é criado um procedimento sumário pelo qual os parentes dos desaparecidos podem obter rapidamente uma “declaração de ausência”, que substituiria a certidão de óbito para efeitos legais; uma tentativa de

governo de sepultar juridicamente os cadáveres insepultos dos desaparecidos.

Com esse projeto de anistia irrestrita para os torturadores, mas muito restrita para os militantes de esquerda, o governo esperava trazer de volta ao Brasil 22 personalidades políticas, relacionadas uma a uma nos levantamentos de Serviço Nacional de Informações – entre elas, Luís Carlos Prestes, o secretário geral do Partido Comunista Brasileiro (IBIDEM, p. 107-108).

Em Goiânia, a campanha também teve seus reflexos na população, que pedia por anistia ampla, geral e irrestrita. Nesse contexto, a coordenadora do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Godoy Zerbine, mandou uma carta ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Goiânia – na época, o Sr. Paulo Silva Gomes – aceitando o convite para comparecer à cidade para proferir uma palestra.

Embora rapidamente, em março de 1978, Therezinha Godoy Zerbine esteve em Goiânia e concedeu uma entrevista ao jornal Cinco de Março²², explicando a origem, a importância e as finalidades do Movimento Feminino pela Anistia. No dia 16 de março de 1979, foi elaborado o Comitê Goiano pela Anistia, que tinha como Presidente Pedro Wilson Guimarães, 1º Vice-Presidente João Silva Neto e como 2º Vice-Presidente Sebastião Vieira de Melo.

As campanhas pela anistia somaram-se e se confundiram com a avalanche de revelações sobre as torturas. Kucinski ilustra:

O jornal Em Tempo divulga um “listão de 233 torturadores” que inclui muitos generais importantes do sistema. (...). Aos poucos os militares vão sendo colocados no banco dos réus. Não só política e moralmente – também na prática, por meio de alguns processos judiciais pioneiros como o do caso Herzog.

Pressionados no seu ponto fraco, os militares estabelecem uma linha de resistência contra esse processo de exumação do passado. Desde ameaças políticas sobre os “riscos à abertura”, até manobras de bastidores, trancando processos, intimidando ou removendo juízes, tudo é feito para estancar as revelações, para impedir que o passado seja posto em julgamento. Mais de uma vez verifica-se que há um pacto não escrito, especialmente entre os militares e a imprensa convencional, pelo qual a abertura não levará o passado a julgamento.

O passado ressurgue como um fantasma que por si só, mesmo que não existissem outros fatores, impede, bloqueia o processo de mudança. “Não é possível obter uma abertura política colocando os militares no

²² Hoje, jornal Diário da Manhã. Ver anexo.

banco dos réus” – alegam os setores mais moderados da oposição. “Nunca se garantirá efetivamente a abertura se os crimes do passado não forem julgados”, alega a maioria dos ativistas da campanha da anistia (2001, p. 86-88).

Nesse momento, quando o regime militar parece tão estável e duradouro, a ponto de estar disposto a eliminar seus traços mais antidemocráticos, ele é abalado por dois acontecimentos independentes entre si:

(...) uma grande alta no preço do petróleo e uma votação esmagadora nos candidatos da oposição ao Senado. O novo preço do petróleo minou a base econômica do milagre econômico, encerrando uma fase de expansão espetacular do capitalismo, da qual o milagre era ao mesmo tempo uma consequência e uma de suas manifestações mais notáveis. O milagre econômico era conduzido por uma sólida aliança entre três grupos de interesses: o Estado, que por meio das empresas estatais fornecia infra-estrutura e insumos básicos, como aço e energia; as multinacionais, que transformavam tudo isso em bens de consumo duráveis, como os automóveis; e a burguesia nacional que controlava o comércio e o mercado financeiro e detinha o mapa do poder e dos meandros do Estado. Essa aliança era chamada de tripé, do milagre econômico (IBIDEM, p. 15-16).

Questões polêmicas desse período começaram a entrar em cena a partir da campanha da anistia, principalmente assuntos que se referiam à abertura dos arquivos secretos da ditadura, à reparação moral – que incluía o julgamento dos torturadores –, à reparação jurídica, à indenização para as pessoas que foram torturadas – seja para os que ainda estivessem vivos ou para os seus descendentes –, ao apoio psicológico ao torturado e aos seus familiares e ao apoio à reconstrução de sua vida, principalmente no plano profissional.

Se, por um lado, a população queria que esses fatos viessem à tona, por outro o governo e os militares queriam induzir a sociedade brasileira ao esquecimento e ao silêncio, pois temiam que, a longo prazo, a distensão levasse à revelação de suas práticas ilegais. As mudanças políticas e culturais, porém, impelem o fim do esquecimento e do silêncio e expõe o passado que incomoda. Esse passado que retorna, por sua vez, não é o mesmo que passou: é um passado renovado à luz dos problemas, das lutas e das reivindicações do presente. É um momento em que são revelados “esquecimentos” que foram politicamente provocados para emudecer, enfraquecer a luta de hoje e silenciar

grupos sociais dispostos à superação da situação de opressão, como argumenta Elizabeth Jelin (2001, p. 3).

Em 1980, a derrota política da ocupação militar no ABC Paulista marca o começo do fim do regime militar. Mas de acordo com Kucinski:

A luta intestina entre militares favoráveis à abertura e os aparelhos de repressão prosseguiu durante mais um ano. Os agentes da repressão já reduzidos em sua expressão política, desde a dissidência dos coronéis da centelha em 1978, passaram a agir clandestinamente até mesmo em relação às autoridades militares centrais, a ponto de se autodenominarem “braço clandestino da repressão” (2001, p. 133).

Passaram-se quatro anos até a eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte e a votação de uma nova Constituição, em 1988, e mais outro ano até a primeira eleição de um presidente pelo voto direto, em 1989. Esse foi também o período em que a sociedade estava pronta para poder ouvir, pois de nada valeria o desejo de falar se outros não quisessem ouvir. Recuperar essas memórias não significou apenas reforçar a garantia de que as ditaduras e os totalitarismos nunca mais ocorrerão. É mais do que isso:

Significa fazer justiça àquelas vítimas que caíram ao longo do caminho. Fazer justiça significa dar voz aos emudecidos pela marcha amnésica do progresso; significa resistir à destruição do diverso e do plural sob a desculpa da unidade, seja ela a da soberania nacional, a do desenvolvimento econômico ou a da razão científica; significa renunciar ao frio e distante ponto de observação neutro, universal e abstrato e dar lugar ao olhar da vítima, pois este nunca é desinteressado e distante, pois este recompõe a realidade esquecida e negada, restaurando a humanidade em que lhe dá ouvidos (SILVA FILHO, 2008, p. 168).

É tornar possível, o resgate explícito de um passado negado, negociado e negligenciado. É por meio dessas testemunhas que tornam públicas as suas histórias, relatos e impressões em cada processo julgado e apreciado, que uma história diferente do país está sendo construída. Esses arquivos são infinitamente mais valiosos que aqueles que as Forças Armadas não querem ainda revelar, pois trazem a narração das vítimas, pois incitam a sociedade a se transformar de espectador em ouvinte (IBIDEM, p. 174).

Este é o momento de acertar as contas com o passado, de olhar os esquecidos e os silenciados que escreveram a narrativa do Brasil. Por isso, a História serve para nos incomodar e nos interrogar sobre os absurdos do passado.

A história não é todo o passado, mas também não é tudo que resta do passado. Ou, se quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência, se não fosse assim, teríamos nós o direito de falar em memória, e que serviço poderíamos nos prestar quadros que subsistiram apenas em estado de informações históricas, impessoais ou despojadas? Os grupos, no seio dos quais outrora se elaboraram concepções e um espírito que reinara algum tempo sobre toda a sociedade, recuam logo e deixam lugar para outros, que seguram por sua vez o cedro dos costumes e que modificam a opinião segundo novos modelos (HALBWACHS, 1990, p. 71).

A função da memória é, portanto, a de denunciar, criticar, tocar na ferida que a história tentou encobrir e evidenciar uma historiografia oficial de uma etapa importante para a constituição da memória social brasileira, os anos da ditadura militar. A história agora começa a assimilar esses fatos de forma mais sistemática, através dos depoimentos de alguns dos principais envolvidos nos acontecimentos desse período; sua função é, sobretudo, política.

O que fica claro através da memória dessas mulheres, conforme aponta Abreu, é que “junto com o projeto de derrubar o regime militar também estava o de revolucionar os costumes, os valores e as relações sociais e afetivas, que deveriam ser mais igualitárias” (1997, p. 11). E segundo Ridenti:

É mais prudente ainda admitir que no momento de participação dessas mulheres na militância política contra o Regime Militar se deu o início de um rompimento com o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino (1990, p. 114).

Refletir sobre esse período da história do nosso país é perceber que o Brasil é o único país da América Latina em que os militares ainda não foram punidos pelos crimes de tortura, assassinato e desaparecimento. Até quando mães, pais, irmãos, esposas e maridos conviverão com a ditadura dos corpos desaparecidos? Dessa forma, compreendemos que,

enquanto as questões centrais da memória política brasileira ficarem escondidas, não haverá caminhada rumo ao um ideal de justiça. A memória nacional precisa ser relida e reinterpretada pelos novos atores sociais dispostos à luta política mais igualitária.

Parece consensual dizer que não é possível prosseguir rumo ao aprofundamento da democracia sem pensarmos na memória sufocada dos presos, torturados e desaparecidos do regime militar. Argumenta Halbwachs:

A reconstrução da memória é um elemento fundamental para a vida social, tanto no que diz respeito a sua permanência e continuidade quanto para a sua transformação. O que a memória realiza é a reinvenção de um passado comum que disponibiliza elementos para que os homens interpretem o presente, o preservem ou modifiquem, e até mesmo projetem o futuro. Esse processo é desenvolvido num campo sociopolítico historicamente datado, conferindo especificidade e provisoriedade à rememoração das representações e dos fatos ocorridos (1990, p. 35).

Por mais de 20 anos, uma grande parcela desses sujeitos oprimidos não pôde, por diversos motivos, assumir e contar suas histórias; sobre as mulheres, principalmente, havia poucos registros históricos pertinentes. É valioso, portanto, o testemunho daquelas que militaram contra o regime. Ao revelarmos seus depoimentos, esperamos estar dando continuidade e expansão a um processo de construção da memória calcada nas características das trajetórias de vida das ex-militantes políticas. Nesse processo, essas mulheres surgem como agentes históricos e sociais, participando de um determinado projeto coletivo; são sujeitos com biografias próprias em construção e que, no desempenho de seus papéis históricos e sociais, fizeram escolhas e sofreram suas conseqüências.

3.1 AS VOZES QUE NÃO SE CALARAM

*Os fatos, sim, os fatos podem ser resumidos.
Mas são os sentimentos, os pensamentos,
as dores, as alegrias que são as memórias verdadeiras.*

Filippo Garozzo

Brasil anos sessenta do século XX: um turbilhão de acontecimentos e imagens atravessa a trajetória do tempo em busca de interpretações e registros. Trata-se de um desafio sempre presente: solicitar aos historiadores e cientistas sociais que tragam sua contribuição para o entendimento de diferentes aspectos e características de uma conjuntura complexa e ainda não suficientemente analisada.

Nuvens espessas da polarização política transformaram-se em tempestade e, em 1964, um golpe de estado preventivo, articulado por grupos políticos e setores da sociedade civil que apostavam na modernização conservadora, levou ao rompimento da ordem constitucional e à implantação de um regime militar autoritário, que se aprofundou nos dez primeiros anos de sua vigência. Esse período da História brasileira foi marcado pela imposição do silêncio, por forte repressão, mas também pela resistência e por tentativas de reversão de um processo que desrespeitava direitos civis, políticos e sociais da população (DELGADO, 2006, p. 100).

Dirigia o país uma nova classe de tecnocratas civis e militares, que comandavam não apenas o aparelho de Estado, mas também as gigantescas empresas estatais, cada vez mais numerosas:

A ditadura se sustentava numa aliança de três grupos de interesses bem definidos, chamada de tripé econômico: os empresários nacionais, que conheciam os corredores do poder e se encarregavam da negociação política dos grandes projetos de investimento; as empresas estrangeiras, em geral multinacionais que dominavam as tecnologias de produção; e o Estado, que fornecia a infra-estrutura, matérias-primas básicas, como o aço, a energia, além de garantir, é claro, a segurança para os investimentos. O regime militar, na ótica dessa aliança dominante, havia alcançado nível supremo de qualidade ao excluir o povo, em especial os trabalhadores, da condição de participantes ativos do processo de decisão (KUCINSKI, 2001, p. 9).

Nos subterrâneos do regime, em Goiânia, ainda se empregavam formas bárbaras de repressão contra diversas camadas da população, inclusive contra as mulheres; elas, mesmo vivendo sob o regime ditatorial e patriarcal, foram grandes narradoras de seus feitos e conquistas. O grande desafio nesse período, sem dúvida, foi conquistar sua própria fala. Colasanti lembra que,

(...) o poder gerador da palavra: o excesso de força que as mulheres, já geradoras da vida, teriam se possuísem seu livre uso; a negação, às mulheres, das palavras sagradas; o abuso verbal comprovado a que somos submetidas no cotidiano, através da interrupção e encobrimento das nossas frases. Se nos negam a palavra oral, volátil e efêmera, como crer que reconheceriam nosso direito à palavra escrita, tão mais comprometedora? (1997, p. 40).

Mas as mulheres não queriam o poder para perpetuar o que aí estava: o autoritarismo, o machismo, a violência, o desrespeito e as injustiças econômicas e sociais. Reivindicar sua própria voz foi o que o movimento organizado de mulheres (chamado assim inicialmente) fez em todo o país; em Goiânia não foi diferente.

O movimento de mulheres registrou uma forte articulação com as lutas nacionais e internacionais, contribuindo para a ruptura com a perspectiva do sujeito único da história. Por outro lado, colocou em questão a ordem dominante ao expor, criticamente, a dominação e a exploração das mulheres no sistema capitalista.

Dessa maneira, as lutas e resistências das mulheres goianas, segundo Rocha e Bicalho (1999, p. 70): “tomaram a forma de estratégias de lutas, as quais se traduziram em vozes que romperam o silêncio da palavra, da escrita, da arte, da educação e da religião, ainda quando não estavam organizadas”.

Através da ditadura militar, o governo impôs um autoritarismo que cassou os direitos políticos e civis de inúmeros cidadãos. Em resposta, deparamo-nos com o surgimento de um forte movimento de mulheres pela restauração da plena cidadania. Esse grupo se consolidou em movimento feminista em um momento em que outras manifestações de libertação, tais como o movimento estudantil e de bairro, denunciavam a existência de formas de opressão.

O movimento feminista em Goiânia saiu de seu isolamento e rompeu o silêncio naquele momento de autoritarismo extremo. Portanto, não se pode deixar de aludir o fato de que o feminismo militante em nosso país surgiu como consequência da resistência das mulheres à ditadura, depois da derrota da luta armada.

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado: para a direita, era um movimento imoral, portanto, perigoso; para a esquerda, tratava-se de um reformismo burguês e, para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. O feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos com denominações excludentes (SARTI, 1998, p. 6).

Para Nilva Maria Gomes Coêlho²³, a sociedade em Goiânia via as feministas da seguinte maneira:

Olha eu pra te dizer a verdade como feminista mesmo eu assumo a partir da década de 70 pós-prisão assumi publicamente, porque foi um gancho que agente descobriu né, dessa subjetividade e tudo que deveria começar a discutir essas questões que eu acho muito importante, mas como feminista mesmo de tentar engajar era a minha discussão séria, é que os partidos políticos não discutiam a questão da mulher e normalmente os candidatos eram os homens, as mulheres não tinham espaço e quando eu entrei no metropolitano PMDB, ai eu comecei essa discussão um pouco mais séria. Cheguei a fazer parte da frente feminina do PMDB no primeiro momento em 82 e 83 e ai ganhei minha menina em 83 e ai foi que eu hoje eu admiro muito porque as pessoas que continuaram estão na frente até hoje. Então foi um momento assim foi outro trabalho feito na retaguarda porque é muito pesado em termos de projeto.

E as dificuldades que agente tinha é porque a mulher não é aceita, ela é chamada de doida, maluca e naquele momento ela deveria ser tipo cinderela, quer dizer, aquela menina comportada, aquela menina criada ao estilo de colégio né dominicano, interno, então, esses valores é incucado muito no projeto. Mas eu era avaliada mais porque eu gostava de vôlei, pingue-pongue, queimada, então eu gostava de algumas atividades que a mulher não deveria gostar, mas como eu fui criada multiculturalmente e isso me ajudou muito porque como multicultural eu nasci logo depois de dois homens e as duas mulheres ficavam pra lá, então minha convivência foi masculina mais dentro do projeto social, mais era uma luta que eu travava desde pequena e eu não percebia.

Quando eu percebi que era difícil pra todo mundo, era fundamental uma luta, eu comecei a questionar os valores da mulher e dos homens e em casa nós conseguimos fazer a divisão do trabalho, quer dizer, não tinha essa diferença, era uma briga constante né, porque homem ajudar em casa era um problema sério os pais colocarem. Então a ditadura ela não aceita também essa discussão, quer dizer, as mulheres que fazem parte do movimento são putas e isso é uma coisa assim que eu acho em termos de movimento feminista, eram mal amadas ou eram putas, ou não queriam nada ou malucas.

Para Kemle Semerene Costa²⁴:

²³ Entrevista em 16/12/2009, Goiânia (GO).

Naquela época e até hoje quando se fala em feminista ainda se torce o nariz por muitas pessoas e até mesmo pessoas bem informadas entre aspas, mas naquela época realmente tivemos dificuldades de inserção, fomos bastante insistente mesmo, mais ainda mais um grupo que trabalhava com a questão da sexualidade e tudo isso trouxe dificuldades mesmo, mas não dificuldades a ponto de imperar o trabalho e desistir até porque não estávamos sozinhas, muitos outros grupos estavam sendo criados não só em nível de Goiânia e como em nível de Brasil e tínhamos contato com vários desses grupos. Grupos mais antigos, tipo o SOS Corpo, por exemplo, que é um grupo de Recife, mais velho que o Transas e que agente se espelhou e até hoje temos uma parceria importante porque era uma troca muito grande, um aprendizado a cada vez e a coisa foi só ganhando força. Mais dificuldades sempre havia né e agente dependia de projetos para ser financiados e teve uma época que agente tava na coordenação do encontro feminista que aconteceu em Goiás em Caldas Novas em 1991 se não me engano e, esse encontro feminista dependia de verba de financiamento e havia mais de 600 mulheres em Caldas Novas e, agente conseguiu isso a partir de financiamentos de instituições, algumas do Brasil e outras que costumava financiar projetos de mulheres, mas naquela época ainda era mais difícil, mais devagar, tanto é que agente conseguiu dinheiro depois que tinha passado o evento e tal, porque não se conhecia exatamente que trabalho que era. Pessoas que financiaram vieram ao Brasil, conheceram, certificaram realmente que trabalho era esse, enfim, tivemos algumas barreiras. Mas agente conseguiu sair muito bem de todas essas questões porque agente sempre sabia o que agente tava querendo e cada dificuldade trazia pra gente uma oportunidade de reflexão, um caminho a mais a poder trilhar, um desafio a mais para poder enfrentar.

E para Carmelita Brito de Freitas Felício²⁵:

Ao refletir historicamente a importância de repensar o lugar das mulheres nós nos deparávamos com essa questão que é uma questão central, que era na época pra nós, de que modo se engajar numa luta como essa em condições tão adversas, considerando que a maioria das pessoas achavam que o nosso lugar não era aquele, o nosso lugar era aquele que tradicionalmente nos foi reservado, o espaço doméstico. Então, essas mulheres eram vistas, nós éramos vistas como figuras talvez não muito normais digamos assim. Não éramos encaradas como pessoas confiáveis até, porque existia até uma suspeita de que as mulheres que resolveram entrar para o movimento eram mulheres que não estavam satisfeitas consigo mesmas, o que de certo modo tem até um pouco de razão, mas não essa insatisfação que era vista como sendo, por exemplo, o fato de não sermos felizes, de não sermos bem amadas né e não era bem isso. Como eu já disse a insatisfação que eu sentia era uma insatisfação das condições do mundo que a gente vivia.

²⁴ Entrevista em 20/01/2010, Goiânia (GO).

²⁵ Entrevista em 20/04/2010, Goiânia (GO).

O que percebemos na fala dessas feministas é que as mulheres, por longo tempo, estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subseqüentes; ou seja, estavam destinadas à esfera privada. Falava-se das feministas, sobretudo, quando perturbavam a ordem pública, destacando, nesse caso, os documentos policiais, aliados aos processos criminais.

Abre-se a partir daí, as várias discussões, que as feministas fizeram dentro do próprio movimento, questionando sobre a clássica distinção segundo Hall (1997, p. 49), “entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e o “público”. Dessa maneira, para Habermas, é central, “o surgimento de uma arena onde cidadãos privados se colocam como públicos para debater questões e influenciar processos de decisão política. Esse local se constitui fora da vida doméstica (...)” (1984, p. 214).

Foi nessa conjuntura que a crítica feminista incidiu sobre tais questões e realizou mudanças de perspectiva na tradicional concepção dos valores atribuídos ao feminino, à medida que passou a discutir temas que até então eram relegados à sombra: essas discussões passaram a ser feitas por vozes femininas e feministas a partir de suas próprias experiências.

As novas tendências de abordagem emergentes nesse momento possibilitavam uma abertura para os estudos sobre a mulher ao ampliarem áreas de investigação e renovarem a metodologia e os marcos conceituais tradicionais, apontando para o caráter dinâmico das relações sociais e modificando os paradigmas estabelecidos. Contudo, a influência mais decisiva nessa abertura parece ser a descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a questionamentos sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina e das mulheres e o significado de fatos, lutas e gestos cotidianos. Assim, a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, diante do deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano (MATOS, 2002, p. 59).

Essa ação reflete um grande amadurecimento frente às antigas práticas de difundir o ideário político-partidário junto aos movimentos feministas, disputando espaços e poderes em grupos que congregavam mulheres de diversas posições político-ideológicas, com ou sem vinculações partidárias. A inserção das feministas nas diversas esferas de decisão na

sociedade possibilitou uma imediata mudança de discussão e visão políticas, através de debates na área da educação, da saúde e do trabalho. Segundo Goldberg:

O movimento feminista trouxe à participação política a muitas mulheres influenciadas pelo próprio feminismo. Tratou-se do surgimento de um feminismo cujas militantes estavam em sua maioria engajadas nos grupos de esquerda ou nas lutas democráticas, criando um movimento feminista bastante politizado (1988, p. 43).

Já que no passado, segundo Costa:

(...) os movimentos de mulheres eram muito utilizados pelos partidos políticos. Quando eles precisavam, apelavam para a mobilização das mulheres mas, passada a necessidade, elas eram postas de lado. Daí que estes movimentos tenham sido intermitentes. Nas organizações então criadas ficavam apenas as mulheres mais conseqüentes, bastante definidas em relação a estes partidos. Hoje, quando o movimento de mulheres grita por autonomia, quer dizer que não se deixa mais instrumentalizar em função dos interesses partidários. Contudo, ao reconhecer que os movimentos são autônomos, não quero dizer que sejam apolíticos. É evidente que são políticos, porque dentro dos movimentos há mulheres políticas. Mas só que elas estão lá para debater democraticamente os problemas das mulheres, não para transformar essas organizações em pequenos biombos dos partidos políticos. E isto dá uma conotação completamente diferente da dos movimentos anteriores (1980, p. 67).

Todas as discussões que se davam em âmbito nacional também foram verificadas em Goiânia. Assim, ocorreu o “reconhecimento por parte dos partidos políticos que se rearticulavam na época sobre a importância da influência social-política que os movimentos feministas vinham constituindo no país” (PINTO, 2004, p. 1175).

A existência do movimento feminista se tornou visível mesmo para setores que negavam a importância e a necessidade da organização das mulheres. A partir daí, com o envolvimento de vários órgãos e entidades ligados à defesa das mulheres, começa a se formar uma rede de apoio às mulheres vítimas de violência. Afinal, trata-se de uma luta constante pelos direitos, que vai desde o cotidiano até a política.

Lúcia Helena Rincón Afonso²⁶ menciona como as problemáticas feministas foram incorporadas dentro dos partidos políticos no Estado de Goiás:

²⁶ Entrevista em 25/02/2010, Goiânia (GO).

Então, sobre a inserção dos partidos políticos, quer dizer ela se apresenta aí né, um movimento dentro do PMDB nessa década de 80 começa a fervilhar dentro do PMDB o tal da Força Feminina, foi uma organização que o PMDB estimulou. Então, na minha opinião ela nasce com mais força, com mais presença social nesse movimento dentro do PMDB. Mais ao mesmo tempo vão se fortalecendo, vai se organizando o PT, o PC do B vai procurando a sua autonomia e buscando organizar instâncias que também falem da sua política independente do PMDB, porque o PMDB nesse momento é uma grande frente, então, nós vamos avançando nesse sentido.

Aí dentro do PMDB, a partir da força feminina também vai se estruturando ao lado a Frente Feminina do PMDB e se organiza então um departamento ali dentro, onde a professora Nilva foi direção, a Odete Ghanan foi direção e aí junto com as honoráveis companheiras que eram esposas dos dirigentes do PMDB na sua grande maioria. Mais aí também tinha muitas mulheres combativas ligadas as mulheres do povo e que queriam melhorar a vida das mulheres também. Então essa inserção, essa presença do movimento feminista nos partidos políticos em Goiás vem com a Frente Feminina do PMDB, ela surge com mais força nessa instância.

Os movimentos feministas buscaram também manter suas estratégias de atuação independente do Estado, preservando canais autônomos de articulação por meio de encontros nacionais e regionais feministas. A partir daí, os encontros feministas foram considerados invenções políticas peculiares.

Eles são eventos abertos a todas as mulheres e, em muitas ocasiões, chegam a reunir cerca de duas mil participantes. Por princípio, em um encontro feminista cada mulher representa a si mesma. Eles não têm formato de congresso ou de assembléia, com pauta fixa, delimitada, imposta ao conjunto das mulheres. Os mais variados desejos, necessidades e vontades podem se transformar em oficinas, grupos de trabalho, painéis, rituais, alvoradas ou marchas: a iniciativa está nas mãos das participantes; os critérios de legitimidade são a valorização da diversidade, a não-discriminação, o respeito à autonomia e a abertura às expressões das outras. Os encontros não deliberam, pois não pretendem ser porta-vozes da “maioria”, e, sim, espaços de construção, fluidez e expressão de maiorias e minorias. Eles não aprovam “planos de ação” pois são momentos de experimentação de formas infundáveis de fazer política, produzir cultura e construir solidariedade. Para as mulheres que a eles comparecem a cada dois ou três anos, os encontros podem ser muitas coisas: fóruns, tribunas, exercícios, catarse, criação, produção de conhecimento, autoconhecimento e reconhecimento, confabulação, descoberta, toque, retoque, reflexão, provocação, festa, contemplação, intercâmbio, encenação, expressão verbal, corporal e artística de energias intelectuais, políticas e afetivas. (...) Enfim, os encontros feministas consolidam-se como espaços públicos alternativos, nos quais as mulheres reinventam o jogo político da interação democrática, experimentam novas formas de equacionar diferença/equidade e

conflito/solidariedade, manufaturam teias de sociabilidade e identidades negociadas, constroem as novas agendas políticas e culturais e as disponibilizam para o mundo (FERREIRA; BONAN, 2005, p. 75-76).

Cientes da complexidade e da importância de se tratar os assuntos referentes às condições femininas, principalmente no âmbito da política, a maior dificuldade que as feministas encontravam ao participar da militância partidária era enfrentar uma hierarquia de gênero existente dentro dos partidos. Lúcia Helena Rincón Afonso²⁷, menciona o problema:

Existe, ela existe, é uma hierarquia de gênero. As mulheres são escutadas e pouco ouvidas. Eu digo que a primeira paciência que agente tem que ter é essa, é a paciência de continuar repetindo até que nos ouçam e não só coloquem os ouvidos a disposição, mas que nos ouçam, então, a hierarquia de gênero ela existe, ela é forte e ela se manifesta não só pela ausência nas instâncias de poder mais também pela forma como é tratada a intervenção das mulheres, ou seja, a consequência que se dá aquilo que agente fala é pouco, a consequência que se dá as reivindicações que nós temos, o coletivo muito cheio de homens também é pouca né, porque é muito difícil. Não estou justificando não, eu acho o fato é esse e os companheiros e camaradas tem pouca disposição de se dedicar a fazer e a tomar as medidas para aquilo que é necessário, por exemplo, é um dos maiores enfrentamentos que eu tive quando fui secretária para assuntos da mulher da CONTEE que é a Confederação da área de professores de Trabalhadores da rede privada em educação, eram as discussões que nós tínhamos que indicar ao sindicato que fizessem reuniões em horários que as mulheres pudessem comparecer, porque as reuniões eram no final da manhã, no final da tarde que agente tinha que buscar as crianças na escola, fazer almoço e sair do trabalho e aí essa sempre foi uma discussão que era a coisa mais engraçada, agente achava que não era uma questão polêmica e toda vez dava uma polêmica enorme porque o pessoal achava que era balela, que era coisa sem importância e secundária, então, enxergar e de fato tomar medidas para que as mulheres possam ser incorporadas e garantir que essas medidas existam, então, as mulheres para participar precisa ter creche e nos encontros não tem creche, nem aqueles que agente participa, porque agente tá lá, a direção do partido fala: vamos organizar a creche, há então nós vamos, então faz lá a organização com a indicação. Chega na hora do evento, não, não teve condição de fazer a creche. Na hora de convocar, vai ter a creche? Não vamos poder colocar porque não demos conta, não leva dinheiro, vai absorver gente, não tem isso, não tem aquilo, então, a hierarquia ela se manifesta das mais diferentes formas, ela se manifesta na chacota, ela se manifesta na negação objetiva de criar condições de tratar o diferente como diferente para que ele tenha condição de participar de forma igual.

E dentro dos partidos isso é bem mais acentuado? Não, sinceramente eu não acho que é mais acentuado, eu acho que talvez as dificuldades nossas sejam maiores, particularmente nos partidos de esquerda, porque

²⁷ Entrevista em 25/02/2010, Goiânia (GO).

eu estabeleci um lema que talvez expresse aqui o que eu quero dizer é: piadinha machista eu ouço duas sem falar nada, que é o estado da convivência se não eu não tenho convivência, da terceira em diante eu começo a bater né, mais eu tenho que ouvir duas não tem jeito, se não eu não tenho nem espaço pra ser ouvida. Eu entendo assim e eu estabeleci isso como medida de sobrevivência minha enquanto mulher nos espaços e principalmente minha enquanto mulher feminista. E aí outra medida, sempre que eu vou fazer uma intervenção sobre feminismo ou sobre as questões que são importantes pra aquela frente, pra aquela secretaria, hoje eu sou a Secretária, de novo, Secretária pras questões da mulher dentro do PC do B, Secretária Estadual, então, sempre quando eu vou apresentar alguma coisa eu faço primeiro uma intervenção sobre os elementos políticos que estão na ordem do dia e que estão sendo tratados ali no partido porque se não eu não tenho ouvidos pra me ouvir, então, é assim que funciona.

Os entraves não param por aí: o problema não foi apenas de uma hierarquia de gênero, mas de caráter cultural, aponta Lúcia Helena Rincón Afonso, em entrevista em 21/11/2003 a Ângela Ciccone Pinto (2004, p. 1178-1179):

A resistência à luta feminista ela vêm culturalmente, particularmente daqueles que até aquele momento não tinham tido nenhum acesso a nenhuma teoria. Porque você tem que entende que durante o período da ditadura não circula material, não existe bibliografia marxista. Ela foi retirada, queimada pela ditadura, ela foi escondida nos porões, ela não estava nas bibliotecas, né? Então as pessoas não tinham acesso. Tinham acesso a muito pouca literatura marxista, da luta revolucionária e menos ainda sobre a importância da luta das mulheres. Então a maior parte da não atenção, eu diria mais não atenção da luta à mulher, não dar importância à luta da mulher, ela é uma resistência cultural principalmente. Ela não é uma formulação que se compara às formulações de que é preciso dar mais atenção a luta política e menos atenção a luta das mulheres, embora se tenha que dar também atenção a luta das mulheres. Não é a formulação de priorização da luta mais geral em detrimento de uma outra luta. É uma formulação de que, ..., uma resistência da grande maioria das pessoas dentro do Partido é essa, agora, quando nós solicitamos não ficar num gueto e que o conjunto do partido se integre a luta feminista, aí sim, a formulação de alguns elementos na direção do Partido é uma formulação mais trabalhada do ponto de vista da teoria revolucionária. Aí dogmatizada no sentido de que é preciso, primeiro, atender a luta geral, e ao lado com menos importância, também, a luta da mulher, aí eu acho que essa é uma proporção que naquele momento toma uma atitude de menosprezo algumas vezes, ..., de fato existem as instâncias de poder, mas a luta da mulher a medida que agente vai abrindo do ponto de vista teórico pra entender a importância da intervenção no universo simbólico pra poder garantir qualquer processo de transformação político-econômico a gente vai ver que ela também vai tomando um corpo maior, também, na consciência das pessoas que levam a luta política, tanto aquelas que levam a luta da mulher como, a luta política mais geral.

O movimento feminista tinha uma postura muito bem clara: manter sua autonomia, independente de qualquer partido político. Assim, o movimento ficou mais complexo em sua organização e mais diverso ideologicamente. Com a reorganização partidária, foi polarizado pelas diversas propostas que surgiram no âmbito das questões da reconstrução da democracia liberal (DELGAGO; SOARES, 1995, p. 43). Isso contribuiu historicamente para que as mulheres construíssem sua subjetividade, em um mundo em que elas não estavam integradas inicialmente. Afirma Jonas:

Do ponto de vista político, a democracia e a liberdade interessam às mulheres como cidadãs, principalmente porque muitas de suas conquistas deram-se a partir de uma ampla participação popular, própria do exercício democrático. Estas conquistas possibilitaram que muitas das questões antes tidas como de responsabilidade exclusiva das mulheres e consideradas de caráter privado e pessoal, pudessem ser assumidas como de caráter social pelo Estado e, portanto, entendidas como de responsabilidade pública, como, por exemplo, as relativas à maternidade, à paternidade, aos direitos da criança, à violência contra a mulher entre outras (2003, p. 12-13).

O significado desses diversos feminismos esteve vinculado na luta das mulheres e no lugar que elas ocuparam e ainda ocupam nas relações sociais do mundo. Jonas complementa:

A política das mulheres está determinada, legitimada e mediada pelas necessidades das próprias mulheres que aspiram viver e compartilhar a vida como seres humanos livres, iguais e solidários. Sua história de resistência e luta consolidou a igualdade de direitos e continua ampliando, dia-a-dia, o movimento pela igualdade da vida nos novos espaços que as mulheres vão conquistando. Nesse processo, mais recentemente, toma corpo o *affidamiento* ou o chamamento para que as mulheres confiem em sua própria voz (...) (IBIDEM, p. 11).

3.2 A CRIAÇÃO DOS GRUPOS FEMINISTAS EM GOIÂNIA

... eu costumo dizer muito aquela história do Zeca Pagodinho “deixa a vida me levar”, eu falo não! A vida a gente só deixa levar quando a gente tá bebendo, porque depois a gente tem que entrar na roda viva como diz o Chico Buarque...

Nilva Maria Gomes Côelho (Entrevista em 16/12/2009)

Os anos 70 do século XX foram um período complexo, caracterizado pelo cultivo e frustração de diferentes utopias:

(...) foram marcados por uma intensa perseguição a qualquer pessoa que os militares achassem que poderia levar a algum líder importante desses movimentos considerados subversivos. A clandestinidade deixou de ser opcional para muitos e tornou-se obrigatória, na medida que as idéias que inspiravam o movimento de reconstrução sociopolítica do país, em conjunção com a transformação de valores e costumes, tiveram que encontrar novas formas de existência (FERREIRA, 1996, p. 22).

Foi preciso vencer a perplexidade, superar o medo e plantar as sementes para uma nova época. A partir daí, ao procurarem fazer valer seus direitos dentro de uma cultura predominantemente masculina e misógina, as mulheres promoveram uma intensa crítica cultural, questionando os tradicionais valores do sujeito e apontando para a valorização de uma cultura igualitária com a inserção dos grupos sociais historicamente excluídos.

Nesse contexto, foram criados em Goiânia grupos de reflexão e debates nos meios de comunicação e no espaço das escolas e universidades; campanhas foram realizadas, levando um grande número de mulheres às ruas, especialmente para denunciar a violência doméstica que culminava na maioria das vezes em assassinatos. Nesse momento, as questões feministas estavam começando a ganhar visibilidade e o silêncio, que antes predominava entre as vozes das mulheres, deixou de compor o cotidiano da sociedade goiana.

O feminismo teve que enfrentar, ainda, o fato de ser uma ideologia que tem marcas sociais precisas e que sensibilizava mulheres profissionais, com educação universitária e que pertenciam a camadas sociais com alguma experiência de vida cosmopolita, associadas ao exílio político ou à formação educacional e profissional. Foi aí que o movimento feminista em Goiânia revelou-se como um movimento de mulheres extremamente diversificado, capaz de abordar inúmeras temáticas no tempo e no espaço a que pertencia, pois, até 64:

(...) os movimentos femininos no Brasil vinham sob o impacto de determinados acontecimentos mundiais e nacionais. A segunda guerra, a guerra fria, os movimentos pela paz, ao lado das lutas pela democratização do país e depois contra os grandes trustes, estes foram os

acontecimentos que determinaram que os movimentos de mulheres surgidos na época tivessem características acentuadamente políticas. Mas há também uma outra questão: o movimento feminino com a ênfase na especificidade da mulher é fruto de transformações materiais, culturais, da verdadeira revolução cultural que ocorre no mundo e que traz à tona todos os problemas não resolvidos da humanidade, entre eles o problema da mulher. Se a condição da mulher não era muito discutida antes, isto não quer dizer que ela não fosse um problema. Só que as dificuldades econômicas e os problemas políticos do país eram tão prementes que as organizações de mulheres acabavam mesmo por refletir essas preocupações. Depois de 64 o movimento renasce numa outra conjuntura, já dentro do debate mundial sobre a questão feminina. São movimentos que têm como bandeiras determinadas reivindicações próprias da condição da mulher, mas que nem por isso estão desligados dos problemas nacionais. São as mulheres que lançam a luta pela anistia no Brasil, pela redemocratização do país, a favor de uma Constituinte, contra a alta do custo de vida. A grande novidade é que são movimentos autônomos, que não querem depender de partidos políticos, que não são monopólios de partidos: recusam-se a serem instrumentalizados (COSTA, 1980, p. 67).

Partindo dessa discussão, a historiadora Carmelita Brito de Freitas Felício²⁸ revelou como o movimento feminista surgiu e se organizou em Goiânia e como ele iniciou o seu trabalho de reflexão e organização com as mulheres que não faziam parte dele:

Do ponto de vista do movimento as mulheres vão se organizando durante toda a década de 80 através daquela pluralidade de grupos e de associações que foram crescendo, que foram nascendo, conjuntamente com o movimento comunitário que naquele tempo era também um movimento efervescente e coincide portanto esse momento com um governo, com campanhas eleitorais visando o Governo do Estado de Goiás e uma polarização muito grande como sempre entre direitas, centro, esquerda e naquele momento o movimento feminista ou a sua maior parte, grande parte do movimento feminista faz uma parceria digamos assim, com o PMDB que abria espaço dentro do partido para discutir a condição da mulher; e coincidentemente tinha um candidato, progressista, Henrique Santillo era um político progressista e que junto com sua equipe de governo criam espaço dentro da Fundação Pedroso Horta para criar um grupo de estudos sobre a condição da mulher em Goiás e isso fez com que os movimentos se reunissem dentro dessa Fundação para fazer um diagnóstico da situação da mulher em Goiás na década de 80. Isso foi em 1986, porque o Santillo assume o Governo em 87, portanto, tudo aquilo que foi feito no ano de 86, provavelmente já estava sendo construído nos primeiros anos da década de 90, a partir de toda uma discussão que efetivamente estava sendo levada a cabo na mídia com muita dificuldade, mas já estava a discussão sobre a questão da mulher já estava na imprensa, já estava discutida de alguma maneira pela sociedade. Então, coincide com esse momento, a implantação de

²⁸ Entrevista em 19/01/2004, Goiânia (GO).

órgãos dentro do Governo, dentro da esfera pública; e as mulheres começam a participar da esfera pública com intensidade.

Você vai verificar que os programas que foram desenvolvidos pela Secretaria da Condição Feminina sempre tinham essa preocupação de fazer a coisa de forma articulada com a luta do movimento comunitário, tanto é que tinha uma Secretaria para assuntos comunitários. O Santillo criou uma Secretaria da Condição Feminina e uma Secretaria de Assuntos Comunitários. De certa forma, a gente trabalhou muito em conjunto dentro de uma proposta de governo, de ampliação dos espaços dentro do governo para a luta das minorias, dos pobres, dos negros, dos índios, das mulheres com uma preocupação muito grande de tentar reparar as injustiças. Essa era a nossa proposta de governo, a mim me parece que o Santillo quando cria, por exemplo, a Secretaria da Condição Feminina, ele diz: “olha, o que nós queremos é combater as históricas injustiças que recaem sobre as mulheres dentro de uma sociedade que teima ainda em manter estruturas patriarcais”, isso está escrito na Lei que foi para criar a Secretaria. Então, era ampliar o máximo, reparar essas desigualdades, reparar essas injustiças, então, tudo que se fazia era voltado para as mulheres que não tinham tido acesso a instrução, que não tinha tido acesso ao mercado de trabalho, que não tinha acesso à saúde. Mulheres muito marginalizadas economicamente falando, socialmente, mulheres que eram mais violentadas, mais expostas à violência. Então, todos os programas que a gente desenvolveu envolviam essas mulheres, era voltado para essas mulheres. Quer dizer, qual que era o caráter dessa proposta de criação desse órgão de governo? Combater as desigualdades que existiam entre homens e mulheres, não era só desigualdades digamos que se refletem nas violências psicológicas, por exemplo, que as mulheres sofrem, desigualdades de fato. Então, tinha uma preocupação toda de fazer um trabalho também de formação, de abrir espaço para que as mulheres pudessem buscar seus direitos, direitos de conscientização, isso é um trabalho educativo de consciência feminista, uma consciência mais elaborada daquilo que se vivia no seu cotidiano, que era um cotidiano de falta, um cotidiano violento. Então, tudo que se vê aí, é no sentido de estar ampliando, por exemplo, os espaços para que as mulheres pudessem é denunciar as violências que sofriam, ter acesso a uma saúde, a creche para os filhos, a uma assistência a sua saúde na sua condição de especificidade de um programa orientado e desenvolvido pela Secretaria da Saúde, que tudo de certa forma, era feito de forma integrada, a Secretaria sempre trabalhando junto com as outras Secretarias de Governo, no trabalho mais de mediação, também de conscientização das pessoas que trabalhavam dentro da estrutura de governo, quer dizer, então ele tinha um trabalho assim de duas pontas: visava a conscientização das mulheres de dentro e de fora. Esse momento aí é o momento de emergência, é o momento de gestação que eu chamo de gestação do movimento em Goiás.

Com o propósito de elaborar espaços sociais para denúncias das várias situações de opressões das mulheres, seja nos âmbitos privado ou público, criou-se, no ano de 1981, três entidades feministas importantes: o Grupo Feminista de Estudos, o Grupo Eva de Novo e o Centro de Valorização da Mulher (CEVAM).

Em 16 de maio de 1981, em Goiânia, três mulheres – Telma Camargo da Silva (Antropóloga), Ângela Cristina Belém Mascarenhas (Socióloga) e Letícia Pereira Araújo (Advogada) – lançam a Carta de Princípios, que fala sobre as intenções de um grupo que se formava e que realizava reuniões periódicas a partir de 03-03-1981: o Grupo Feminista de Estudos (ROCHA e BICALHO, 1999, p. 21-22).

Esse grupo teve como prioridades de atuação reuniões de estudos, produção de conhecimentos sobre a condição da mulher, panfletagens em Goiânia no dia 8 de março (Dia Internacional da Mulher) e publicações em jornais (*O Popular* e *Diário da Manhã*). A organização buscava formas de interferir na sociedade para ampliar o espaço das mulheres e permaneceu em atuação no período de março de 1981 até maio de 1984.

Também em 1981, o Grupo Eva de Novo é criado por três mulheres que saíram do Grupo Feminista de Estudos: Telma Camargo da Silva, Ângela Cristina Belém Mascarenhas e Letícia Pereira Araújo. Sobre o objetivo do grupo, Carmelita Brito de Freitas Felício²⁹ relatou:

Olha, o grupo Eva de Novo se você quer saber qual foi o objetivo, eu te diria que era o mesmo objetivo dos inúmeros, das dezenas e centenas de grupos de reflexão feminista que eram criados no país. Você pega aquele livro da Jacqueline Pitanguy “O que é feminismo”, aquela reconstrução histórica que ela faz ali, quer dizer, o Eva de Novo ele era aquilo ali, as frentes de lutas. Fundamentalmente, existia quando da criação do Eva de Novo, certamente toda uma vontade de intervir, de ocupar um espaço dentro dos meios de comunicação, de abrir um espaço sobre a questão da discriminação da mulher dentro das escolas, dentro das Universidades. E era um trabalho de sensibilização, era um trabalho de conscientização. Olha vinha público para dizer, porque que essa nossa diferença ela tem que ser considerada uma hierarquia, uma inferioridade, porque esse preconceito? Então, era para trazer a questão para ser debatida. Eu acho que, o objetivo fundamental, era trazer para a esfera pública, para poder discutir. Travou-se toda uma discussão, então ao lado das coisas mais específicas do ponto de vista material, reivindicamos Delegacias, reivindicamos Casas da Mulher, reivindicamos uma proteção maior do Estado, uma proteção legal. Queríamos mudar as Leis, queríamos que as estruturas mudassem e existia toda uma demanda por coisas assim, por exemplo, por instalar estruturas assim, que pudessem dar ajuda, SOS as mulheres. Mas existia também, toda uma preocupação em querer abrir as mentalidades e fazer uma discussão política, uma discussão histórica, uma discussão com essa preocupação de alterar, de mudar, de transformar as mentalidades.

²⁹ Entrevista em 19/01/2004, Goiânia (GO).

Eu penso que não só o Eva de Novo, mas todos os grupos que se criava era fundamentalmente, mulheres que se sentiam feridas pela injustiça que se cometia contra nós mesmas. Então, eu acho que é esse sentimento de querer instaurar a justiça, a igualdade, é que fez com que esses grupos fossem sendo criados.

O Grupo Eva de Novo, portanto, teve como prioridades de atuação estudos e pesquisas sobre a condição feminina no mundo – com ênfase à realidade brasileira e particularmente à goiana –, divulgação de textos, realização de atividades culturais e a criação de uma biblioteca. Além de tudo isso, o grupo atuou em Goiânia na formação de opinião sobre a opressão vivida pela mulher, trazendo para a cidade o feminismo que se discutia na França, na década de 1970.

Uma das participações mais importantes do Grupo Eva de Novo, Ângela Cristina Belém Mascarenhas, descreveu para Rocha e Bicalho:

Um dos momentos mais bonitos do Eva de Novo foi na luta pelas Diretas já, em 84. Fomos como feministas para o comício belíssimo na Praça Cívica, uma das coisas mais lindas que já aconteceu em Goiás em termos políticos. Nós não fomos com bandeiras do PT, fomos com bandeiras lilás, com dizeres do movimento feminista e com camiseta do Grupo Eva de Novo. Não tínhamos militância no PT, mas ele nos consultava sobre as bandeiras da mulher. As pessoas foram encontrando outros caminhos, eu, por exemplo hoje, participo do movimento sindical na minha categoria (1999, p. 23).

Sobre outras lutas e ações que o grupo desenvolveu, descrevem Rocha e Bicalho:

Palestras em universidades; trabalho de formadoras de opinião com artigos em jornais; realização de mesas redondas sobre literatura infantil, com profissionais das áreas de psicologia, pedagogia e médica para discutir literatura e papéis sexuais; proposta de governo para atuação na área da mulher – elaborado pelo grupo e entregue aos candidatos ao Governo de Goiás em 1982: “Proposta do Eva de Novo de uma Política Governamental para Mulheres” (outubro/82); “Opinião do Eva de Novo para o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)” (maio/84) e participação com manifestações feministas no comício pelas Diretas já em Goiânia, em 1984 (IBIDEM, p. 89-90).

O grupo Eva de Novo, no entanto, durou apenas quatro anos, entre 1981 a 1984. Carmelita Brito de Freitas Felício³⁰ revelou o motivo que levou o fim do Eva de Novo:

São vários fatores que convergiram para o grupo ir se dissolvendo. Primeiro, eu vou colocar do ponto de vista da estrutura, da composição do grupo, das nossas diferenças internas que eram visíveis. A gente sempre tinha discussões conflituosas, digamos assim, não existia uma unidade, embora a gente concordasse nas coisas mais gerais, mais tínhamos divergências, tínhamos interesses que não eram muito comuns do ponto de vista das nossas escolhas. Nós éramos mulheres ligadas a partidos, nós éramos mulheres que também não estávamos ligados a partidos, que recusávamos partidos, então basicamente o que levou a extinção primeiro foi a gente não ter dado conta de administrar essas diferenças dentro do grupo, e especialmente no que toca essa questão da luta específica e da luta política partidária.

Na época existia uma polaridade muito grande de uma discussão que era uma discussão política, teórica e ideológica que colocava no centro do debate essa relação da luta específica e da luta geral. O que era a luta geral? Era a luta de classe. O que era a luta geral? Era a luta dentro do partido, a luta dos trabalhadores. O que era a luta específica? A luta das mulheres era uma luta específica. Então, o que era mais importante, porque que é que tinha que ser separado? Porque que é que tinha que ser junto? Isso variava muito dependendo das escolhas das mulheres, em relação as suas afiliações, as suas escolhas partidárias por exemplo. Então, quem era do partido provavelmente ia concordar de que a luta fosse uma luta específica e geral ao mesmo tempo, que essas lutas, elas não tinham que ser tocadas de formas separadas, por isso que, o PC do B por exemplo, acabou criando dentro da sua estrutura um centro, que é o Centro Popular da Mulher, que são todas as mulheres dentro do PC do B, o pessoal do PT, criou dentro da CUT também uma assessoria especial lá para a mulher, então, você pode ir verificando que dentro dos partidos, foram sendo criados os segmentos femininos. O PMDB também tinha o PMDB Mulher, com quem a gente lutou muito na época porque tínhamos posições divergentes, então nessa polarização entre a luta partidária, a luta feminista no momento de abertura democrática acirrava muito as posições, então a gente não deu conta de administrar isso aí.

Muitas mulheres dentro do grupo eram a favor da criação de uma estrutura de governo para cuidar dos assuntos da mulher, outros não eram favoráveis, foi por isso que rachou o grupo. Então, enquanto algumas de nós fomos nos encaminhando mais para perto do partido e do governo para poder interferir, para poder intervir, para incluir no lugar de deixar como estava, a gente achava que tínhamos que ir, tínhamos que entrar dentro daquela estrutura, ou seja, muito guiada e inspirada naquilo que o próprio Lênin disse, “Olha se você quer quebrar o sistema e ameaçar o sistema e derrubar o sistema, você tem que ir para dentro do sistema, e não ficar fora dele só fazendo a crítica”. Então, não era isso que a gente queria, e outras que não concordava achava que a luta da mulher tinha que ser específica, tinha que ser isolada, tinha que ser uma luta política dentro do movimento social e que tinha que ficar sempre de fora para poder fazer a crítica, para poder fazer as exigências

³⁰ Entrevista em 19/01/2004, Goiânia (GO).

para ser independente, sobretudo isso, acho que era manter uma autonomia, era manter a independência.

O movimento não queria ficar dependente, a partir do momento que entrasse dentro da estrutura, ia ter que fazer concessões ao poder, então elas eram mais radicais, talvez, eu estivesse do lado daqueles que não eram mais radicais, foi isso. O grupo Eva de Novo, ele se extingue portanto, por essa razão básica e porque cada uma de nós acabamos indo para lugares diferentes e já tínhamos interesses de ir por exemplo, embora fazer doutorado, fazer mestrado, então foi o caso da Ângela Belém por exemplo que, resolveu ir fazer seu doutorado, foi o caso da Telma Camargo que também foi fazer seu doutorado e as outras, todas nós acabamos indo fazer os nossos cursos de Pós-Graduação.

Posteriormente ao grupo Eva de Novo, também em 1981, criou-se o Centro de Valorização da Mulher (CEVAM). Entre as mulheres pioneiras na história do CEVAM, destacam-se: Maria Wernek, Consuelo Nasser, Linda Monteiro e Eglacy Roriz de Abreu.

Consuelo Nasser foi eleita a primeira presidente e realizou grandes feitos na consolidação da cidadania das mulheres goianas. A segunda presidente foi a Dra. Linda Monteiro, cujas realizações corajosas contribuíram na punição de assassinos de mulheres, por meio de conferências, artigos em jornais e revistas, entrevistas em programas de rádio e televisão – sempre denunciando a violência e discriminações contra as mulheres (ROCHA e BICALHO, 1999, p. 30-31).

O CEVAM teve e tem como prioridade de atuação a luta contra a violência e a participação em júris de assassinos de mulheres. Esteve presente também:

(...) nas lutas pela criação da Delegacia Especial de Polícia de Defesa da Mulher em Goiás (1985), da Secretaria Estadual da Condição Feminina (1987) e participou ativamente dos movimentos que propunham matérias sobre a mulher no texto da Constituição de 1988. E trabalhou com slogans como: “Sem punição mais mulheres morrerão”, “Marido é companheiro, não é carrasco”, “A violência é progressiva, começa com um tapa e termina em assassinato”, “Em briga de marido e mulher não se mete a colher, chama-se a polícia” (IBIDEM, 1999, p. 25).

Entretanto, o trabalho ali desenvolvido é mais direcionado para o apoio a mulheres que se encontravam e ainda se encontram em situação de violência e risco de vida. O grupo assegura a essas mulheres apoio psicossocial, jurídico e pedagógico, a fim de que possam superar as situações de crise e carência em que se encontram.

No ano de 1982, novos grupos feministas continuaram sendo criados em Goiânia; entre eles, citamos o Núcleo Feminino da METAGO (NUFEM), em atuação nos anos de 1982 a 1983 dentro da Empresa de Mineração do Estado de Goiás (METAGO). O NUFEM foi criado pela historiadora Carmelita Brito de Freitas Felício, atuante anteriormente no grupo Eva de Novo.

Esse núcleo, que foi criado tendo como perspectiva a relação da mulher e do trabalho dentro de uma empresa, teve momentos de confronto com a Associação dos Servidores da METAGO, que não compreendiam o porquê de uma organização só de mulheres. Vários documentos foram elaborados pelo NUFEM, conclamando as mulheres a organizarem-se e exigirem seus direitos (ROCHA e BICALHO, 1999, p. 26). Carmelita Brito de Freitas Felício³¹ aponta os objetivos da criação do NUFEM:

Sobre o NUFEM, Núcleo Feminino da METAGO, talvez tenha sido o primeiro núcleo voltado para discutir as condições de trabalho das mulheres aqui dentro de Goiânia, que eu saiba, até também aonde sei. Junto com a luta da associação dos servidores da METAGO e também, isso coincide com as discussões que já estavam. O Eva de Novo já existia e, basicamente era o Eva de Novo que estava travando a discussão, abrindo espaços para poder discutir a questão da mulher, já estava começando aparecer. Talvez eu tenha sido influenciada pela própria atuação do Eva de Novo, e a distância eu ia acompanhando, e foi eu mesma que comecei a travar essa discussão dentro da METAGO. Então, existem registros que mostram isso na própria imprensa, e foi aí que começou a se travar uma interação muito grande do núcleo com o movimento das mulheres em Goiás.

Eu me lembro de reuniões que a gente fazia no CEVAM para começar a organizar o 8 de março. Eu me lembro que em 82, a gente fez um grande evento aqui em Goiânia, trouxemos personalidades para fazer as discussões no Auditório Gilson Alves. Eu me lembro que foi um 8 de março que a gente mobilizou Goiânia com efeito, não estou exagerando.

Percebemos, então, que as mulheres integrantes do NUFEM lutavam para combater a discriminação no trabalho que desenvolviam naquela empresa. Diante disso, Carmelita Brito de Freitas Felício³², sendo ela uma militante extremamente atuante dos direitos das mulheres, rememora como era vista pelos homens dentro da Empresa de Mineração (METAGO):

Existiam aqueles que achavam que era uma bobagem, que era uma loucura, que era uma coisa leviana, que não respeitavam, que não

³¹ Entrevista em 19/01/2004, Goiânia (GO).

³² Entrevista em 20/04/2010, Goiânia (GO).

aprovavam, mas que, por outro lado, não interferiam e não impediram que a luta fosse avante.

Existiam aqueles que nos apoiavam, existiam aqueles homens que participavam, e no fundo no fundo, eu acho o seguinte, quando eu encontro hoje aqueles colegas que trabalhavam comigo naquele tempo, eu percebo que eles me olham com respeito, eu percebo que eles me olham lembrando de mim como uma pessoa ativa, como uma mulher de ação, digamos assim. Então, o que fica para mim, não é propriamente aquilo que a gente deixou de conseguir e um pouco que a gente conseguiu, o que fica para mim, é o fato de ter participado do momento de construção do tempo novo, do tempo de mais possibilidades que abriu caminhos novos, que possibilitou uma vida mais agradável, mais decente, mais digna, mais prazerosa para as mulheres. Então, é nesse sentido que eu acho que foi legal.

Ainda que rapidamente, a partir das memórias desse tempo, Carmelita Brito de Freitas Felício³³ contou o que a levou a fazer parte do movimento feminista:

É quando eu ingressei no movimento nós estávamos iniciando na década de 80, então existia uma efervescência muito grande, uma efervescência política no Brasil como um todo, no mundo. Os movimentos começavam a ressurgir, as mulheres voltavam do exílio e começaram a organizar o movimento no Brasil e isso ressoou aqui em Goiás, mas antes de ingressar no movimento eu já comecei a militar politicamente dentro da própria associação de servidores da empresa que eu trabalhava que era a METAGO de Goiás AS e foi a partir daí desse meu engajamento no movimento político que eu cheguei até o grupo feminista Eva de Novo, mas antes disso, nós criamos um movimento dentro da própria METAGO em torno da melhoria das condições de trabalho das funcionárias da empresa e foi nesse lugar que eu comecei a me engajar efetivamente na luta do movimento. Então, tem essas questões de fundo que são históricas, que diziam respeito as condições mais gerais daquele tempo e tinha e claro que tem algo assim também com toda uma motivação pessoal, uma insatisfação, uma inquietude que fez com que eu optasse por trabalhar dentro desse movimento e não em outro e porque me feria enormemente ver o quanto as mulheres estavam numa situação de defasagem em relação ao mercado de trabalho, em relação a violação dos seus direitos né. Comecei a me sensibilizar muito com as questões em torno da violência que recaía sobre as mulheres. Então, é algo que tá muito ligado a própria maneira como eu encarava essas questões que ao meu ver eram injustas e foi portanto em nome de uma vontade de justiça que se fizesse no mundo que eu me engajei na luta feminista.

Em 1985, a historiadora Lúcia Helena Rincón Afonso criou o Centro Popular da Mulher (CPM), tendo como prioridade de atuação popularizar as idéias do movimento

³³ Entrevista em 20/04/2010, Goiânia (GO).

feminista, tais como a luta pela emancipação da mulher e as assessorias junto a entidades jurídicas e populares. O CPM esteve ligado ao partido político PC do B.

Inicialmente, o CPM se construiu como uma entidade organizativa de mulheres, priorizando tanto a trabalhadora urbana como a rural. Num segundo momento, a entidade trabalhou com mulheres já organizadas em sindicatos, associações e organizações estudantis, com o propósito de elevar o nível de consciência sobre a opressão de gênero e a necessidade de sua atuação enquanto sujeito nas diversas instâncias sociais. Foram temas trabalhados pelo CPM: mulher e trabalho, violência, saúde, sexualidade, mulher e participação política (ROCHA e BICALHO, 1999, p. 26-27).

Nas palavras da historiadora Lúcia Helena Rincón Afonso, segundo Rocha e Bicalho, o CPM foi criado com a seguinte finalidade:

Como um grupo hegemônico de mulheres que pudessem discutir a perspectiva revolucionária da atuação da mulher na sociedade, a entidade nasce em 10/03/1985. Foi criada para discutir com mulheres trabalhadoras e de serviços populares organizados, mulheres do povo que sofrem com a dupla jornada de trabalho, com a dominação masculina, levando a essas mulheres as nossas preocupações com a necessidade de que elas se tornassem cidadãs e que resgatassem a sua identidade mulher. O nosso grupo surgiu para aprofundar os estudos teóricos, no sentido de fazer a relação entre: dominação, superação e organização, exploração de classes e emancipação da mulher (IBIDEM, p. 27-28).

Lúcia Helena Rincón Afonso³⁴ complementa, ao relatar como se deu o processo de criação do CPM:

Bom, o CPM foi a partir desse processo de discussão dentro do PC do B de que tipo de entidade que agente ia, se ia para o CEVAM se não ia, qual era a organização que nós achávamos que tínhamos que criar e tal. Então, nós fomos nos reunindo, fomos reunindo com mulheres onde o PC do B também fazia trabalho em bairros e tal, e decidimos convidar outras pessoas pra criar sobre a nossa hegemonia essa a idéia, mais nunca um departamento feminino do PC do B, então foi aí que nós decidimos por fazer um movimento e criar o Centro Popular da Mulher. Porque se chamou assim? Nós tínhamos já sob a orientação do PC do B criado no Brasil e em São Paulo a União de Mulheres, em Alagoas e em alguns três ou quatro Estados tinha a União de Mulheres e em Belo

³⁴ Entrevista em 25/02/2010, Goiânia (GO).

Horizonte o Centro Popular da Mulher. Então, eram os dois nomes que existiam e agente decidiu criar o Centro Popular da Mulher com esse caráter, suprapartidário, mais que levasse uma linha de trabalho que atendesse as preocupações que nós tínhamos.

Nós fundamos o CPM no auditório da reitoria da UCG, nós fizemos um encontro com alguma representação de interior, mais com pouca gente. Éramos cerca de 250 mulheres mais ou menos, e fundamos ali. A maior parte dos bairros onde agente já estava fazendo algum trabalho e buscando organizar as mulheres nesses bairros. Foi no dia 10 de março de 85.

Nós falávamos de tudo, de todos os temas que diziam respeito e ainda fazemos isso. O nosso trabalho não é um trabalho assistencialista, mais agente tem hoje atendimento psicológico e a nossa atitude sempre foi esclarecer e organizar, em ponderar a mulher através do acesso ao conhecimento, a reflexão sobre isso, as necessárias mudanças e a sua organização tanto dentro do CPM como dentro dos partidos, dos sindicatos, das instituições e aí agente pensava nós vamos criar núcleo dentro da Secretaria da Fazenda, dentro do Sindicato dos professores que foi onde agente organizou um núcleo antes da fundação do CPM. Então o trabalho era esse, denunciar e ir na porta de local de trabalho e organização das mulheres por local de trabalho de forma autônoma no Centro Popular da Mulher.

Além da historiadora Lúcia Helena Rincón Afonso, o CPM teve outras mulheres pioneiras em sua história: Eline Jonas, Margareth Brasil, Odete Ghanan, Ângela Café, Denise Carvalho, Luzia Aparecida e Olívia Vieira. Com esse grupo de mulheres, o CPM conseguiu realizar inúmeros feitos dentro da sociedade goiana:

(...) luta por creches; licença maternidade; proposta de programa para garantir o atendimento da saúde da mulher na realização do aborto legal; elaboração da cartilha “Pela Igualdade de Direitos”; participação na elaboração e coordenação da revista “Presença da Mulher”; mobilização de mulheres em bairros; manifestações pela criação da Delegacia Especial de Polícia da Mulher; participação na articulação e criação dos órgãos governamentais: Secretaria Estadual da Condição Feminina (1987) e Assessoria Especial da Mulher; contribuição na organização de departamentos femininos ou comissões de mulheres em entidades de classe (sindicatos e associações); organização de mulheres em bairros de Goiânia; contribuição para a criação de uma lei municipal que estabeleça garantia de atendimento na rede pública, contribuição para a criação de uma lei municipal que fiscalize a discriminação do trabalho feminino nas empresas e participação na formação e consolidação do Programa Interdisciplinar da Mulher na UCG (ROCHA e BICALHO, 1999, p. 90-94).

Em suas articulações dentro dos movimentos feministas, as mulheres movimentaram-se por causas antes impensáveis. Toda ação, no entanto, tem uma reação, e os homens explicitaram na sede dos partidos políticos em Goiás suas reações. Lúcia

Helena Rincón Afonso³⁵, feminista que militou nos primeiros anos do feminismo emancipacionista dentro do PC do B, relata como os homens viam as feministas dentro dos partidos:

Como vêm hoje, partenaristicamente. Mais politicamente correto, portanto estimulavam, davam apoio, mais sempre numa postura partenarista. Deixem as mulheres fazerem seu movimento, para nós é bom, porque as mulheres sempre estiveram na base, então era importante ser politicamente correto e prestigiar a organização das mulheres para que o apoio a eles continuassem, então essa organização ela surge assim. Agora a discriminação ela ainda existe também e com as feministas essa é muito presente em qualquer material publicado você pode ver isso. É mais naquele momento agente enfrentou pra organizar dentro dos partidos políticos, nós enfrentamos dois tipos de discriminação: esse que você fala que é dos próprios homens, mais nós enfrentamos também dentro do próprio movimento feminista. Porque o movimento feminista vinha se fortalecendo na década de 70 com a chamada da ONU né, porque é a década da mulher e tudo isso, então, a linha do movimento feminista, a corrente vamos dizer assim, a orientação do movimento feminista que se estruturava era a que nós identificamos, eu identifico como sexista, aquela que trabalhava um pouco a diferenciação entre homem e mulher como pauta e um pouco a exclusão dos homens, tanto que os encontros nacionais feministas impediam a entrada dos homens, um pouco uma luta que caracterizava o que a sociedade conhece como guerra entre os sexos e tal, então, essa linha quando o movimento começa a se organizar com mulheres que fazem política e dentro dos partidos políticos, as feministas se consideravam as feministas e as outras, eram as oportunistas e nos tratavam desse jeito. Não nos reconhecia como feministas, entendendo que o feminismo só eram aquelas mais no meu entendimento puras que tratavam só das questões da mulher. Nós achamos que existiam as oportunistas, existiam do outro lado entre essas feministas as sectárias, as exclusivistas. Então eu acho que são características do movimento que do ponto de vista da ciência nós temos que procurar enxergar todas as particularidades para entender melhor, então, a gente tinha muito essa discriminação, foi uma guerra pra gente ser considerada feminista e isso naquele momento, no começo dos 80 era muito mais acentuado. Então, foi muito difícil agente continuar militando nos partidos, continuar procurando um caminho que não fosse uma abordagem temática dos problemas das mulheres, ou seja, as questões sexuais ou a questão da violência, por mais que elas sejam eixos estruturantes da discriminação, por mais que elas signifiquem, sejam expressão de um determinado tipo de organização sócio-econômica milenar que discrimina as mulheres, o sexo, a diferença de sexo, a questão do patriarcado, quer dizer, são eixos estruturantes que se manifestam na luta contra a violência, na luta pra identidade sexual e pra atender a especificidade, com a liberação sexual da mulher, nós entendíamos que a questão não podia ser tratada só uma ou só outra, era preciso a gente enxergar essa discriminação e essa luta da mulher como um todo e por isso é que agente buscava esse outro eixo. Então, como agente não fazia só uma e queríamos trabalhar isso dentro de uma

³⁵ Entrevista em 25/02/2010, Goiânia (GO).

política mais geral, entender isso dentro da sociedade como um todo e agente procurava muito a origem e agente procura mesmo pra poder atacar na raiz, então, a gente tinha mais dificuldade de afirmação nesse meio.

Em última análise, Lúcia Helena Rincón Afonso³⁶ conta o que a motivou a participar do movimento feminista e a militar dentro do PC do B:

Olha eu vinha de uma inserção recente no partido político que tava na clandestinidade e nós procurávamos diferentes espaços de intervenção e presença política e um desses espaços que eu passei a conhecer a partir da inserção do PC do B no final da década de 70 e que nós enquanto partido nos interessamos em trabalhar como organização, ou seja, intervir de forma organizada para contribuir com a organização da sociedade na luta pelo fim da ditadura e pelos direitos do povo é foi o espaço dos direitos da mulher vamos dizer assim naquele momento. E esse espaço ele estava se materializando em organizações como o CEVAM que nós fomos convidadas a participar por um laço com a Consuelo Nasser que tinha sido do antigo PCB e que organizava então o CEVAM e nos chamou e com a Linda Monteiro que também organizava o CEVAM e que naquele momento apoiava o Aldo Arantes que era do PC do B e que seria candidato em 82, então vamos dizer assim, nos anos 80 nós passamos a refletir sobre esse espaço, enquanto um espaço de necessária intervenção para organização do povo e que era um espaço onde a gente era estimulado, puxando a gente também, alertando a gente para participar. Mais assim muito especificamente eu, eu pessoa, fui mobilizada por esses três veios: pelo partido que discutia isso, pela organização política e pela organização feminista do meu entorno.

E em relação ao PC do B, foi a busca por participação política na sociedade né, e eu individualmente diria o Bourdieu por uma história familiar, por hábitos estruturados né, porque eu venho de uma família de políticos, meu tio foi prefeito, meu avô foi liderança política, meu pai tinha sido candidato, meu outro tio foi deputado, então eu cresci nesse meio e atuei no colégio fazendo jornal e tal e eu tinha um tio que era do PCB então na década de 50 né, então eu cresci muito ao lado dele, dentro da biblioteca dele, na década de 50 e 60 e ele que era de esquerda e meu pai que era da UDN, então discutiam muito e eu acompanhava isso. E o espírito cristão porque eu era muito engajada no movimento social dentro da igreja, então eu queria fazer a minha parte vamos dizer assim né, dar um certo sentido a vida mais através da militância política, então eu acabei encontrei o PC do B e me filiei ao PC do B.

Por fim, a última entidade feminista que surgiu em Goiânia na década de 80 foi o Grupo Transas do Corpo, criado por algumas mulheres (Eliane Gonçalves, Kemle Semerene Costa, Rurany Éster Silva, Denise Santana Borges e Gelva Maristane Martins Costa) que vieram do Grupo Feminista de Estudo, do Eva de Novo e que trabalhavam na

³⁶ Entrevista em 25/02/2010, Goiânia (GO).

área de saúde na Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, em 1987. Sua criação esteve intimamente vinculada ao processo de abertura política verificada no Brasil em toda a década de 80 e à emergência de um novo feminismo. Mas ele nasceu, principalmente, de um desejo comum às suas fundadoras: o de sair das estruturas rígidas e burocratizadas que caracterizavam – e ainda caracterizam – o setor público no país. Para isso, o grupo trabalhava com questões especificamente ligadas à saúde das mulheres, à educação sexual, à saúde pública, à psicologia e à nutrição.

A educadora e feminista Eliane Gonçalves, Co-fundadora do Grupo Transas do Corpo, relatou para Rocha e Bicalho como surgiu o grupo:

O Grupo Transas do Corpo é fruto de um encontro. Do encontro de jovens mulheres no frescor dos seus 20 e pouquinhos anos. Em 1987, eu e mais três amigas, tomadas de desejo e curiosidade, nos juntamos para conversar sobre a aventura de constituir um grupo feminista. Todas nós já possuíamos uma curta trajetória no feminismo, seja indo aos encontros nacionais e latino-americanos, seja como integrantes de outros grupos com existências mais ou menos curtas. Estávamos expostas, portanto, ao ideário feminista que se propagava na sociedade brasileira, sobretudo nas camadas médias intelectualizadas, profissionalizadas. O feminismo nos chegava a partir de fontes literárias, mas também a partir da dinâmica que acompanhou a transição da ditadura militar para um governo civil. Falar em "democratização" é estar ciente dos problemas que incorro, mas podem ler assim, já que é assim que esse período, o início dos anos 80, é referido. O feminismo brasileiro vive sua segunda onda, nos anos 80 (a primeira foi o sufragismo, nos anos 1920/30), tida como a década perdida, mas não quando pensamos sob o prisma dos movimentos sociais no Brasil. A conversa durou cerca de um ano e, em 87 já pensávamos no nome que esse grupo teria, em como nos organizaríamos para mantê-lo e que tipo de coisas faríamos. Por esta época, estávamos muito envolvidas na "reforma sanitária" (uma longa discussão que não pretendo desenvolver aqui, que culminou com a criação do SUS, com a mudança no modelo de saúde pública no Brasil, etc) e fizemos parte da equipe que implantou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, em Goiás, um programa que, de certo modo, revolucionava toda a concepção de atenção à saúde das mulheres, antes só vistas quando grávidas ou mães. Esse programa trazia toda uma ênfase na sexualidade como um lugar muito importante na vida das pessoas e das mulheres em particular. Introduzia não só a discussão como também a oferta de métodos anticoncepcionais, encarava a discussão sobre saúde mental e doenças provocadas pelo trabalho doméstico repetitivo, entre outros desafios. Sobretudo inovava, quando partia de uma inversão na relação profissional de saúde e paciente. No lugar de um sujeito esvaziado de saberes ou de experiências, o PAISM propunha, no seu sonho, que as mulheres fossem ouvidas. Que as suas falas, encontrando expressão, já seriam um bom caminho andado para a cura das suas queixas. Bem, o PAISM, ainda existe, eu o situei aqui porque a história do Grupo Transas do Corpo está profundamente

conectada à história deste programa. Não só a do Transas, mas de muitos outros grupos espalhados Brasil afora. Eu posso explicar melhor estas conexões no debate, caso emergja alguma curiosidade a respeito. Então, em 87 nós batizamos o grupo de Grupo Transas do Corpo, conferimos-lhe caráter formal de organização da sociedade civil, etc e tal. Fizemos um primeiro folder de divulgação e iniciamos um trabalho que tinha uma cara bastante séria, apesar da aparente informalidade da instituição. Explicando melhor: nós não tínhamos casa, escritório, nada. Não tínhamos nenhum financiamento que nos proporcionasse isso. Vimos que os convites para falar, dar cursos, realizar oficinas, abundavam, mas não estávamos organizadas profissionalmente para o que hoje se tornou jargão no mundo das ONGs, a sustentabilidade. Passamos os primeiros quatro anos angariando confiança, disseminando nossas idéias e fortalecendo nossas redes nacionais e internacionais. Nesta época, todo recurso que arrecadávamos ia para um fundo institucional, com o qual iniciamos a compra do nosso acervo bibliográfico, materiais para oficinas educativas, os primeiros equipamentos, etc. Em 1991, iniciamos uma grande aventura: realizar em Goiás o XI Encontro Nacional Feminista. Formamos uma comissão entre o Grupo Transas do Corpo e outras ativistas e pela primeira vez fomos "negociar" com as agências financiadoras. É divertido pensar na dinâmica de tais processos, no desgaste que é correr atrás das coisas, planejar, entrar de corpo e alma na realização de um evento desta natureza. Afinal, conseguimos o intento e proporcionamos a mais de 600 mulheres do Brasil inteiro, uma semana de sonhos e renovadas utopias nas águas quentes goianas, a cidade de Caldas Novas, que entraria para o mapa do feminismo brasileiro. Foi maravilhoso e quem quiser conhecer um pedacinho desta história, há uma memória escrita e um registro em vídeo, de excelente qualidade, cerca de 30 minutos de edição no centro de estudos do Grupo Transas do Corpo, o CEI.

O Grupo Transas do Corpo não foi o primeiro nem o único a focar as questões relativas à sexualidade como elemento fundamental para o feminismo, mas foi, certamente, o primeiro a se constituir como ONG articulada nacional e internacionalmente, através das redes e fóruns constitutivos do movimento feminista. Também rompeu com a noção de militância eventual, pontual e fragmentada para se manter em ação contínua através de seus projetos definindo melhor seu campo de atuação, compreendendo que não é possível, dentro da diversificação de áreas de interesse do feminismo, responder a todas elas satisfatoriamente. (...). O Transas do Corpo tem contribuído para o surgimento de novas feministas, garantindo, de certa forma, uma revitalização do ideário feminista para futuras gerações (1999, p. 27).

Kemle Semerene Costa³⁷ também fala da criação do Grupo Transas do Corpo e como surgiu a escolha do nome do grupo:

Olha, o grupo foi fundado por quatro mulheres, quatro jovens mulheres há 22 anos praticamente e foi em 1987, há quase 23 anos. E essas mulheres incluindo eu, nós éramos na época funcionárias da secretaria

³⁷ Entrevista em 20/01/2010, Goiânia (GO).

de saúde, tinha mulheres envolvidas com a área da educação e a gente tava em contato na época com algumas metodologias, algumas discussões e reflexões relacionadas à questão da mulher, da saúde da mulher, enfim questões relacionadas à sexualidade e tal, bem na época em que surgiu o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), um programa que foi coordenado e iniciado pelo Ministério da Saúde e, Goiás foi o Estado piloto na implantação desse programa e naquela época algumas de nós éramos funcionárias de saúde e participamos de todo esse processo de implantação no Estado e pra isso, pra gente trabalhar com os outros profissionais de saúde a gente foi capacitado, a gente teve uma formação e essa formação nos aproximou muito, de metodologia, de educação, metodologias de formação, de reflexão junto às mulheres, com seus corpos, com sua saúde de uma maneira geral e, tudo isso somando com toda a nossa vontade de expandir tudo isso, com todos os nossos conhecimentos que a gente já tinha, nós resolvemos então criar uma organização não governamental na época dos anos 80 que estava acontecendo muita a formação dos grupos né, um boom de grupos, principalmente grupos de mulheres na época e, a gente resolveu então criar o Grupo Transas do Corpo afim de que todo aquele conhecimento, todo aquele envolvimento, tudo o que a gente tava conhecendo e também multiplicando dentro da saúde em termos de profissionais de saúde a gente pudesse ir trabalhar isso num grupo com outras mulheres no sentido de levar essa discussão, esses conhecimentos e tal, essa reflexão e dar um fortalecimento de cada vez mais mulheres em Goiânia, e com o tempo a coisa foi se expandindo em Goiás e no Brasil enfim, inicialmente foi isso, basicamente isso, é claro que outras questões e tal, mas numa questão básica era muita a discussão da saúde, da saúde da mulher e com o tempo a gente foi tendo novas possibilidades, novas necessidades, expandindo nosso universo de ação junto às mulheres, a diversas faixas etárias, mulheres dos movimentos sociais, mulheres de diversas classes sociais, de diversas raças, enfim, e com isso fomos expandindo e foi aparecendo novas necessidades e novas inserções e 23 anos de grupo muita coisa pra contar.

O nome nos chegou através de um vídeo sobre saúde da mulher e anticoncepção chamado Transas do Corpo, produzido no início dos anos 80, por uma organização feminista de Recife, o SOS Corpo, de quem somos antigas parceiras. Então, pedimos permissão para o grupo SOS de usarmos esse mesmo nome de Transas do Corpo. E também a idéia do nome sugeria transas como diversas interpretações: como no verbo transar, com sentido de namorar, ficar, relacionar-se sexualmente, mas também como transações, experimentações, vivências, acontecimentos no, com e para o corpo e, igualmente, algo como transformar idéias, transpor fronteiras e transcender. Então, o nosso grupo é um grupo que veio para trabalhar o fortalecimento das mulheres, a conquista de espaço e para a mulher se vê mesmo como pessoa.

O Grupo Transas do Corpo tem a sua história marcada e organizada por essas mudanças no modelo da saúde, bem como pela incorporação de projeto de saúde que tivesse como centralidade as necessidades das mulheres. Além disso, o grupo trabalhava e ainda trabalha com a perspectiva de mudança das relações de gênero, em discussão para construir uma sociedade mais justa e igualitária, dando sentido a uma proposta voltada para

a transformação social. Kemle Semerene Costa³⁸ complementa, ao dizer quais são os campos temáticos que o grupo veio desenvolvendo ao longo desses anos:

Olha como eu lhe disse inicialmente era muito essa questão da saúde e aí as coisas foram ganhando mais corpo, a saúde, a questão do corpo né, tanto o próprio nome Transas do Corpo tem tudo a ver com a questão de saber que tem um corpo, que esse corpo ele não só pode ter saúde ou pode adoecer, mas ele pode ter prazer e ele deve ter prazer, enfim, a questão da sexualidade e trabalhando a questão do poder em relação às questões relativas da mulher, isso tudo envolvia nossas discussões e a questão de gênero que na época não se falava em gênero, falava em papéis sexuais.

Questões mais específicas sobre a saúde da mulher, da vida da mulher, ser mulher, coisas de mulher e aí com o tempo isso tudo foi aumentando e, a gente trabalhou muito essas questões não só com as mulheres em si, mas trabalhamos a questão da educação sexual. Tivemos muitos projetos levando toda essa questão sobre gênero, saúde e sexualidade para professores e professoras que trabalhava com alunos, tivemos projetos específicos. Enfim, o Transas sempre teve essas características de reconhecer a estrutura desigual que tem sido historicamente desfavorável as mulheres e com isso o grupo propõem ações que vão construindo uma outra sociedade, ou seja, uma sociedade melhor para homens e mulheres, alicerçada nos princípios de pluralidade e igualdade.

Por fim, Kemle Semerene Costa³⁹ fala sobre como se mantém o Grupo Transas do Corpo:

A grande parte é por projetos e dentro do movimento a gente praticamente nem cobrava porque fazia parte da articulação mesmo, agora fora empresas, alguma escola particular a gente teve alguma remuneração, mas nunca foi o nosso cargo chefe assim nessa questão de manter o grupo, então existia e existem ainda instituições mais internacionais do que nacionais que financiavam e financiam alguns projetos relacionados aos temas que a gente trabalha. E também através de publicações, porque o Transas do Corpo tem publicações de cartilhas, de livros, produtos de nossos seminários, de nossos cursos, tanto de formação quanto de atualização, de congressos e de projetos mesmo.

Essas entidades feministas que foram criadas em Goiânia, em geral, possuíam características particulares e regionais – embora estivessem em sintonia com outras em nível nacional –, compondo o feminismo brasileiro. Mas, apesar da criação de todos esses grupos feministas, somente três ainda permanecem atuantes: o CEVAM, o Grupo Transas do Corpo e o CPM.

³⁸ Entrevista em 20/01/2010, Goiânia (GO).

³⁹ Entrevista em 20/01/2010, Goiânia (GO).

Esses grupos tinham um objetivo em comum: dar voz às mulheres a partir da desconstrução de dogmas culturais e da desigualdade de papéis sexuais e sociais. Ao reconstruir a trajetória dessas feministas em Goiânia, Carmelita Brito de Freitas Felício⁴⁰ ressalta quais foram as bandeiras que elas defenderam durante os anos 80:

As reivindicações das feministas goianas na década de 80, elas podem ser vistas como sendo uma extensão, uma como eu diria, elas também são ressonâncias daquelas reivindicações das mulheres feministas em nível de Brasil. Então, o que é que surge de novo na década de 80, qual é a principal reivindicação? É exatamente que os governos começassem a ter uma atenção especial e criassem uma estrutura, programas, políticas públicas no sentido de dar uma atenção especial para os problemas das mulheres. Foi dentro desse contexto, dessa reivindicação básica que foram sendo criados Conselhos. Conselhos Estaduais da Condição da Mulher, Conselhos Estaduais em Defesa dos Direitos da Mulher, o primeiro, acho que foi São Paulo, eu sei que Curitiba e Minas Gerais, saíram à frente e cria-se também o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que é o ponto alto, então qual que era a principal reivindicação? Essa consideração por parte do governo, de que a questão da mulher merecia uma atenção especial, então, todo um trabalho de sensibilização foi feito no sentido de levar a abertura desse espaço e isso ressoou no Brasil inteiro e aqui, nós aproveitamos essa brecha para criar uma estrutura de governo, tanto é que, hoje você tem aí na Prefeitura Municipal a Assessoria da Mulher, você tem uma Delegacia, você tem o CEVAM que era uma entidade organizada, mais estruturada e que nasce junto com a gente. Então, a criação das Delegacias foi uma reivindicação fundamental, a atenção à saúde da mulher, a criação daquele Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança – PAISM do Governo Federal nasce dentro do Ministério da Saúde também como uma reivindicação básica, em todas as áreas você vai encontrar, no campo do trabalho, da saúde, de combate a violência, da educação, você vai encontrar a ressonância das reivindicações das mulheres tanto em nível de Brasil como em Goiás.

Como se vê, os vários discursos feministas daquele momento falavam em valorização da mulher e de sua inserção no espaço público. Foi um período marcado pela quebra de paradigmas, conforme aponta Carmelita Brito de Freitas Felício⁴¹:

Há muito tempo a gente vivia um tempo que era o tempo da Revolução Sexual. É um tempo que certamente as mulheres viviam os seus conflitos, de um tempo que estava morrendo, de um tempo que estava nascendo, desse trânsito que elas estavam fazendo da esfera privada para a esfera pública, o surgimento da pílula, quer dizer, uma certa forma de viver a sua sexualidade de maneira mais independente e vivendo um

⁴⁰ Entrevista em 19/01/2004, Goiânia (GO).

⁴¹ Entrevista em 19/01/2004, Goiânia (GO).

conflito de toda uma ordem moral digamos que estava morrendo e dando lugar para uma mulher nova que estava nascendo.

O advento da pílula marca o momento de uma nova relação dessa mulher com a sociedade em que ela vivia, quer dizer, do ponto de vista de sua sexualidade, dela própria poder controlar a sua sexualidade, desvincular essa sexualidade da maternidade, controlar ela própria e poder agora aquilo que a gente levantava como bandeira na década de 80, “Nosso corpo nos pertence” e nós queremos ter esse direito. Esse corpo é nosso, ele é nosso maior patrimônio e nós queremos nos apropriar dele, quer dizer, tudo se resumia dentro dessa simbologia, de que provavelmente era um tempo de conflito, mas de quebra de velhas estruturas e nascimento de outras estruturas muito melhores, muito mais favoráveis ao desenvolvimento intelectual da mulher, ao desenvolvimento profissional, enfim, a essa entrada na esfera pública.

Vimos que, em primeira instância, o movimento feminista em Goiânia trouxe novas propostas, conscientizações, criações de Leis e muitas conquistas das mulheres no espaço público e também na esfera privada. Foi possível verificar uma mudança na relação entre homens e mulheres, devido à força que elas passaram a adquirir no reconhecimento de seus papéis e direitos na sociedade, o que foi fundamental para romper com a invisibilidade histórica em que elas viviam. Por essas razões e por muitas outras, o feminismo que se desenvolveu em Goiânia e no Brasil fez “do silêncio feminino à fala organizada de mulheres, as memórias individual e coletiva se manifestam como consciência transformadora” (BICALHO, 2000, p. 146).

Percebemos que o feminismo, durante a década de 80, aproxima-se do Estado como forma de buscar caminhos para a legitimização de suas aspirações. O movimento também se manifesta enquanto prática política de defesa da cidadania, na medida em que dialoga com o Estado e expõe a situação de um grupo social como um todo. Verificou-se também que os movimentos feministas em Goiânia trouxeram mudanças efetivas e profundas não só na sociedade em geral, mas nas relações entre homens e mulheres.

O tempo demonstrou que os impasses e as implicações do feminismo, tais como criação de uma nova subjetividade feminina e masculina, não se resolviam tão facilmente como se desejava, por se tratar de questões de ordem não apenas política, mas emocional (BOURDIEU, 1999, p. 22). Por esse motivo, os movimentos investiram na produção de conhecimentos, na difusão do debate político entre novas mulheres, no fortalecimento das

organizações e das redes, na profissionalização de militantes, (...) e na busca de interlocutores na sociedade civil (FERREIRA e BONAN, 2005, p. 107).

Mas esse não foi o ponto final do movimento: a cada momento, ele vive de iniciativas duráveis ou esporádicas, de grupos de ação locais, nacionais e internacionais. Conquistas já foram realizadas; porém, a primeira de todas as conquistas foi a construção do movimento feminista, do movimento de mulheres. Portanto, quando estamos juntas no movimento, estamos na origem da história e na construção da história. O caminho a percorrer é longo e o projeto é um devir dialético e não um modelo pré-fabricado. Um devir que se faz na luta contra a opressão e a exploração, contra a desigualdade profunda, que persiste como um destino em nosso continente. Se formos capazes de mostrar para as mulheres que o destino não é mais um destino, romperemos as amarras da privação do privado para ganhar o lugar de sujeito, pois acreditamos, sim, na possibilidade de transformação (ÁVILA, 2006, p. 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade atual (...) assenta numa gigantesca fraude que timidamente começa a ser denunciada.

Esta fraude esconde-se por detrás de todos os problemas políticos, religiosos, sociais, econômicos e culturais que lhe servem de álibi: trata-se estritamente da relação entre o homem e a mulher.

Jean Markale

A presença das mulheres no cenário social brasileiro nas últimas décadas do século XX foi inquestionável. Durante os 21 anos em que o Brasil esteve sob o regime militar, as mulheres estiveram à frente dos movimentos populares de oposição, criando suas próprias formas de organização e lutando por direitos sociais, políticos, econômicos e pela democratização.

Nessa conjuntura, o feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 60, trazendo para os espaços das discussões questões políticas até então vistas e tratadas como específicas do âmbito privado. Assim, o movimento quebrou a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político.

O movimento feminista surgiu da resistência das mulheres à ditadura militar. Por conseguinte, ele estava intrinsecamente ligado aos movimentos de oposição que lhe deram uma especificidade determinante e sob o impacto do movimento feminista internacional, sendo também consequência do processo de modernização que implicou na maior incorporação das mulheres ao mercado de trabalho.

No princípio, achava-se que o movimento feminista era um negócio descabido, que não tinha a ver com o processo real e que era composto por um grupo de mulheres alienadas. Isso teve como consequência as múltiplas tensões que caracterizaram as tortuosas relações do feminismo brasileiro com a sociedade, com os partidos políticos e com setores progressistas da Igreja Católica. Mas essa tensão não foi uma especificidade do feminismo brasileiro; o movimento feminista latino-americano foi alimentado pelas múltiplas contradições experimentadas pelas mulheres atuantes nas diversas organizações e

por aquelas que foram obrigadas a exilar-se, que participaram do movimento estudantil, das organizações acadêmicas e dos partidos políticos.

A partir daí, o movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras, nascendo com o compromisso de lutar tanto pela igualdade das mulheres como pela anistia e pela abertura democrática. O princípio da autonomia e as novas bandeiras, por sua vez, trouxeram novos temas para o cenário feminino, posteriormente incorporados pelos partidos políticos: direitos reprodutivos, aborto, sexualidade e o combate à violência contra a mulher,.

A questão da autonomia foi um eixo conflitante e definidor do feminismo na década de 1970, pois trouxe uma versão nova da mulher brasileira: ela agora vai às ruas em defesa de seus direitos e necessidades e realiza várias e enormes manifestações de denúncia das mais variadas desigualdades. Uma autonomia em termos organizativos e ideológicos frente à sociedade e a outras organizações.

Já a década de 1980 trouxe novos dilemas ao movimento feminista: reorganização partidária, eleições para os diversos níveis, reelaboração da Constituição do país, eleições presidenciais, etc. Reivindicar a sua própria imagem, a sua própria voz, foi o que o movimento feminista propiciou às mulheres em todo o país. Com isso, o movimento fez das feministas e de mulheres que apenas participavam dos encontros feministas um alvo de interesse dos partidos políticos, que começaram a incorporar as demandas das mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais e a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias, como vimos em Goiânia.

Também não poderíamos deixar de reconhecer os limites da política feminista no sentido da mudança de mentalidades, ao enfrentar a resistência constante de um aparelho patriarcal como o Estado. Depois de se organizarem, coube ao feminismo, enquanto um movimento social articulado com outros setores da sociedade brasileira, pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho através dos seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero.

O movimento feminista em Goiânia foi além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos: entrou no Estado, interagiu com ele e, ao mesmo tempo, conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados com a criação de Conselhos e Secretarias, elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindicou, propôs e monitorou a atuação do Estado, não só para garantir o atendimento de suas demandas, mas para acompanhar a forma como estavam e estão sendo atendidas.

A partir de então, apareceu uma nova militante partidária: a feminista; dentro dos partidos, o tema sobre as mulheres como sujeitos históricos da transformação da sua própria condição social tornou-se alvo de debates, item obrigatório dos programas e plataformas eleitorais dos partidos políticos. Isso foi resultado da visibilidade que as questões das mulheres ganharam, trazidas pelos seus movimentos. Era assim o espírito das articulações dos movimentos feministas que passaram a dialogar com o Estado e com os partidos políticos.

Mas a relação dos movimentos feministas com os partidos políticos apresentou inúmeras tensões. Uma delas foi a crítica dos grupos de mulheres sobre os partidos; alegavam elas que todos eles, direita ou esquerda, desenvolviam uma relação utilitarista com as mulheres, usando-as para seus projetos partidários. Elas entendiam que os partidos reproduziam, em geral, práticas sexistas e autoritárias, desconsiderando a condição feminina e desrespeitando as próprias mulheres.

Para dar força aos movimentos feministas e sua inserção nas esferas social e política em Goiânia, foi preciso recorrer à memória das feministas. Durante o trajeto da investigação, perguntei-me, muitas vezes, se seria possível ouvir essas vozes feministas. Porém, fui me convencendo de que necessitava ter clareza a respeito de como pensam (e o que estavam a pensar naquela época) sobre suas militâncias e trajetórias dentro dos movimentos a que pertenceram ou pertencem.

A partir das diversas falas das feministas que foram entrevistadas, comprovei que foi possível identificar o motivo pelo qual essas mulheres optaram por fazer parte do movimento feminista: como forma de resistência à ditadura militar e para romper paradigmas estabelecidos por uma sociedade autoritária e patriarcal.

Além disso, também surge a reflexão sobre a atuação dentro de um movimento exclusivamente de mulheres e sobre se teria sido diferente caso, naquele momento, elas tivessem uma consciência de serem feministas. A influência do movimento estudantil, da ligação com partidos políticos e até mesmo do contexto familiar que algumas viviam, dessa forma, foi a essência que as fizeram decidir a participar dos diversos movimentos feministas.

Tive a preocupação de não traçar somente uma história dessas feministas durante o período da ditadura militar, mas também de evidenciar como se deu a disputa de poder entre homens e mulheres. Verifiquei, assim, que as categorias mudam, se ressignificam ou deixam de ser usadas, mesmo sem ter perdido o poder explicativo ou político.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. Quando eles eram jovens revolucionários. In: H. V. (Org.). *Galeras Cariocas: Territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

AFONSO, Lúcia Helena Rincón. *Sobre criação dos grupos feministas em Goiânia e políticas públicas em Goiás*. Entrevistadora: Rúbia Carla Martins Rodrigues. Goiânia: 25 de fevereiro de 2010.

AIRES, Eliana Gabriel. *O conto feminino em Goiás*. Goiânia: UFG, 1996.

ALEGRIA, Rosa. *Jornalismo para a mulher: avanço ou retrocesso?* Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/fd090520011p.htm>. Acesso em: 02/03/ 2010.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAÚJO, C. O poder político e as novas estratégias feministas. *Presença de Mulher*. Espírito Santo. Ano XVI, jan./abr. 2002.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ÁVILA, Maria Betânia. *Os sentidos da ação transformadora feminista*. Palestra proferida na abertura do I Encontro Nacional da AMB. Goiânia: 07/12/06. Disponível em: <http://www.mujeresdelsur.org.uy/amb_enc06.pdf>. Acesso em: 16/05/ 2010.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

BICALHO, Elizabete. 8 de março em Goiânia – 1980 a 1997: Resgate de uma memória feminista. In: *Estudos de Gênero*. Programa Interdisciplinar da Mulher – Estudos e Pesquisas. Goiânia: UCG, 2000.

BLAY, Eva Alterman. Gênero e políticas públicas ou sociedade civil, gênero e relações de poder. In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de Gênero: Teorias, Análises, Leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANCO, Carlos Castello. *Os militares no poder: Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

BUITONI, Dulcília H.S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão Sexual*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1997.

COÊLHO, Nilva Maria Gomes. *Sobre a ditadura militar em Goiânia*. Entrevistadora: Rúbia Carla Martins Rodrigues. Goiânia: 05 de fevereiro de 2004.

_____. *Sobre a ditadura militar em Goiânia*. Entrevistadora: Rúbia Carla Martins Rodrigues. Goiânia: 16 de dezembro de 2009.

COLASANTI, Marina. Por que nos perguntam se existimos. In: SHARPE, Peggy (Org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática da narrativa brasileira de autoria feminina*. Florianópolis: Mulheres; Goiânia: UFG, 1997.

COLLING, Ana Maria. *A resistência à Ditadura Militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

COSTA, Albertina de Oliveira (et alii). *Memórias das mulheres no exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

COSTA, Kemle Semerene. *Sobre criação do Grupo Transas do Corpo em Goiânia*. Entrevistadora: Rúbia Carla Martins Rodrigues. Goiânia: 20 de janeiro de 2010.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (Int. e Org.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a Abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FELÍCIO, Carmelita Brito de Freitas. *Sobre a criação dos grupos feministas em Goiânia*. Entrevistadora: Rúbia Carla Martins Rodrigues. Goiânia: 19 de janeiro de 2004.

_____. *Sobre grupos feministas em Goiânia*. Entrevistadora: Rúbia Carla Martins Rodrigues. Goiânia: 20 de abril de 2010.

FERRAZ, Geralda. *A mulher e a mídia*. Disponível em < <http://www.sspj.go.gov.br/>>. Acesso em 17/01/2005.

FERREIRA, Cláudia; BONAN, Cláudia. *Mulheres e movimentos*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

FERREIRA, E. F. X. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Além do golpe: visões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FON, Antônio Carlos. *Tortura. A história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1980.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

GOHN, Maria Da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: A metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1987.

_____. *Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”*. Relações sociais de sexo x Relações sociais de gênero. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1988.

GONÇALVES, E. Pensando o gênero como categoria de análise. In: *Estudos de gênero*. Cadernos de Área n°7. Programa Interdisciplinar da Mulher – UCG. Goiânia: UCG, 1998.

GOUVÊA, Yara. *Duas vozes: Yara Gouvêa e Danielle Birck*. São Paulo: Cultura, 2007.

GRAMMATICO, Karin. Las “mujeres políticas” y las feministas em los tempranos setenta: un diálogo (im) possible? In: ANDÚJAR, Andréa; D’ANTONIO, Débora; DOMÍNGUEZ, Nora (et allí) (orgs.). *Historia, gênero y política em los ’70*. Buenos Aires: Feminaria, 2005.

GROSSI, Míriam Pillar. Estudos sobre mulheres ou de gênero? Afinal o que fazemos? (Teorias Sociais e Paradigmas Teóricos). In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho De Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). *Falas de Gênero: Teorias, Análises, Leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

_____. Identidade de gênero e sexualidade. In: *Estudos de gênero*. Cadernos de Área 9. Goiânia: UCG, 2000.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HOBBSAWM, Eric. *Luta contra mentira*. Entrevista para a Revista Época, p. 100-101, 04 ago. 2003.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Feminismo em tempos pós-modernos. In: _____ (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80*. BIB, n. 23. São Paulo: Vértice, 1987.

JANOTTI, Maria de Lourdes; ROSA, Zita de Paula. História oral: uma utopia?. *Revista Brasileira de História*, vol.13, n 25 e 26, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1993.

JELIN, Elizabeth. El género en las memorias de la represión política. *Revista Mora*. Buenos Aires, n°7, 2001.

JONAS, Eline. Do sufrágio à democracia partidária: o longo caminho para a igualdade no poder. In: *Estudos de gênero*. Cadernos de Área n°12. Universidade Católica de Goiás. Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis. Goiânia: UCG, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. Trad. Susana B. Funck. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de; org. *Tendências e impasses. O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORI, Mary del (Org.); BASSANEZI, C. (Coord.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL*, n°. 3/4. Campinas: UNICAMP, 1996.

MATOS, Maria Izilda S. de. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*: Campinas, nº 11, 1998.

_____. Da invisibilidade ao gênero: percurso e possibilidades. *Fragments de cultura*. V. 12, nº 6. nov./dez. Goiânia: UCG, 2002.

MELLO, Jayme Portella de. *A Revolução e o governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.

MELO, Lígia Albuquerque de. Gênero: Da omissão à invisibilidade. Trabalho apresentado no Congresso da ABEP. Caxambu: 2002.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência feminista dos anos 70*. Araraquara: UNESP, 1990.

_____. *Feminismo, movimento de mulheres e a (re) construção da democracia em três países da América Latina*. Trabalho apresentado no 51º Congresso Internacional de Americanistas. Santiago do Chile, 14-18 de julho de 2003.

MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*. Rio de Janeiro: Record / Rosa dos Tempos, 1996.

_____. *Textos da fogueira*. Brasília: Letrativa, 2000.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Reengenharia do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, vol. 24, nº 1. Franca [s.n.], 2005.

_____. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no contexto 1987 – 2007*. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, Ângela Ciccone. Feminismo Emancipacionista: Fragmentos de uma história em Goiás. In: *Fragmentos de Cultura*. Goiânia, V. 14, n. 6, 2004.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*. n. 14. PUC-SP. São Paulo: PUC-SP, 1997.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORI, Mary del (Org.); BASSANEZI, C. (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. *Revista Estudos Feministas*, setembro-dezembro, vol. 14, número 003. Universidade Federal de Santa Catarina. Rio de Janeiro, 2006. p. 801-811.

RIDENTI, M. S. As mulheres na política brasileira: os tempos de chumbo. *Tempo Social: Revista de Sociologia*. São Paulo, USP, 2 (2): 113-128, 2 sem., 1990.

ROCHA, Ana Maria. Novos espaços, novas bandeiras. *Presença da mulher*. Espírito Santo, n.º 15, p. 18-30, jan./março, 1990.

ROCHA, Maria José Pereira; BICALHO, Elizabete (Coord.). Luta e resistência de mulheres em Goiás (1930-1993). In: FARIA, Gisele Justiniano de (Colab.). *Cadernos de Pesquisa 18*. Goiânia: UCG, 1999.

RODRIGUES, Almira. *Movimentos Feministas e Partidos Políticos*. Seminário Nacional de formação política: Mulheres socialistas. Valparaíso. Anais. Brasília: PSB, janeiro, 2001.

ROIZ, Diogo da Silva. A discreta e sedutora “História das mulheres”. *Cadernos Pagu* (30), janeiro-junho, 2008: 445-452.

SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?*. São Paulo: Atual, 1990.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. Oliveira; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SALEM, Helena (Ed.). *A igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

SARTI, Cynthia A. *O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido*. São Paulo: USP, 1998.

SCHMINCK, Marianne. Women in Brazilian Abertura Politics. *Signs: Journal of women in culture and Society*, vol. 7, nº 1, autumn 1981, pp.115-134.

SCHUMA, Schumacher; BRAZIL, Vital (Orgs.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, V. 16, n 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira. *O anjo da História e a memória das vítimas: O caso da Ditadura Militar no Brasil*. VERITAS. Porto Alegre. v.53, nº 2, abr./junho, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade. In: COSTA, A. Oliverira; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

TAFFAREL, C. Z. *Sociedade e cultura*. Trabalho apresentado no XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física. Curitiba, PR. Agosto, 2003.

TOURAINÉ, Alain. La produzione della società. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília, Distrito Federal: Linha Gráfica, 1991.

VIANA FILHO, Luís. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

VINCENZO, Elza Cunha de. *Um teatro da mulher: dramaturgia feminina no palco brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1992.

ZERBINE, Therezinha Godoy. *Anistia*. Sementes da liberdade. São Paulo, 1979.

ANEXOS

ANEXO 1

Proibições determinadas pela censura aos órgãos de imprensa entre agosto de 1971 e dezembro de 1972

DATA	ORIGEM DO PEDIDO	TEMA
10/08/71	MJ	Proíbe a divulgação de uma carta
12/08/71	DPF	Apreensão de periódico estrangeiro
21/08/71	DPF	Estouro de “aparelho” em Salvador (BA)
23/08/71	DPF	Não divulgar nome da “suicida” e demais presos em Salvador
24/08/71	DPF	Fechamento da <i>Tribuna da Imprensa</i> e prisão do proprietário
25/08/71	MJ	Fechamento da <i>Tribuna da Imprensa</i> e prisão do proprietário
09/09/71	DPF	Apreensão de periódico estrangeiro
14/09/71	DPF	Notícias sobre bispo
16/09/71	PR	Artistas do Festival Internacional da Canção retiram-se em protesto contra a censura
18/09/71	MJ	Exibição de fotos do cadáver de Carlos Lamarca
21/09/71	PR	Moderação no noticiário sobre a morte de Carlos Lamarca. Considerada suficiente a matéria já publicada sobre o assunto
21/09/71	PR	Morte de Carlos Lamarca: “é permitido o noticiário objetivo sobre o assunto”
23/09/71	MJ	Recomenda contratar a imprensa para não mais permitir noticiário sobre a morte de Lamarca
24/09/71	PR	Exoneração do comandante da Escola Superior de Guerra
27/09/71	MJ	Problemas em penitenciária mineira
30/09/71	MJ	Demissão de professora “por subversão”
30/09/71	DPF	Discurso de parlamentar exigindo fim do Decreto-lei nº 477
06/01/72	MJ	Notícias sobre o mercado de capitais
18/01/72	MJ	Proíbe publicidade da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e do Alcool por estampar uma foice e um martelo
20/01/72	CIE	Choque com “terroristas” ocorrido em São Paulo resultando na morte de um cabo e dois militantes
20/01/72	MJ	Notícias sobre bispo
24/01/72	CIE	Choque de órgão de segurança com militantes em Olinda (PE)
26/01/72	DPF	Periódico estrangeiro
01/02/72	CIE	Choque entre órgão de segurança e militantes em Vicente de Carvalho (RJ)
01/02/72	CIE	Atuação dos órgãos de segurança em diversos estados

06/02/72	CIE	Atentado contra dois marinheiros ingleses no Rio de Janeiro
07/02/72	M.Ex.	Problema com tóxicos em unidade militar de Barra Mansa (RJ)
10/03/72	DPF	Proíbe notícias sobre o general Ariel Pacca da Fonseca
15/03/72	DPF	Proíbe notícias sobre o proprietário da <i>Tribuna da Imprensa</i>
17/03/72	CIE	Tentativa de “suicídio” de prisioneiro no Ceará
24/03/72	MJ	Notícias sobre padre
17/04/72	CIE	Estouro de “aparelho” no Rio de Janeiro
17/04/72	MJ	Intervenção em sindicato de bancários no Rio de Janeiro
25/04/72	II Ex.	Ação de militantes no Nordeste
26/04/72	II Ex.	Assalto a drogaria em São Paulo
27/04/72	II Ex.	Vazamento no oleoduto de Cubatão (SP)
29/04/72	II Ex.	Atentado à casa do presidente de multinacional em São Paulo
03/05/72	MJ	Notícias sobre bispo e padre
12/05/72	MJ	Notícias sobre o I Congresso Latino-Americano de Previdência Social do Clero
22/05/72	MS	Surto de hemorragia por mosquito em crianças de Altamira (PA)
24/05/72	CIE	Prisão de militantes em Goiás
26/05/72	MJ	Greve de fome em presídio de São Paulo
08/06/72	MJ	Prisão de jornalista
12/06/72	MJ	Denúncias da oposição sobre morte suspeita de oposicionista
12/06/72	DPF	Debates na Câmara dos Deputados sobre tortura
12/06/72	CIE	Operações militares na região amazônica
13/06/72	DPF	Proíbe publicidade usando incêndio do edifício “Andraus”
15/06/72	MEC	Proíbe notícias sobre “Universidade Rural”
17/06/72	II Ex.	Estouro de “aparelho” em São Paulo
28/06/72	MJ	Adiamento das eleições municipais e presidenciais
28/06/72	MJ	Notícias sobre candidaturas de ministros de Estado ao Tribunal Federal de Recursos
29/06/72	MJ	Demissão do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo e intervenção no mercado de capitais
07/07/72	MJ	Notícias sobre bispos
02/08/72	CIE	Prisão ou “desaparecimento” de militantes do PCB no Rio de Janeiro
07/08/72	MJ	Aumento do salário mínimo
09/08/72	MJ	Notícias sobre Sobral Pinto
10/08/72	CIE	“Suicídio” de prisioneiro do 10º BC
18/08/72	II Ex.	Tiroteio em São Paulo entre militantes e agentes do DOI
22/08/72	MJ	Comentários, críticas, sugestões ou análises sobre a sucessão presidencial, “aceitando-se, apenas, transcrição de discursos dos

		parlamentares, sem cunho sensacionalista”
24/08/72	MJ	Discursos parlamentares não devem ser publicados
25/08/72	MJ	Apreensão de jornais
01/09/72	DPF	Reiteração acerca da proibição de comentários relativos à sucessão presidencial
12/09/72	MTPS	Demissão do secretário-geral e do presidente do INPS
15/09/72	MJ	Anistia Internacional
15/09/72	MJ	Notícias sobre abertura política
19/09/72	MJ	Telex de protesto de dono de jornal não deve ser publicado
19/09/72	MJ	Proibição de divulgação de discurso de deputado federal
20/09/72	MJ	Apreensão de jornais
25/09/72	MJ	Entrevista de deputado federal
28/09/72	MJ	Boatos sobre bombas
03/10/72	DPF	Notícias sobre bispo
05/10/72	MJ	Reiteração acerca da proibição de comentários relativos à sucessão presidencial – ficando suspensos
05/10/72	CIE	Choque entre policiais e militantes em Pernambuco
07/10/72	DPF	Suspende proibição para noticiar seqüestro de diretor de colégio em MG por se tratar de uma farsa
10/10/72	MJ	Discurso de jornalista
21/12/72	MJ	Morte de militante comunista no Rio de Janeiro
29/12/72	CIE	Operações contra militantes
08/01/73	DPF	Violência contra envolvidos no tráfico de tóxicos
30/01/73	DPF	Sucessão presidencial

Legenda: MJ: Ministério da Justiça; PR: Presidência da República; DPF: Departamento de Polícia Federal; CIE: Centro de Informações do Exército; II Ex.: II Exército; M. Ex.: Ministério do Exército; MS: Ministério da Saúde; MEC: Ministério da Educação e Cultura; MTPS: Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

Fonte: *Relatório – Censura*. Processo C. nº 50756. MC/P. Cx. 592/05132. Folhas 6 a 24. In: Fico, 2001, p. 237-242.

ANEXO 2

Entrevista de Therezinha Godoy Zerbine ao Jornal Cinco de Março.

THEREZINHA ZERBINE MULHERES LUTAM PELA ANISTIA

Therezinha Zerbine, presidente do Movimento Feminino pela Anistia vem a Goiânia para falar ao povo, na sede da Câmara Municipal. Dirá que a Anistia é um objetivo de toda a nacionalidade, constituindo o caminho para a pacificação da família brasileira. Em entrevista exclusiva, ela sintetiza as metas do movimento e conclama as mulheres goianas a se engajarem na luta pelo fim de todos os atos de exceção.

"Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo as aspirações de amor e justiça. Eis porque nós nos antepomos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz se for concedida "Anistia Ampla e geral" a todos aqueles que foram punidos pelos atos de exceção. Conclamos todas as mulheres no sentido de se unirem ao Movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da Anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a união da Nação".

Esta mensagem constitui, praticamente, o cartão de visitas do Movimento Feminino pela Anistia, presidido pela advogada Therezinha Godoy Zerbine, que, na próxima quarta-feira estará em Goiânia para o desempenho de mais uma tarefa da entidade: dialogar com políticos, estudantes e todas as pessoas interessadas na pacificação da família nacional. Esposa de um general atingido pelo Comando Revolucionário, ela representa hoje o anseio da participação ativa da

mulher na vida e nos destinos da nação. Convidada oficialmente pela Câmara Municipal de Goiânia, vai proferir conferência na sede daquela instituição, defendendo o fim da legislação excepcional oriunda do movimento de março de 1964 e reiterando a necessidade de uma Anistia ampla e irrestrita a todos os cidadãos punidos pela mesma legislação.

Entrevista exclusiva ao *Cinco de Março*, Therezinha Zerbine falou sobre a origem, as finalidades específicas, os sucessos já alcançados e as perspectivas de luta do Movimento pela Anistia, sediado em São Paulo. Explica que, além dos objetivos de ordem política, a entidade busca promover a elevação cultural, social da mulher, através de cursos, palestras e atuações no desenvolvimento de sua consciência cívica, alertando-a e orientando-a para a compreensão de suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro dos ideais democráticos. Conclama a mulher goiana a trabalhar pela Anistia, esclarecendo que esta não pode e não deve ser limitada e nem submetida a condicionamentos, mas total e definitiva, estendendo-se inclusive aos presos políticos.

Dois Problemas Medo e Censura

Cinco de Março — Quando, onde e com que finalidades surgiu o Movimento Feminino pela Anistia?

Therezinha Zerbine — Ele surgiu em São Paulo, em fins de março de 1975, com a finalidade específica de lutar contra os atos de exceção e por uma Anistia ampla e geral a todos os cidadãos punidos por esses atos.

CM — Quais os primeiros nomes a integrá-los?

TZ — Suas primeiras integrantes foram duas advogadas, duas estudantes, uma jornalista, uma socióloga, uma pedagoga e uma artista plástica.

CM — Que dificuldades o Movimento encontrou em seu nascedouro?

TZ — A maior dificuldade foi o medo reinante no país, agravado pela censura à imprensa (Anistia era matéria proibida).

CM — *De lá para cá, que progressos o Movimento alcançou?*

TZ — Bem, aos poucos ele foi se impondo à opinião pública, passando a receber apoio e adesão das mais distantes partes do país, podendo então estruturar-se nacionalmente. Hoje o Movimento conta com núcleos no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Paraíba, Ceará e Minas Gerais. Em fase embrionária estão os de Mato Grosso, Maranhão, Brasília, Alagoas e Sergipe. Nos próximos meses daremos continuidade à instalação dos núcleos embrionários.

CM — *Quais os sucessos que já obteve e como estão suas perspectivas no momento?*

TZ — O maior sucesso foi a afirmação do Movimento em âmbito nacional, somada ao respeito com que a opinião pública o cerca. As perspectivas são as mais amplas possíveis, pois vencemos as barreiras do medo, fizemo-nos acreditar perante a nação e estamos plenamente conscientes de que a Anistia, além de ser uma necessidade, é um desejo da nação brasileira.

CM — *Quantas pessoas integram hoje o Movimento e quais as suas principais bases de apoio?*

TZ — O Movimento Feminino pela Anistia tem aproximadamente mil participantes efetivas, distribuídas por todo Brasil, além de incontáveis participantes. Recebeu apoio de numerosas organizações e sociedades civis, como a OAB de São Paulo, a Associação Brasileira de Imprensa, Frente Nacional do Trabalho, Comissão de Justiça e Paz, Associação dos Professores Universitários, CNBB, Câmara Municipal de Campos de Jordão, Câmara Municipal de São Paulo, MDB, movimentos estudantis de todo o Brasil, intelectuais, políticos, profissionais liberais, sindicato dos metalúrgicos, etc. Recebeu a aprovação unânime do congresso de vereadores

realizado em São Paulo, com a participação de representantes de todo o país.

CM — Com que recursos financeiros conta o Movimento?

TZ — Ele conta com os recursos advindos das mensalidades pagas pelas sócias e de doações, espetáculos artísticos, venda de objetos de arte que nos são doados e outras contribuições oriundas da boa vontade dos que acreditam na Anistia.

CM — Quais os tipos mais comuns de atividades que a entidade desenvolve?

*TZ — O nosso trabalho principal é a divulgação da idéia da Anistia. Nossa meta é a conquista das consciências livres e democráticas do país. Esse trabalho é feito através de conferências, artigos, reuniões, distribuição de nosso boletim *Maria Quitéria*, etc.*

Revogar Artigo, Só Não Resolve

CM — Como estender os trabalhos do Movimento a Goiás e o que poderia a mulher goiana fazer em favor da Anistia?

TZ — Para a extensão dos trabalhos do Movimento a Goiás haveria simplesmente a necessidade de instalação de um núcleo local. Bastaria, para isso, a formação de um grupo de mulheres dispostas a lutar pela Anistia. Muito poderia fazer a mulher goiana pela causa, pois juntando-se ao Movimento estaria engrossando as fileiras dos que trabalham por ela. Estaria, assim, trabalhando pela pacificação da família brasileira.

CM — Quais os principais aspectos da palestra que a sra. terá com estudantes e políticos de Goiás, na próxima quarta-feira?

TZ — Os aspectos primordiais serão: 1) mostragem da necessidade emergencial da Anistia para vida da nação; 2) a Anistia se encontra inserida nos Direitos da Pessoa Humana. Discorreremos sobre a importância desses direitos no que toca à vida nacional e a conseqüente necessidade de extinção dos atos de exceção.

CM — *A quem interessa a Anistia?*

TZ — Imediatamente, a Anistia interessa a todos os que foram atingidos pelos atos de exceção. Mediamente, ela interessa a toda a nação brasileira, pois acarretaria a reparação de injustiças — direitos lesados — e viabilizaria a normalização da vida pública nacional.

CM — *Qual a sua opinião sobre as propostas de mera revisão de algumas punições aplicadas pelo movimento de 1964? E acerca das sugestões no sentido de apenas se revogar o artigo 185 da Constituição da República?*

TZ — Lutamos por uma Anistia ampla e irrestrita e essa luta só terminará quando a meta for alcançada. Quanto à simples revogação do artigo 185 da Constituição, achamos não corresponder aos anseios da nação e propomos que se convoque uma Assembléia Nacional Constituinte. Esta, sim, viria verdadeiramente normalizar e pacificar a vida política nacional.

CM — *Que sabe de concreto sobre os propósitos do senador Magalhães Pinto ao incluir a Anistia em sua plataforma política? E da parte do general João Batista de Figueiredo, o que espera?*

TZ — O Movimento Feminino pela Anistia conta com os ideais que o movem, com a crença dos que por sua causa lutam e com a certeza de representar um dos mais puros anseios do povo brasileiro, que é a pacificação de sua família.

**Preso Político?
Para Ele Também**

CM — *Como encara os problemas daqueles que, embora não tenham perdido seus direitos ou mandatos poli-*

Políticos, sofreram outras modalidades de punição com base nas leis excepcionais?

TZ — O Movimento luta por uma anistia a todos os que foram atingidos pelos “atos de exceção” e seja, toda a legislação imposta ao país a partir de 1964.

CM — *Como a Anistia atingiria os presos políticos?*

TZ — A Anistia atingiria os presos políticos da mesma forma com que foi aplicada diversas vezes, desde a Independência até hoje.

CM — *Qual a real situação dos exilados brasileiros pelo menos com base nos dados obtidos até agora pelo Movimento?*

TZ — A situação dos exilados brasileiros é a mais angustiante possível. Além das dificuldades e das injustiças impostas a eles pelo governo brasileiro (tais como negação de cidadania aos seus filhos; negação de documentos necessários à vida e ao trabalho no exterior; pressões restritivas de diversas formas) pesa sobre eles a saudade da pátria, da família e do lar.

CM — *O Movimento Feminino pela Anistia defende, além de seu objetivo mais imediato, outras bandeiras intimamente ligadas à luta pelo retorno do Estado de Direito?*

TZ — O Movimento incorporou à sua luta a bandeira da Constituinte, em decorrência da qual atingiremos o Estado, desejado hoje pública ou intimamente por toda a nação brasileira.

CM — *O que sugere às classes políticas e estudantil, com meio de luta em favor da Anistia?*

TZ — Sugerimos a formação de grupos de pressão e a mobilização dos recursos humanos e morais da comunidade.

CM — Como encara a proposta do sr. Leonel Brizola, de Anistia "recíproca" (para perseguidos e perseguidores).

TZ — Nossos objetivos são bem definidos, desde a instalação do Movimento: Anistia ampla e irrestrita, visando a pacificação e união da família brasileira.